

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ENGENHARIA AMBIENTAL

LAYLA STASSUN ANTONIO

Desafios da (des)proteção de animais em contexto de desastres:
o caso de Teresópolis/ RJ

São Carlos
2016

LAYLA STASSUN ANTONIO

Desafios da (des)proteção de animais em contexto de desastres:
o caso de Teresópolis/ RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos para a obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Ciências da Engenharia Ambiental

Orientadora: Prof^a Dr^a Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

São Carlos
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

A635d Antonio, Layla Stassun
Desafios da (des)proteção de animais em contexto de
desastres: o caso de Teresópolis/ RJ / Layla Stassun
Antonio; orientadora Norma Felicidade Lopes da Silva
Valencio. São Carlos, 2016.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
e Área de Concentração em Ciências da Engenharia
Ambiental -- Escola de Engenharia de São Carlos da
Universidade de São Paulo, 2016.

1. Desastres. 2. Animais. 3. Vulnerabilidade. 4.
Defesa civil. 5. Teresópolis/ RJ. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Bacharel **LAYLA STASSUN ANTONIO**.

Título da dissertação: "Desafios da (des)proteção de animais em contexto de desastres: o caso de Teresópolis/RJ".

Data da defesa: 24/08/2016

Comissão Julgadora:

Resultado:

Prof. Dr. **Marcelo Montaña**
(Orientador Designado)
(Escola de Engenharia de São Carlos/EESC)

Aprovado

Dr. **Carlos Eduardo Matheus**
(Servidor Especialista/CRHEA-USP)

Aprovado

Prof. Dr. **Juliano Costa Gonçalves**
(Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)

Aprovado

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental:

Prof. Associado **Frederico Fabio Mauad**

Presidente da Comissão de Pós-Graduação:

Prof. Associado **Luis Fernando Costa Alberto**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos milhões de animais que, sem escolha, sofrem devido a nossa ação direta ou omissão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro de vida e parceiro dos momentos bons e ruins, Tiago, agradeço infinitamente. Você foi parte indispensável dessa jornada.

À minha orientadora, Norma Valencio, por ter sido uma orientadora exemplar, sempre direcionando minhas reflexões de maneira ímpar. A cada encontro me sentia revigorada e confiante para prosseguir com os estudos. Agradeço também por me introduzir ao seu campo de trabalho e à sua visão de luta por um mundo mais justo, que me marcou e levo comigo desde então, somando positivamente ao meu caráter. Agradeço também pelas oportunidades de eventos e publicações que foram sempre muito agregadoras.

À minha mãe, Dayse, que é outro símbolo de luta para mim e me fez chegar onde estou hoje. Ao meu irmão, Dener, que esteve presente quando precisei, sempre disposto a me apoiar.

Aos membros do, infelizmente extinto, NEPED/UFSCar, em especial à Aline, Raquel, Juliana, Mariana e Diego, pelas conversas, companhia e apoio fornecido durante esses anos.

Aos docentes, funcionários e discentes do PPG-SEA/USP, EESC/USP, IAU/USP, FSP/USP e PPGAS/UFSCar por partilharem conhecimentos e vivências e por darem suporte a essa trajetória.

À CAPES pelo financiamento, sem o qual não seria possível realizar todas as atividades que tive oportunidade de estar envolvida.

Ao Grupo Estimação e SOS Animal que me receberam mais de uma vez e que nunca deixaram de ser atenciosos e hospitaleiros comigo, muito mais do que eu poderia imaginar. A todos os entrevistados e entrevistadas, inclusive do poder público teresopolitano, que se dispuseram a conversar comigo.

Finalmente, sou grata pela possibilidade de conviver com animais no meu dia-a-dia, fontes incondicionais de afeto e de segurança. Muito obrigada Nico, Charles, Tigu, Pita, Ariel e Wendy.

RESUMO

ANTONIO, L.S. (2016). **Desafios da (des)proteção de animais em contexto de desastres**: o caso de Teresópolis/ RJ. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências de Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 2016.

Nos desastres catastróficos relacionados a eventos hidrometeorológicos ocorrem perdas e danos socioambientais incomensuráveis. Alguns deles têm destaque perante as autoridades que atuam no contexto da emergência e outros não. No Brasil, em geral, os animais gravemente afetados nesses desastres permanecem socialmente invisíveis. Tendo isso em conta, este estudo - que integra pesquisa bibliográfica, documental e de campo - inicia com considerações preliminares sobre a construção da racionalidade do especismo bem como do surgimento de uma preocupação política com a proteção de animais em contexto internacional de desastre. Em seguida, focaliza a dimensão sociopolítica brasileira que, com raras exceções, fundamenta a manutenção de práticas de desamparo aos animais em circunstâncias adversas. Por fim, através do caso do município de Teresópolis/RJ, destaca o protagonismo da sociedade civil organizada na proteção dos animais afetados no desastre ocorrido em 2011 bem como as tensões havidas com as autoridades locais. Conclui, destacando as contradições entre os avanços anunciados pelas autoridades de defesa civil do estado do Rio de Janeiro na proteção de animais de estimação nesse contexto de desastres e as práticas efetivas das autoridades municipais de Teresópolis.

Palavras-chave: Desastres; Animais; Vulnerabilidade; Defesa civil; Teresópolis/ RJ.

ABSTRACT

ANTONIO, L.S. (2016). **Challenges of animal protection in the context of disaster: the case of Teresopolis/ RJ.** 2016. 161 p. Dissertation to obtain a master's degree in Science of Environmental Engineering, School of Engineering of Sao Carlos, University of Sao Paulo. 2016.

Immeasurable social-environmental damage and losses occur in catastrophic disasters related to hydrometeorological events. Some of them have prominence to the authorities who work in the emergency context and others do not. In Brazil, in general, animals seriously affected in these disasters remain socially invisible. With that in mind, this study - which includes literature review, documentary research and field - begins with preliminary considerations on the construction of the rationality of speciesism and the emergence of a political concern for animal protection in the international context of disaster. Then, focuses on the Brazilian socio-political dimension that, with rare exceptions, grounds the maintenance of practices of abandonment of animals in adverse circumstances. Finally, through the case of the city of Teresopolis/RJ, highlights the role of civil society organizations, in the protection of animals affected in the disaster occurred in 2011, as well as the tensions with local authorities. Concludes, highlighting the contradictions between the advances announced by civil defense authorities of the state of Rio de Janeiro on animal protection, in this context of disasters, and the effective practices of municipal authorities of Teresopolis.

Keywords: Disasters; Animal protection; Vulnerability; Civil defense; Teresopolis/ RJ.

Sumário

1. Introdução.....	15
1.1. Considerações iniciais.....	15
1.2. Objetivos.....	19
1.3. Procedimentos metodológicos.....	20
2. Animais e Humanos.....	23
2.1. Relação interespecífica.....	23
2.2. Especismo: relação de poder e subjugação.....	25
2.3. Ambivalências e contradições da relação humano-animal.....	26
2.4. Os diversos vínculos estabelecidos entre humanos e animais.....	29
2.5. Os variados benefícios fornecidos pelos animais.....	36
2.6. Vulnerabilidade crônica dos animais.....	38
2.7. Registros recentes de animais em desastres no Brasil.....	39
2.8. Ciência e subjetividade animal.....	42
3. Desastres.....	44
3.1. Bases conceituais da definição de desastre na perspectiva das Ciências Sociais.....	44
3.2. Crise crônica: naturalização do abandono.....	46
3.3. Animais em contexto de desastres.....	48
3.4. Quadros analíticos.....	60
4. Contexto Brasileiro.....	62
4.1. Legislação brasileira referente aos animais.....	62
4.2. Visão institucional sobre responsabilidades em relação aos animais.....	66
4.3. O papel dos grupos organizados da sociedade civil.....	76
5. Pesquisa de Campo.....	82
5.1. O cenário do desastre: Teresópolis.....	82
5.2. Animais silvestres circunscritos na tragédia.....	84
5.2.1. Entrevista com representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.....	85
5.2.2. Entrevista com representante do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis.....	92
5.3. Animais domésticos circunscritos na tragédia.....	95
5.3.1. A visão dos grupos organizados da sociedade civil.....	96

5.3.2. Entrevista com representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil.....	122
5.3.3. Entrevista com representante do Setor de Zoonoses da Secretaria de Saúde.....	125
5.4. A tensão entre o Estado e os grupos organizados da sociedade civil e suas implicações no sofrimento animal.....	129
5.5. Mudanças institucionais em relação aos animais após a tragédia.....	133
6. Recomendações.....	135
7. Conclusões.....	143
7.1. Análise da atuação do poder público na tragédia em Teresópolis.....	146
8. Referências Bibliográficas.....	152

1. Introdução

1.1. Considerações iniciais

No Brasil tem ocorrido um número significativo de desastres relacionados a água nos últimos anos, nos quais o montante de prejuízos e mortes têm sido de grande proporção. Em 2013, o governo reconheceu número recorde de decretos de emergência:

O governo federal reconheceu 3.747 decretos de situação de emergência e estado de calamidade pública no ano passado [2013]. O número, o maior de toda a série histórica da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), representa uma média de dez decretos reconhecidos por dia no país. Trata-se de um aumento de 182% em relação a 2003 (REIS, 2014).

Em 2014 o número de reconhecimentos foi 2666 e 2015 contou com 2512 reconhecimentos¹. Os direitos humanos são repetidamente deixados de lado quando, em um desastre, seja ele relacionado às águas ou a outros fatores de ameaça, as obras de engenharia tomam precedência às necessidades psicossociais dos grupos sociais afetados. Em um país no qual muitas vezes, nem sequer, os direitos humanos são respeitados, surge a questão: em uma situação de emergência ou desastre, quem age em favor dos animais que estão circunscritos e fragilizados no cenário de devastação? Quem garante o direito à vida e à incolumidade de um animal nessas circunstâncias? Tão importante quanto são as implicações que a perda desses animais tem na vida de seus donos, tutores, guardiões, criadores e daqueles que tinham seu animal como meio de vida.

O Brasil acaba de entrar para a lista de países que possuem um número maior de casas com animais de companhia do que com crianças. A pesquisa, com dados referentes ao ano de 2013, aponta que de cada 100 famílias no país, 44 criam cachorros, enquanto só 36 têm crianças e a tendência é que a população canina continue crescendo, enquanto a de crianças seguirá caindo. (RITTO, ALVARENGA, 2015). O número extraordinário de famílias com animais de estimação demonstra o quão onipresente, animais são, na vida dos seres humanos. Além disso, grande parte destes os consideram um membro da família. Historicamente, nenhuma outra categoria de animais se estabeleceu tão próxima aos seres humanos como os animais que dividem o espaço doméstico. Nesse sentido o animal de companhia se torna uma variável relevante quando pensamos em planos de contingência e ações de emergência de qualquer região habitada, tanto urbana, quanto rural.

¹ Dados retirados do site do Ministério da Integração Nacional, atualizados em 28/09/2015. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/reconhecimentos-realizados>> Acesso em: 01 out. 2015.

No Brasil, não há um censo oficial que se proponha contabilizar o número de animais domésticos. As estimativas atuais são imprecisas, apesar de o número de cães e gatos constituir a base de programas de vacinação e de outras políticas públicas. A falta de estatísticas e de informações mais detalhadas sobre a população animal dificulta a visualização dos prejuízos e danos sofridos por ela, assim como o desenvolvimento de planos de contingência e prevenção. Existem pesquisas em andamento que buscam estimar com elevado índice de precisão quantos cães e gatos domiciliados vivem nas cidades brasileiras através de softwares, como um que é desenvolvido atualmente por pesquisadores da Faculdade de Medicina Veterinária (FMVZ) da USP. “Ninguém conhece ao certo o tamanho das populações canina ou felina no Brasil, sejam elas de animais supervisionados – que têm dono e vivem em domicílios – ou de rua” (VASCONCELOS, 2014).

É imprescindível saber, dentre os animais circunscritos no cenário de desastre, quantos foram feridos, resgatados, adoeceram ou faleceram, a fim de aprimorar as políticas públicas diante dessas crises pontuais evitando que se estendam como crises crônicas num cenário nacional. Assim como é importante o conhecimento da realidade demográfica de um local, anterior a qualquer acontecimento trágico, para fins de comparação, em relação a potenciais desaparecidos.

Essa é uma questão bastante contemporânea e desafiadora. A temática é cada vez mais relevante, visto o número crescente de desastres ocorrendo no mundo inteiro e as relações humano-animal se tornando cada vez mais íntimas e presentes em todos os espaços, assim também aumentando a importância que um animal de companhia ou de criação tem para uma família ou comunidade.

Há, ainda, outros aspectos, como os relacionados a animais que são meios de vida e que também podem ser perdidos no contexto de um desastre. Até o momento, falamos somente sobre a categoria que estamos chamando de animal de companhia, entretanto, devemos ressaltar que outras espécies de animais, muitas delas que são intrínsecas ao nosso modo de vida, apesar de comumente invisibilizadas pelos meios de comunicação, também sofrem os efeitos de um desastre. As questões envolvendo animais utilizados para alimentação, vestuário, lazer e pesquisa também têm urgência em serem problematizadas. Seu falecimento, na maioria das vezes, não é nem mesmo contabilizado como morte, mas como prejuízo para produtores ou perda de dados de pesquisa. A contabilização de suas vidas é feita como objeto econômico, para planejamento estratégico de mercado, assim integrando o censo agropecuário. Portanto, os dados existentes sobre esses animais não servem ao propósito de se proteger ou resguardar suas vidas, mas sim de sistematicamente destruí-la. A situação de

desamparo dessas categorias de animais em nossa sociedade é tão desoladora, que muitas vezes somente um desastre ou acidente acaba dando visibilidade às suas condições precárias de sobrevivência, e sendo o fator que os retira da categoria de mercadorias. Podemos citar como exemplo o acidente ocorrido em agosto de 2015, quando uma carreta que transportava porcos até um matadouro tombou, interditando o trânsito de um trecho do Rodoanel de São Paulo. Os porcos que sobreviveram ao acidente foram acolhidos por um santuário.

Segundo um balanço divulgado pelo grupo de ativistas que estão cuidando das porcas, dos 110 animais que eram transportados pela carreta, 19 morreram no local, 22 não resistiram aos diversos ferimentos depois do resgate e 47 estão no santuário. Os outros 22 porcos foram levados pela empresa dona da carga antes da chegada dos ativistas, ainda segundo os protetores de animais e foram levados para um matadouro. O endereço não foi divulgado (BELLINE, 2015).

Vacas, galinhas, porcos, cabras, cavalos de famílias de pequenos criadores, quando perdidos e sem um controle de disseminação de doenças, impossibilitam a reconstrução do modo de vida comunitário. Nesse cenário, animais de criação podem ser feridos ou adoecer, ou ainda seus donos serem duramente afetados pelo desastre e não poderem levar seus animais consigo para um abrigo provisório. A perda de animais de estimação e de criação é mais um pilar afetivo, identitário e socioeconômico que desaba em meio ao sofrimento multifacetado que um desastre causa. Em 2011, o projeto LEGS - *Livestock Emergencies and Standards*, lançado em 2009, passou a ser reconhecido como parceiro formal do manual *The Sphere Project*, que é uma cartilha de referência internacional sobre princípios comuns e normas mínimas de respostas humanitárias. O LEGS fornece um conjunto de diretrizes e normas internacionais para a concepção, implementação e avaliação das intervenções em rebanhos para ajudar as pessoas afetadas por crises humanitárias, levando em consideração a grande importância que animais de criação possuem na manutenção do meio de vida de inúmeras populações em todas as partes do mundo.

Milhões de pessoas no mundo todo dependem de animais de criação para a sua subsistência e muitos deles - e seus animais - são afetados por catástrofes, tanto naturais como provocadas pelo homem. Há uma percepção crescente de que a resposta a esses desastres precisa ajudar a salvar não apenas vidas, mas também os meios de vida, incluindo a proteção de animais de criação (LEGS, 2012, tradução nossa²).

² Millions of people worldwide depend on livestock for their livelihoods and many of them – and their animals – are affected by disasters, both natural and man-made. There is a growing realisation that the response to these disasters needs to help save not just lives but also livelihoods, including protecting livestock.

Nos relacionamos historicamente com diferentes categorias de animais, desenvolvendo diferentes vínculos e relações, pois coabitamos o mesmo planeta. Assim, há conflitos interespecíficos constantes que muitas vezes resultam em relações contraditórias. Abordaremos as tensões e ambiguidades que a convivência interespecífica gera, na medida em que as questões forem sendo delineadas.

A temática de animais em desastres foi abordada também para a realização da monografia de nossa autoria intitulada “Animais em contexto de desastre no Brasil: da fragilização multidimensional ao abandono sociopolítico” (ANTONIO, 2013). A partir dessa pesquisa, foram encontrados inúmeros indícios de uma falta de medidas voltadas para a população animal em um momento de crise. Ano após ano, a sucessão de desastres vem indicando, por intermédio de sua própria ocorrência e recorrência, a insuficiência das políticas públicas nesse tema. Animais são tutelados pela Constituição Brasileira (Decreto nº 24.645 de 1934) e precisam da proteção do poder público já que não podem exigi-lo por si próprios. Entretanto, a falta de órgãos públicos, de medidas institucionais e de verbas destinadas a prover condições de sobrevivência aos animais é um problema crônico da esfera governamental. O Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para alcançar uma mentalidade não-especista e conseguir desenvolver uma estrutura capaz de salvaguardá-los. França e Nova Zelândia são alguns dos países que têm caminhado nessa direção, reconhecendo em seus respectivos códigos civis que animais são seres sencientes, ou seja, que “animais, assim como os seres humanos, são criaturas capazes de perceber e sentir coisas” (FLORIOS, 2015).

Esse trabalho traz subsídios ao entendimento da vulnerabilização que a população animal enfrenta e elabora sobre como se poderia alterar essa realidade. A fim de trazer elementos para responder a essa indagação, numa interface interpretativa de base antropológica e sociológica, o presente estudo focaliza as tensões e racionalidades que suscitam nos diferentes sujeitos em interação num desastre, a solidariedade ou a indiferença social ao sofrimento do animal de estimação. Para tanto, partimos de um apanhado da literatura sobre o processo histórico de construção do especismo, e os vínculos e contradições desenvolvidos na interação entre humanos e animais. Apresentamos uma revisão bibliográfica sobre a construção de políticas de proteção animal em contexto de desastres, em especial, nos Estados Unidos, entre outros estudos de caso. Em seguida, apoiados em registros documentais oficiais, focalizamos a visão de autoridades brasileiras em relação às suas responsabilidades perante animais, especialmente, nos desastres. Através dessa contextualização, surgem alguns

dos elementos explicativos das relações sociais conflitivas que se intensificam em casos concretos de desastres como o havido, em 2011, no município de Teresópolis/RJ. Por meio de pesquisa de campo de base qualitativa, assentada em relatos orais de autoridades locais e de representantes da sociedade civil organizada que atuaram nesse episódio, foi possível identificar a existência de problemas crônicos de relacionamento entre os mesmos, resultando em dificuldades para aliviar o sofrimento dos animais que se encontravam desamparados em meio aos escombros na crise aguda.

1.2. Objetivos

O primeiro objetivo é realizar uma análise sociológica das relações sociopolíticas que envolvem o processo de vulnerabilização de animais de diferentes categorias. Faremos isso passando por um breve apanhado do processo histórico de integração social entre seres humanos e outras espécies de animais. Assim, pretendemos entender quais as lógicas que regem o abandono dos animais e as racionalidades que geram indiferença e o processo de desvinculação, que acabam por resultar em sofrimento animal. Exploraremos primeiramente a faceta crônica, do processo sociohistórico de vulnerabilização da população animal, e em seguida analisaremos o processo de desvinculação em um contexto específico adjacente: animais circunscritos em um desastre. O estudo de caso exemplifica a ocorrência da agudização do sofrimento animal. Um desastre exacerba o processo de desvinculação, inclusive de maneira involuntária, e explicita a vulnerabilidade dessa população.

Portanto, a proposta desse trabalho é delinear a teia de relações sociais do processo de vulnerabilização, apontando o papel de cada ator social nesse processo e suas contribuições para o agravamento ou para a reparação do sofrimento experienciado pela população animal em situação de desastre.

Nesse sentido, iremos também averiguar qual é a visão institucional dos órgãos de emergência do Brasil, em relação às suas responsabilidades perante a população animal circunscrita em um desastre e como esses órgãos, e outros atores envolvidos no cenário de devastação, como a sociedade civil, atuam na prática para amenizar o sofrimento animal.

Além disso, abordaremos as implicações que o processo de desvinculação involuntária tem em seres humanos e nos animais. Expõe-se assim a realidade concreta dos enfrentamentos vivenciados pelos animais e seus tutores quando estes se encontram em meio a um desastre.

Por fim, o objetivo prático desse trabalho é sugerir reformulações no modo em que as instituições de defesa civil e dos demais órgãos operativos na emergência entendem e tratam os animais, para que os sofrimentos, animal e humano, sejam minimizados.

1.3. Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo exploratório e analítico de base qualitativa, que possui uma interface interpretativa de base antropológica e sociológica. Foram utilizadas três técnicas integradas neste estudo: a de levantamento bibliográfico, a de análise documental e a de pesquisa de campo.

O levantamento bibliográfico realizado é interdisciplinar e internacional, realizado através de buscas em bancos de teses e periódicos online, como o Scielo, Lilacs, Scopus, Web of Science e Google Scholar. Além disso, foram consultados também os acervos físicos das bibliotecas da UFSCar, USP e UNICAMP. No Quadro 1 temos os principais autores da literatura por tema de suas contribuições.

Quadro 1 - Autores utilizados nesse trabalho e suas contribuições por tema

Tema	Autores (ano e formato)
Sociologia dos Desastres	Valencio (2009a, 2009b, caps. de livro, 2010, 2014, artigos, 2011, 2012, livros) Oliver-Smith (1998, cap. de livro) Cutter (2005, cap. de livro) Quarantelli (1998, 2005, livros, 2015, artigo) Acsehrad (2002, artigo) Bullard (2006, livro)
Estudos de caso de animais em desastres	Heath (2000, artigo) Heath, Vocks e Glickman (2000, artigo) Heath et al. (2001, artigo) Irvine (2004, 2006, 2007, artigos, 2009, livro) Hall et al. (2004, artigo) Hunt et al. (2008, artigo) Hudson et al. (2001, artigo) Austin (2013, artigo)

	Brackenridge et al. (2012, artigo)
	Cattafi (2008, artigo)
	Waugh e Streib Jr. (2006, artigo)
	Edmonds e Cutter (2008, artigo)
	Leonard e Scammon (2007, artigo)
	Hesterberg et al. (2012, artigo)
Relações Humano-Animal	Thomas (1983; 2010, livro)
	Franklin (1999, livro)
	Singer (1975; 2009, livro)
	Serpell (1995, livro)
	Masson e McCarthy (1998, livro)
	Fijn (2011, livro)
	Manning e Serpell (2011, livro)
	Velden (2011, artigo)
	Leach (1964, 1982, livros)
	Ingold (2000, livro)
	Machado e Paixão (2014, artigo)
	Miller e Lago (1990, artigo)
	Barker et al. (2003, artigo)
	Vaccari e Almeida (2007, artigo)
	Heiden e Santos (2009, artigo)

Fonte: A autora.

Na etapa de análise documental, foram buscadas menções ao tratamento de animais e diretrizes sobre a questão, em manuais e cartilhas das Defesas Cíveis nacional, estaduais e municipais. A Constituição Brasileira e outras diretrizes oficiais, tanto nacionais quanto internacionais, foram levantadas, procurando por menções ao tratamento de animais afetados por desastres. No Quadro 2 temos a listagem dos documentos consultados.

Quadro 2 - Documentos consultados para a análise documental

Documento	Ano
The Sphere Project - Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response	2011
LEGS - Livestock Emergencies and Standards	2009

Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos Decorrentes dos Desastres Naturais - Vigidesastres	2005
Manual de Administração para Abrigos Temporários	2006
Plano de contingência para o verão de 2012/2013	2012
Plano de contingência para o verão de 2013/2014	2013
Plano de contingência para o verão de 2014/2015	2014
Plano de Contingência da Família: desenvolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres	2013
Constituição da República Federativa do Brasil	1988
Declaração Universal dos Direitos dos Animais	1978
Lei Nº 9.605 – Lei de Crimes Ambientais	1998
Decreto nº 24.645 - Estabelece medidas de proteção aos animais	1934
Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco: O que uma coisa tem a ver com a outra?	2011

Fonte: A autora.

Além disso, também foram coletados inúmeros registros jornalísticos e midiáticos sobre a temática mais ampla: ‘animais’; no intuito de ganharmos perspectiva sobre a relevância do tema atualmente e dos novos espaços da sociedade em que essa população se insere e avança em suas relações com o ser humano. Registros jornalísticos de animais em contexto de diferentes desastres também foram reunidos para termos um panorama da visibilidade que essa população recebe na mídia e alguns desses casos serão apresentados mais à frente. Artigos midiáticos, incluindo vídeos, também foram utilizados para melhor compreensão da tragédia ocorrida em janeiro de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro, que será a referência para as contraposições abordadas por esse trabalho, exemplificando a realidade concreta do Brasil a partir do caso específico do município de Teresópolis/ RJ.

Nas incursões a campo foram realizadas entrevistas qualitativas semiestruturadas com diversos atores sociais envolvidos na tragédia, como algumas das autoridades competentes de Teresópolis. Foram entrevistados representantes da Secretaria Municipal de Defesa Civil, do Setor de Zoonoses vinculada à Secretaria de Saúde, membros da gestão do Parque Municipal Montanhas de Teresópolis e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos bem como, da parte da sociedade civil, representantes e membros do Grupo Estimação, o qual teve atuação destacada

nesse desastre. As entrevistas que ensejaram tais relatos foram realizadas em dois momentos distintos, a saber: em janeiro de 2013, dois anos após o início do desastre, e em julho de 2015, quatro anos após a crise aguda. Para melhor entendimento da dinâmica de atuação dos grupos organizados da sociedade civil, realizamos também uma análise participativa, tendo a autora atuado como voluntária em um destes grupos organizados de proteção animal da cidade de São Carlos-SP, ao mesmo tempo em que observou o teor das discussões das redes da qual participou.

2. Animais e Humanos

2.1. Relação Interespecífica

Na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, a visão tradicional era que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades. Tal pressuposto fundamenta as ações dessa ampla maioria de homens que nunca pararam um instante para refletir sobre a questão. Entretanto, os teólogos e intelectuais que sentissem a necessidade de justificá-lo podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e a Bíblia. A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estóicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos (THOMAS, 2010, p. 21).

Thomas (2010) aborda em seu livro, editado pela primeira vez em 1983, *O Homem e o Mundo Natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*, os fundamentos teológicos ocidentais que então afirmavam que “Todas as criaturas foram feitas para o homem, sujeitas a seu governo e destinadas a seu uso”³. Apresentando o conjunto de crenças e visões de mundo que declaravam que “Todo animal estava, pois, destinado a servir algum propósito humano, se não prático, pelo menos moral ou estético”⁴. O predomínio humano era a base da mentalidade na qual a sociedade se apoiava desde o início do período moderno.

Thomas acredita que esse antropocentrismo e a dominância humana sempre correram o risco de ser desafiada pela contiguidade, associação e significância de suas vidas com os animais. Como consequência, algumas de suas ações que nós consideraríamos brutais e cruéis, tinham um propósito funcional: instituir distância entre animalidade e humanidade

³ THOMAS, 2010, p. 22.

⁴ Ibid., p. 22.

(FRANKLIN, 1999). Havia uma convicção de que existia uma diferença fundamental, em gênero, entre a humanidade e outras formas de vida, apesar da contínua discordância sobre onde estaria especificamente esta diferença. Essa discussão ocorria nos meios mais eruditos, entretanto, consciente ou inconscientemente, essa distinção pautava o comportamento de todos. Os humanos eram frequentemente percebidos compartilhando comportamentos e qualidades com os animais, e isso estimulava a percepção de que existia uma besta dentro dos seres humanos, uma besta que requeria ser subjugada e constantemente vigiada. Na tentativa de distanciamento de todas as funções físicas que nos remetiam ao mundo animal, a moderação do corpo surge como desejável e o mais adequado na conduta social: “Era a moderação do corpo, ainda mais que a razão, o que distinguia os homens das bestas”⁵. Tudo o que era do domínio do mundo animal era considerado pejorativo, assim por contraste, tudo o que era exclusivo da humanidade era tido como superior. Nesse sentido, surge uma hierarquia entre os próprios seres humanos, no qual existiriam aqueles que estavam mais próximos a um estado animal de existência e os outros ditos civilizados. O começo do período moderno foi marcado pela tentativa dos seres humanos de se estabelecerem como o mais próximo do divino, se diferenciando através da dominação ativa dos animais.

Com a animalidade sendo posta como algo inferior à humanidade, e como algo a ser conquistado e explorado, os primeiros europeus modernos fizeram esforços concentrados para manter os limites, entre eles e os animais, bem definidos. Nesse contexto, foi constituída uma noção de “humanidade”.

O totemismo era inferior e primitivo porque homens e animais são representados como tendo uma origem comum. O animismo era igualmente inferior e primitivo porque implicava que as almas habitavam nos animais, bem como nas árvores e nos homens. Mas o cristianismo era uma religião superior porque implicava um corte radical na descontinuidade entre seres humanos eticamente conscientes, que tinham almas, e animais irracionais, que a não tinham (LEACH, 1982, p. 89)

Durante os séculos XIX e XX, conforme uma maior diversidade cultural antes desconhecida vai sendo revelada, a disciplina de antropologia se foca no alargamento da concepção de humanidade. Como resultado, a antropologia é deslocada do âmbito da natureza, negligenciando as interações com outras espécies.

A antropologia estabeleceu-se como disciplina científica por meio da constituição da humanidade como seu tema (Ingold, 1995). E, embora as

⁵ Ibid., p. 34.

noções de humanidade e animalidade estejam intimamente ligadas, sendo a animalidade fundamental para a construção da ideia de homem (*ibidem*), temas voltados para as relações entre humanos e animais não foram privilegiados historicamente pela antropologia (PASTORI, 2012, p. 9).

Em seu movimento contemporâneo, a antropologia realiza uma retomada das interações interespecíficas, com vários autores se dedicando a reconsiderar as fronteiras entre natureza e cultura, propondo que a disciplina deva levar com seriedade a inclusão de seres não-humanos na composição dos agrupamentos sociais. Nesse contexto, há novos paradigmas emergindo dessa problematização dos operadores clássicos natureza/cultura e animalidade/humanidade. Dessa forma, cada vez mais autores estão entendendo os animais também como sujeitos de suas próprias realidades, atores também no meio social.

Pensemos, também, na percepção de que as fronteiras entre o humano e o não humano não são estanques, mas devem ser não só analisadas caso a caso como também politicamente negociadas em vários contextos. (VELDEN, 2011, p.130).

2.2. Especismo: relação de poder e subjugação

Por causa da construção de uma sociedade baseada na diferenciação ativa entre humanos e animais, criou-se uma mentalidade tão enraizada em nossa cultura que perpassa quase todas as sociedades: o especismo.

Especismo é uma discriminação baseada em espécies, envolve atribuir a animais sencientes (sensíveis e conscientes) diferentes valores e direitos baseados na sua espécie que é entendida como inferior. De modo similar ao sexismo (discriminação baseada no gênero), a discriminação especista pressupõe que os interesses de um indivíduo são menos importantes pelo mero feito de se pertencer a uma determinada espécie (PADILHA, 2011). Ou seja, haveria um valor essencialmente diferente entre a vida humana e a vida animal.

O pensamento especista se consolida com a difusão do cristianismo na Europa no século XVIII, e começa a ser contestado conforme o período moderno se desenrola e nossa proximidade com os animais nos traz questionamentos, contudo ainda não nos livramos dessa mentalidade tão arraigada na nossa formação histórica. Hoje em dia conseguimos ver que geração passadas aceitavam como certo e natural, atitudes que hoje em dia consideramos cruéis (SINGER, 2009). Entretanto, ainda realizamos ações que colocam nossos interesses fúteis acima de grandes interesses dos animais: como não sentir dor, ou permanecer vivo.

Peter Singer (2009) publica, em 1975, o livro *Animal Liberation*, que coloca a questão em voga amplamente, introduzindo novas preocupações éticas sobre o modo que tratamos os

animais não-humanos em nossa sociedade. Esse debate continua e se aprofunda até os dias de hoje, a sociedade aos poucos vai mudando a mentalidade em relação aos animais e vemos cada vez mais avanços sendo conquistados em prol destes que coabitam esse planeta conosco. Nos últimos anos temos visto um forte movimento nessa direção, com um número cada vez maior de adeptos a dietas vegetarianas e a estilos de vida que evitam o uso de qualquer produto de origem animal.

Muito por conta desses novos esforços analíticos, o tema vem se revestindo também de uma crescente relevância política, a partir da constatação mais e mais reforçada de que compartilhamos o mundo com uma pleora de seres diferentes de nós, e que precisamos tomar seriamente esta premissa, de modo a redesenhar os modelos de socialidade que desejamos para o presente e o futuro. (VELDEN, 2011, p.131).

2.3. Ambivalências e contradições da relação humano-animal

Com a tentativa de estabelecer a superioridade humana dominando ativamente os animais, cria-se uma hierarquia entre os diferentes grupos sociais. Os humanos que se comportassem de maneira considerada socialmente inadequada, tem sua condição de humano revogada, seu status é rebaixado ao de animal. Isso se reflete na linguagem. Leach, em seu texto de 1964, ao abordar a categoria animais e insulto verbal, afirma:

De modo amplo, o idioma da obscenidade cai em três categorias: 1) palavrões – que comumente se referem ao sexo e à excreção; 2) blasfêmia e profanação; 3) insulto animal – em que um ser humano é equiparado a um animal de outra espécie [...] Quando um nome animal é usado deste modo, como uma impreciação, isto indica que o próprio nome está investido de potência. Isto claramente significa que a categoria animal é de algum modo tabu e sagrada (LEACH, 1964, p.173).

Ao longo da história, humanos, vítimas de opressão política ou racial, foram sumariamente reclassificados como animais, juntamente a terem seus direitos legais e morais ignorados ou retirados, ou seja, foram desumanizados. Da mesma forma, os animais também podem adquirir muitos dos benefícios e privilégios normalmente reservados aos seres humanos. Na teoria, qualquer animal pode obter um status de quase-humano, em virtude de laços sociais desenvolvidos, mas na prática, somente duas espécies domésticas parecem ter conseguido isso com algum grau de permanência: o gato e o cachorro (SERPELL, 1995).

Todavia, essa relação de proximidade entre um ser humano e seu cão ou gato é carregada de ambivalências que se expressam de diversas formas em contextos variados. Serpell (1995) descreve como várias sociedades coabitam com cães, muitas vezes

desenvolvendo afeição por estes e usufruindo dessa parceria para algum fim, ao mesmo tempo em que, na linguagem, chamar um homem de cachorro é considerado uma ofensa gravíssima, pois o cão seria o equivalente ao pária, a posição mais degradante e excluída da sociedade. Em nossa própria sociedade brasileira, muitos cães e gatos são considerados membros da família e começam a ganhar tratamentos reservados a poucos humanos, ao passo em que, todos os anos, milhões de cães e gatos são abandonados nas ruas das cidades e ainda tantos outros são explorados economicamente. Essa ambivalência se expressa também quando o status quase-humano de um animal é rapidamente retirado, assim que este exiba comportamentos que fogem do “domesticado” esperado e revele resquícios de sua natureza animal. Isso acontece, por exemplo, quando algumas raças de cachorros são estigmatizadas, e em alguns países até mesmo criminalizadas, devido a alguns incidentes isolados, como o caso de rotweillers e pitbulls. Já o gato é um animal que carrega simbolismos com profundas raízes históricas. O número de gatos torturados e mortos é significativamente superior ao número de cães vítimas de crueldade, apesar desses registros serem realizados em número inferior à realidade, porque existem tutores que não acham estranho o seu gato desaparecer e quando o animal não retorna, assumem que ele foi atropelado, predado ou roubado. Há uma banalização da crueldade com esses animais, devido a noção de que maus-tratos a gatos não são tão problemáticos, pois formas culturais perpetuam estes abusos, sendo essas situações utilizadas como tema de livros, canções, filmes e jogos. O comportamento do gato doméstico possui uma série de peculiaridades que podem levar ao abuso, possuindo características sociais e biológicas que o tornam insubmisso. O gato é um animal solitário, noturno e que caça sozinho reforçando a imagem misteriosa e mística que impregna a mente das pessoas com superstições (MACHADO; PAIXÃO, 2014).

Ao analisarmos a relação humano-animal, entendemos que é uma relação paradoxal, irregular e instável de maneiras diversas. Thomas (2010) já apontava uma contradição intrínseca à nossa civilização moderna:

Havia, dessa maneira, um conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana. Uma combinação de compromisso e ocultamento impediu até agora que tal conflito fosse amplamente resolvido. É possível afirmar ser essa uma das contradições sobre as quais assenta a civilização moderna. Sobre as suas consequências finais, tudo o que podemos é especular (THOMAS, 2010, p.428).

Ao mesmo tempo em que a utilização de animais para o nosso benefício trazia avanços materiais, a sensibilidade em relação ao sofrimento animal e a questão ética também foi

ganhando força. A natureza de nosso relacionamento com eles e a maneira em que eles foram considerados dependeu de como nós, humanos, enxergávamos a nós mesmos e o nosso lugar no fluxo da existência. Esse relacionamento toma formas extraordinárias no curso do tempo e em culturas diversas (MANNING; SERPELL, 2011). Atualmente existe uma preocupação e interesse cada vez maior pelos animais de companhia, e um dos motivos para isso é devido às novas configurações familiares que muitas vezes incluem animais. Cada vez mais lhes é atribuída agência, tornando-se sujeitos na relação com os humanos.

Assim como as crianças conquistaram seu espaço junto à família no decorrer da Idade Média; nos dias de hoje os animais de estimação também vêm adquirindo seu espaço; espaço este que não é conquistado, mas sim dado a eles pelos seres humanos. Então, estes novos protótipos de formação familiar que mesclam a relação e o convívio entre humanos e animais tem se tornado cada vez mais presente em nossa sociedade (KNEBEL, 2012, p. 37).

Entretanto, ao mesmo tempo que os animais com os quais convivemos possuem um significado profundo, eles são também considerados pelas leis: objetos, coisas, mercadorias. São bens semoventes, a mesma classificação atribuída aos escravos na época da escravidão.

No Direito brasileiro, os animais são considerados bens móveis. Há uma parte do Código Civil que trata *Do Direito das Coisas*. Animais, em sendo bens móveis, têm seu regime jurídico estabelecido nessa parte do Código. Animal, pois, é havido como uma coisa. Coisa tem dono. Dono, nos limites legais, dispõe de suas propriedades. Tecnicamente um animal é considerado um semovente. Semovente é o bem móvel que possui movimento próprio, podendo ser um bicho selvagem ou domesticado. Um animal também é considerado um bem fungível. Quer dizer: ele não tem um valor particular, podendo ser substituído por outro da mesma espécie, qualidade e valor (ROSA, 2015).

Da contradição entre a lei que considera animais como coisas e os novos vínculos afetivos e identitários que os consideram sujeitos, surgem inúmeras situações problemáticas. Essa concepção legal desconsidera os novos vínculos afetivos entre animais humanos e não-humanos, assim como reforça o caráter assimétrico da relação, como assinala Ingold:

Os seres humanos, como pessoas sociais, podem possuir; animais, como objetos naturais, são apenas possuíveis. Assim o conceito de apropriação, assim como o conceito de intervenção, coloca a humanidade, o mundo de pessoas, em um pedestal acima do mundo natural das coisas (INGOLD, 2000, p. 64, tradução nossa⁶).

⁶ Human beings, as social persons, can own; animals, as natural objects, are only ownable. Thus the concept of appropriation, just as the concept of intervention, sets humanity, the world of persons, on a pedestal above the natural world of things.

2.4. Os diversos vínculos estabelecidos entre humanos e animais

A convivência entre animais e seres humanos sofreu modificações ao longo da história e os papéis desempenhados pelos animais se modificaram. A percepção das pessoas acerca do papel, dos cuidados e da interação entre elas e animais de companhia mudou bastante nos últimos vinte anos, tirando o animal do quintal e trazendo-o para dentro de casa, fornecendo ração nutritiva especialmente desenvolvida para suas necessidades, no lugar de restos de comida (MOURA et al., 2009). Como já mencionado, vemos emergindo novas configurações familiares, que incorporam indivíduos de outras espécies, constituindo-se laços de parentesco que formam famílias multiespecíficas. A linha de produtos destinada aos animais domésticos vem aumentando de forma exponencial, assim como o mercado de artigos para animais de companhia.

O mercado de animais domésticos e de produtos e serviços destinados aos bichos de estimação têm crescido de forma significativa no Brasil. Segundo os dados mais recentes divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet), no ano passado, o segmento faturou R\$ 14,2 bilhões e respondeu por 0,32% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas de um país) (BRANCO, 2013).

Produtos que antigamente eram exclusividade dos seres humanos, passaram a ser oferecidos também para os animais, como por exemplo, perfumes, banhos terapêuticos, medicamentos para combater ansiedade e estresse, entre outros.

Ao analisarmos mais de perto, vemos que o que ocorre é a criação de laços afetivos profundos entre os membros humanos de uma família e aquele determinado animal e a consequente inserção do animal nos diversos âmbitos da vida social. Como já apontado, existe uma grande contradição no nosso relacionamento com os animais, e essa família, que considera e trata determinado cãozinho ou gatinho como filho, pode cruzar o caminho de inúmeros outros animais em situação de abandono nas ruas e isso não despertar indignação ou compaixão, mas ser um evento rotineiro. Vemos o reflexo da organização social desigual da sociedade humana, também se expressando na relação entre humanos e animais. Enquanto alguns vivem em uma situação de luxo e ostentação, outros são tratados com indiferença e considerados refugio da sociedade. Temos de um lado uma grande valorização da vida animal, elevando-a ao status de membro igualitário da família, e do outro uma simples falta de reconhecimento da mesma.

Ocorre um processo de familiarização, quando um determinado animal de estimação é inserido no espaço doméstico e desenvolve laços com os outros membros da família. A

constituição de laços de parentesco com um animal de companhia acaba por compor famílias multiespecíficas. Devemos nos atentar a existência desse vínculo identitário. Essas famílias não necessariamente entendem todos os outros cães ou gatos como portadores de personalidade e sujeitos com interesses próprios. Enxergam subjetividade e dão valor especialmente à vida daquele determinado indivíduo, como um parente. Nesse sentido, há uma grande distinção entre animais que possuem tutores e aqueles que não os têm. A tutela do Estado somente é requerida e necessária para os animais que não possuem tutores que se responsabilizem por esses animais, ou então, em uma situação de desestruturação da ordem social. Dentro de uma mesma espécie, existem diferentes status. Não há uma regularidade de tratamento com os indivíduos de uma mesma espécie. Cães e gatos, por mais que seus interesses tenham maior visibilidade em relação a outras espécies de animais domesticados, como os de criação, em sua grande maioria também se encontram vulnerabilizados nas ruas das cidades e até mesmo esses com tutores se encontram vulneráveis quando a vida social é desestruturada. É importante nos atentarmos a essas particularidades quando queremos descobrir como atender satisfatoriamente as necessidades de animais que se encontram em um desastre.

A importância desse processo de familiarização que temos nos dias de hoje, é que alguns animais de companhia acabam por integrar não somente um vínculo afetivo, mas essa relação ganha aspectos identitários que como tal, não podem ser substituídos. A perda de um filho ou de uma mãe representa uma parte da identidade do indivíduo que acaba ali. E cada vez mais esse vínculo afetivo, social e identitário com um animal é não menos importante do que a perda de qualquer outro membro da família. Inclusive alguns estudos afirmam que é um vínculo único, no sentido em que o animal é um apoio incondicional, que não julga nem critica. Tendo isso em conta, vislumbramos a importância em se incluir animais de companhia em planos de contingência para desastres e outras crises, assim como, de endereçar no planejamento de desastres, outras particularidades resultantes dos diferentes tipos de vínculos que podemos desenvolver com os animais.

O apego humano aos animais pode realmente ser um vínculo único, semelhante, mas diferente do apego humano para outros seres humanos. Muitos donos de animais entendem que seus animais de estimação melhoram a qualidade da vida familiar, minimizando a tensão entre os membros da família. Num estudo, os investigadores determinaram que mais do que um terço dos donos de cães no estudo, se sentiam mais próximos dos seus cães do que de qualquer outro membro humano da família. Em outro estudo, pessoas executando tarefas estressantes na presença de seus animais de estimação tinham menos estresse subjetivo e frequência cardíaca e

pressão arterial mais baixa do que aqueles que realizaram a mesma tarefa na presença de seus cônjuges. Os autores do estudo atribuíram essa descoberta ao fato de que as pessoas sentem que estão sendo avaliados por seus cônjuges, enquanto animais de estimação são entendidos como apoiadores sem julgamentos (HALL et al., 2004, p. 370, tradução nossa⁷).

São diversos os tipos de vínculos desenvolvidos entre animais e seres humanos. No Quadro 3 temos uma sistematização de algumas das categorias de vínculos possíveis, para fins de análise. Nesse sentido, as implicações sociais, psicológicas, econômicas, trabalhistas, logísticas, de saúde pública, de segurança, entre outras, deveriam ser consideradas previamente à uma crise aguda, os incluindo em planejamentos; durante a crise, no caso da necessidade de evacuação ou de atendimento emergencial dessa população; e no período de reconstrução, reunindo os animais com seus tutores e também reestabelecendo os meios de vida comunitários, daqueles que dependem de seus animais de criação para sobreviver⁸.

Quadro 3 – Sistematização de categorias de animais por vínculo com os seres humanos e seus respectivos status

Categorias de animais por vínculo	Descrição	Status do animal
Animais de companhia com tutor	Cães, gatos e outros que possuem um tutor responsável por ele	Membro da família
Animais de companhia sem tutor	Cães e gatos abandonados	Párea
Animais como parceiros de caça	Cães que podem exercer funções de busca e rastreamento para autoridades	Valor em sua função de controle da ordem/ambiente
Animais para transporte	Cavalos, burros, jegues que muitas vezes trabalham até a exaustão	Valor em sua função de transporte de pessoas e cargas

⁷ Human attachment to animals may really be a unique bond, similar to but different from human attachment to humans. Many pet owners view their pets as enhancing the quality of family life by minimizing tension between family members. In one study, researchers determined that more than one-third of the dog owners in the study felt closer to their dogs than to any human family member. In another study, people performing stressful tasks in the presence of their pets had less subjective stress and lower heart rate and blood pressure than did those who performed the same task in the presence of their spouses. The authors of the study attributed this finding to the fact that people feel that they are being evaluated by their spouses while pets are experienced as nonjudgmental supporters.

⁸ As contradições da nossa relação com os animais perpassam inclusive esse trabalho que, na tentativa de abarcar todos os pontos relevantes para a questão, ora discursamos sobre a temática a partir do ponto de vista do sofrimento animal e de seus interesses enquanto sujeito, o que acaba por nos levar a questionar a estrutura de relações estabelecidas; ora do ponto de vista do reestabelecimento dos vínculos anteriores à um desastre, pregando, nesse sentido, o retorno a uma situação de exploração dos animais para o benefício humano.

Animais para lazer	Cavalos criados em haras que podem também ter seu valor na genética ou linhagem; cavalos que puxam charretes em cidades turísticas, muitas vezes trabalhando até a exaustão; animais presos em zoológicos ou usados em circos como entretenimento, muitas vezes gerando acidentes fatais	Entretenimento para quem usufrui
		Função econômica para quem os explora
Animais de laboratório	Ratos, macacos, cães, gatos, etc. tem seus corpos ou comportamentos modificados e depois são descartados	Dados de pesquisa
Animais como meio de produção	Vacas, cabras, galinhas, carneiros possuem uma vida de exploração (ovos, leite, lã)	Meio de produção, valor em sua função econômica
Animais para abate e corte	Vacas, galinhas, porcos que são criados somente para engordar e são mandados para o matadouro	Comida, algo a ser morto, valor em sua função nutricional
Animais silvestres ou selvagens	Animais que não foram domesticados, que tem seus ambientes cada vez mais reduzidos e por causa disso há conflitos constantes com as populações humanas	Algo a ser preservado, valor em sua função ambiental
Animais considerados sagrados	A naja e o elefante no hinduísmo, a águia e a aranha no xamanismo, o pavão real no budismo, etc	Valor em seu simbolismo
Animais vetores de doenças	Ratos, animais peçonhentos,	Praga, algo a ser

insetos, o controle populacional é eliminado
considerado questão de saúde
pública

Fonte: A autora.

Essa classificação rege a maneira como os tratamos, qualificando o vínculo como afeto ou repúdio, e a distância estabelecida entre nós e eles. Essas relações e vínculos não são estáticos. É importante frisar que devido a ambivalência existente na nossa relação com os animais, esses status são variáveis. Um animal pode conseguir o status de quase-humano temporariamente, assim como de animal querido em um momento e de indesejável em outro. Essa instabilidade e a ambivalência de status contribui para a vulnerabilidade dessa população. Entender esses diferentes significados nos ajuda a compreender a dinâmica das relações sociais e como os animais são afetados.

Assim, a sociedade classifica os animais não-humanos não somente em termos de características biológicas (escala filogenética), mas também em relação a características morais (escala sociozoológica). Neste modelo, animais “bons” são aqueles que aceitam a situação de subordinação em que se encontram, o que é o caso da maioria dos animais de companhia, animais de fazenda e animais de laboratório. Por outro lado, animais “maus” são aqueles cujo papel de subordinado é compreendido como incerto ou não aceito, como no caso das “pestes”, “vermes” e espécies com traços biológicos entendidos como monstruosos. Como eles são vistos como ameaças sociais, devem ser mortos ou ignorados (ARLUKE; SANDERS, 1996 apud MACHADO; PAIXÃO, 2014).

Podemos ainda explorar outras ambivalências. Algumas categorias de animais possuem um valor instrumental, ou seja, um valor na perpetuação de sua existência. Por exemplo, um cavalo que é utilizado para puxar uma carroça. Nesse caso, o animal é um objeto de trabalho, é interessante para o seu dono que ele permaneça vivo pelo maior tempo possível, no entanto, esse animal está sendo sistematicamente explorado. Ocorre uma exploração progressiva, que agride e prejudica o cavalo aos poucos, causando, por exemplo, inflamações e dores de artrite e artrose, devido ao excesso de peso, e problemas respiratórios, devido ao uso do freio, que pressiona a língua e não os deixa engolir normalmente a saliva. Em contrapartida, o valor como meio de trabalho garante que as condições de sobrevivência sejam fornecidas e muitas vezes, até mesmo um vínculo com o tutor é estabelecido. A constante interação do dono com o cavalo resulta em um vínculo afetivo, esse animal muitas vezes tem um nome e é considerado importante para a família, mas não deixa de ser

explorado e de viver uma vida de servidão. Natasha Fijn (2011) em seu estudo antropológico do processo de domesticação de rebanhos, em uma sociedade de pastoreio da Mongólia, conclui que as famílias pastoras enxergam os animais como indivíduos.

Mongóis possuem várias escalas para identificar os animais, com base na distribuição da espécie, do rebanho, ou no nível do indivíduo. Este nível individual de classificação é crucial para entender a relação dos pastores com seus animais. Através de um sistema de categorização de acordo com a cor da pelagem, padrão, idade, sexo e outras características físicas ou comportamentais distintas, cada membro é uma entidade de direito próprio e não apenas um de uma massa de objetos dentro de um rebanho. De forma igualitária, cada animal é atribuído com características físicas e comportamentais específicas, únicas para cada ser. Mongóis não veem os animais de rebanho puramente como produtos econômicos a serem explorados para consumo humano, ou como meras coisas: eles são primeiramente pensados como indivíduos com uma personalidade, essencialmente como "pessoas" engajadas em uma relação recíproca (FIJN, 2011, p.103, tradução nossa⁹).

Por outro lado, existem os animais que possuem valor em sua morte, ou seja, um animal que é criado para o abate e seu corpo considerado uma mercadoria. Em sua curta vida, podemos pensar que mais cuidados e atenção são direcionados a esse animal. A comida é constante e abundante, medicamentos são dados e há um enorme cuidado com a sua saúde. Entretanto, quando esse animal atinge o que seria a sua melhor forma, a ele é reservada somente a morte, e na maioria das vezes, por procedimento padrão, essa morte se dá com requintes de crueldade. Todos os cuidados e provisões disponíveis a esse animal seguem uma agenda mercadológica. Antibióticos e alimentação abundante são fornecidos para preparar a mercadoria de forma desejada, que seria a carne. Há até mesmo diferentes termos para referenciar um animal vivo e seu corpo depois de morto. Chamamos de carne, quando o sentido do cadáver do animal se perde, e o corpo ganha status de comida. Todas as outras necessidades subjetivas do animal, enquanto ser vivo, não são satisfeitas, por não fornecerem vantagens dentro da lógica econômica.

Devido a essa racionalidade econômica, milhões de vidas são geradas diariamente e são mantidas de forma degradante durante um curto período de tempo. Esses animais são

⁹ Mongolians have multiple scales for identifying their animals, on the basis of the species, the herd, or on the level of the individual. This individual level of classification is crucial to understanding the herders' relationship with their animals. Through a system of categorization according to coat colour, pattern, age, sex, and other distinguishing physical or behavioural characteristics, each member is an entity in its own right and not just one of a mass of objects within a herd. In an egalitarian manner, each animal is attributed with specific behavioural and physical characteristics, unique to each being. Mongolians do not view the herd animals purely as economic products to be exploited for human consumption, or as mere things: They are primarily thought of as individuals with a personality, essentially as "persons" engaged in a reciprocal relationship.

privados de inúmeros comportamentos e vivências que seriam essenciais para o seu bem-estar. Privados de sono, de liberdade, de convivência com outros indivíduos, etc. Essa produção em massa de vida e de morte também implica na utilização massiva de outros recursos naturais como água, grandes espaços para pastos e grãos para alimentação dos animais, que em vez disso poderiam ser utilizados de maneira mais eficiente, diretamente para a alimentação humana. Assim, a lógica econômica da indústria, não somente mata milhões de seres vivos sencientes diariamente, como também tem um impacto devastador no planeta.

Excluindo a aquicultura, mais de 70 bilhões de animais terrestres são criados para consumo humano no mundo todos os anos. Em 2006, no seu famoso relatório “A Longa Sombra da Pecuária”, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) concluiu que o setor de produção animal era um dos dois ou três maiores contribuintes para a degradação ambiental. Agora, sete anos mais tarde, a conclusão ainda é a mesma: a agricultura animal sozinha é responsável por 14,5% dos gases de efeito-estufa gerados por atividades humanas, de acordo com seu novo relatório. O relatório atual reconhece que programas que visem reduzir as emissões do setor devem também levar em consideração o bem-estar animal (Humane Society International, 2013).

A maneira como essa indústria opera desde a última metade do século XX, chamada de *factory farming* ou pecuária industrial, priva os animais de toda e qualquer capacidade de expressar seus instintos naturais. Em busca de mais lucro e aumento de produção, a subjetividade desses animais é ignorada. Nesse sistema, animais de criação enfrentam inúmeros riscos em desastres. O valor do animal somente como mercadoria é determinante no tratamento que ele irá receber durante um desastre. Na maioria das vezes, o resgate de suas vidas simplesmente não é viável economicamente. Salvar a vida do animal de criação frequentemente custa mais do que o valor monetário de seus corpos. Além disso, a indústria cria situações altamente vulnerabilizantes para esses animais. Podemos citar como exemplo, as *battery chicken*, que é uma forma de produção intensiva de galinhas poedeiras que são mantidas amontoadas aos milhares em arranjos de linhas e colunas de gaiolas idênticas, ligadas entre si. No caso de qualquer imprevisto, como a ocorrência de um fator de ameaça que cause uma falta energia, consequências graves acometem essas galinhas, visto que os sistemas de alimentação e de temperatura em geral são automatizadas (IRVINE, 2009).

A classificação que fazemos dos animais vincula-se a um processo de invisibilização social em maior ou menor grau. A invisibilização social de algumas categorias de animais é um contundente obstáculo à institucionalização da proteção animal em contexto de desastre. A hierarquia elaborada por nós determina quais animais começam a ser inclusos em planos de

emêrgencia: os considerados membros da família; enquanto outras categorias animais são visíveis somente quando são considerados questões de saúde pública.

2.5. Os variados benefícios fornecidos pelos animais

Inúmeros estudos (COSTA, 2006; HEIDEN; SANTOS, 2009; MILLER; LAGO, 1990; VACCARI; ALMEIDA, 2007) revelam os benefícios que os animais de companhia trazem para o mais variado leque de pessoas com necessidades especiais, hospitalizadas, idosos, crianças, entre outros.

Os animais de estimação provocam mudanças na vida dos idosos e a maioria dos idosos, mais de 70% deles, os consideram membros da família, os idosos os tratam como filhos e, além disso o animal representa segurança para os idosos, pois eles não são ambivalentes. O vínculo que os idosos mantêm com seus animais de estimação é muito estreito, os animais estão muito próximos deles, os idosos depositam um grande afeto no animal de estimação e, quando um animal de estimação morre, isto causa sofrimento para o idoso, ele fica triste e sente falta do animal (HEIDEN; SANTOS, 2009, p. 495).

Animais de companhia não somente são membros insubstituíveis da família como trazem inúmeros benefícios sociais, físicos e psicológicos. Animais de estimação proporcionam os benefícios de afeição e amor assim como segurança e proteção (CUSACK, 1988 apud HUNT et al., 2008). Fisicamente, ser guardião de um animal reduz a pressão sanguínea (KATCHER et al., 1983 apud HUNT et al., 2008) e aumenta a taxa de sobrevivência entre pacientes cardíacos em processo de recuperação (FRIEDMANN et al., 1980 apud HUNT et al., 2008), além de reduzir o risco de doenças cardiovasculares (ANDERSON et al., 1992 apud HUNT et al., 2008). Ademais, a presença de animais de companhia pode mitigar as consequências psicológicas de traumas e estresse. Em um estudo envolvendo crianças vivendo em zonas de guerra, foi concluído que crianças com animais exibiram menores níveis de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) quando comparado com crianças que não possuíam animais de companhia (ARAMBASIC et al., 1999). Inclusive, a Terapia Assistida por Animais é um processo terapêutico formal em âmbito mundial.

A terapia com animais pode ser benéfica para qualquer ser humano, em diferentes situações de vida, mas é especialmente indicado para crianças. Buscando investigar qual a função do animal para a criança durante a infância, Levinson, em seu estudo, identificou-o como objeto de fantasia: como um companheiro imaginário, um agente por meio do qual a criança aprende a ser responsável, adquirir um sentido de identidade e desenvolver

independência. Os animais são, para as crianças, como uma fonte de amor incondicional e lealdade, principalmente diante de punições. Servem de apoio durante as crises familiares, oferecendo consolo quando os adultos estão envolvidos com seus próprios problemas e assuntos (VACCARI; ALMEIDA, 2007, p. 112).

Animais de criação desempenham um papel essencial na sobrevivência de comunidades rurais ou carentes que dependem do uso comercial e de subsistência de produtos de origem animal, como leite de vaca ou cabra, ovos de galinhas, porcos, cavalos, etc. Estes animais são utilizados como meios de produção, transporte, e representam o sustento de famílias que, em face da perda dos mesmos, somente podem reconstruir suas vidas numa base mais precária do que a anterior. Esses animais apresentam uma dimensão econômica que, quando perdida, tem bastante relevância para a reconstrução da comunidade que tinha neles uma fonte de renda. Além dessas dimensões existentes do vínculo humano-animal, há outras possíveis como, por exemplo, um cavalo que tem seu valor para o dono também em sua genética, ou em sua função de lazer e status. Apesar destas dimensões do vínculo entre humanos e animais muitas vezes não considerarem prioridade, o bem-estar dos próprios animais, o impacto da perda do animal na vida de famílias que se utilizam deles não pode ser abreviado.

Em muitas partes do mundo em desenvolvimento, os animais e as pessoas são fortemente interdependentes. Muitas vezes, as pessoas dependem totalmente dos seus animais para cultivar a terra e fornecer alimento e transporte. Segundo dados da ONU, aproximadamente um quarto da população carente do mundo cria animais. Nessas comunidades, animais saudáveis são parte integral de: Empregos e economia, garantia de alimento, segurança física, saúde e cultura (WSPA, 2015).

Por esse apanhado, podemos afirmar o grande valor que um animal, tanto de companhia como de criação, pode ter tanto para a vida privada, quanto comunitária. Estudos sobre o tema afirmam que o luto após a morte de um animal de estimação é semelhante ao sentido após a morte de um ser humano querido (PLANCHON; TEMPLER, 1996). Portanto, devido a sua relevância, a perda de um animal pode significar um fator estressante significativo:

Em um estudo sobre perda de animais de estimação e de saúde mental, Stallones (1994) descobriu que em uma população que tinha perdido recentemente um animal de estimação, a prevalência de sintomas de depressão foi três vezes maior do que na população normal. Outro estudo descobriu que 93% dos donos que estavam lidando com a perda ou doença

de um animal de estimação experimentaram alguma interrupção na sua rotina diária, padrões de sono e de alimentação tipicamente erráticos, enquanto 70% relataram ter as atividades sociais diminuídas (Quackenbush e Glickman, 1984). Hunt e Padilla (2006) descobriram que o luto relacionado com animal de estimação foi fortemente correlacionado com sintomas de depressão (HUNT et al., 2008, p. 110, tradução nossa¹⁰).

2.6. Vulnerabilidade crônica dos animais

Apesar de todos esses benefícios e parceria histórica, milhares de cães e gatos vivem em situação de abandono pelas ruas brasileiras. A nossa relação com os animais é uma relação multifacetada, que também altera os hábitos e necessidades dos próprios animais. Um animal domesticado historicamente, que prestou funções em parceria do ser humano e ganhou benefícios em troca, como resultado, alterou seus hábitos e comportamentos e atualmente não consegue “se virar” em um mundo que não é seu ambiente natural. Uma cidade é um ambiente construído por seres humanos, para seres humanos. A população de animais de companhia é uma população que vivencia uma vulnerabilidade crônica. O número exorbitante de animais domésticos negligenciados nas ruas é um problema criado e que somente pode ser resolvido também pelo ser humano. O cuidado com essa população é indispensável, pois devido à domesticação, ela necessita da parceria humana para sobreviver e garantir suas necessidades básicas.

Quando consideramos a vulnerabilidade de certo grupo social, estamos também focando em “como a falta de poder social faz as pessoas serem incapazes de influenciar onde e como vivem e os priva de uma voz política” (IRVINE, 2009, p. 4, tradução nossa¹¹). No caso dos animais, há o agravante da falta de autoexpressão inata que os coloca em desvantagem para comunicar seus enfrentamentos. Ademais, assim como outros grupos historicamente oprimidos, os animais possuem um passado de serem reconhecidos apenas pela utilidade prática, das diferentes espécies, que foram utilizadas sistematicamente em benefício de um outro grupo hegemônico, no caso dos animais, a espécie humana. Os animais em nossa sociedade sempre foram considerados objetos passíveis de uso, e não sujeitos (IRVINE, 2009).

¹⁰ In a study of pet loss and mental health, Stallones (1994) found that in a population that had recently lost a pet, the prevalence of symptoms of depression was three times greater than in a normal population. Another study found that 93% of owners dealing with the loss or illness of a pet experienced some disruption in their daily routine, typically erratic sleeping and eating patterns, while 70% reported diminished social activities (Quackenbush and Glickman 1984). Hunt and Padilla (2006) found that pet-related bereavement was strongly correlated with symptoms of depression.

¹¹ How the lack of social power makes people unable to influence where and how they live and deprives them of a political voice.

Devido ao predomínio humano histórico sobre os animais e às contradições existentes nas relações interespecíficas, podemos dizer que todos os animais de outras espécies, que não humanos, vivenciam uma vulnerabilidade crônica. O especismo é presente e forte em todas as esferas da sociedade, que é construída na premissa de que há uma diferença valorativa entre a vida de um ser humano e de um animal. Nós os matamos e comemos todos os dias, utilizamos seus corpos para testar nossos produtos, os aprisionamos e impomos uma vida de servidão, quando não a morte. Nossas indústrias são baseadas na crença de que a vida deles vale menos do que a nossa, menos até do que nosso conforto ou luxo.

Diferentes animais possuem diferentes habilidades para lidar ou escapar de riscos e também possuem maior ou menor controle sobre os seus ambientes. Ou seja, diferentes tipos de animais são vulneráveis de maneiras diferentes à determinados riscos. A vulnerabilidade é uma característica variável, e não uma generalizante ou intrínseca (IRVINE, 2009).

Os animais domésticos, como o próprio nome já diz, foram domesticados através dos séculos e por isso possuem uma dependência enorme dos seres humanos para sobreviver. Em uma situação crítica, muitos se perdem de seus guardiões e acabam morrendo por inanição, desidratação, doenças, atropelamentos, etc. Os animais de criação, milhares deles aprisionados em gaiolas por causa da indústria, possuem pouca ou nenhuma chance de escapar na ocorrência de um desastre, assim como animais em laboratórios. Estes acabam sendo invisíveis, pois, o seu resgate não está na agenda de seus criadores, uma vez que não estão mais em condições de desempenhar sua função prévia de mercadoria ou de dados de pesquisa.

2.7. Registros recentes de animais em desastres no Brasil

Inúmeros desastres ocorridos no Brasil e no mundo são frequentemente destaques na mídia. Alguns registros envolvendo animais foram impactantes para o público em geral, comovendo e sensibilizando sobre a situação de animais circunscritos em desastres. O desastre relacionado ao furacão Katrina, em 2005, é um marco para a sensibilização do público norte-americano em relação aos animais, pois a cobertura midiática deu visibilidade aos animais domésticos que acabaram sendo forçadamente deixados para trás, o que acabou resultando na mudança da lei americana.

Um dos registros midiáticos marcantes de animais em desastres brasileiros, é a cena do resgate de uma senhora de cinquenta e dois anos que se agarrava ao seu cachorrinho enquanto tentava não ser levada pela enxurrada. A situação ocorreu em São José do Vale do Rio Preto, município localizado na região serrana do Rio de Janeiro, afetada severamente em 2011. A

senhora está no telhado de um prédio, abraçada a seu cachorrinho, enquanto a correnteza das águas sobe e carrega todas as construções do entorno. Outras pessoas, em outro telhado, um pouco mais alto, jogam uma corda para que a senhora se agarre. O emocionante resgate não tem final feliz para o cachorrinho, pois a senhora não consegue segurá-lo enquanto luta por sua vida, tentando se agarrar na corda. Em um mergulho, a senhora emerge sem o cachorrinho nos braços. O acontecimento nos lança a questão sobre tecnologias de resgate disponíveis para humanos e animais. No caso, não era uma autoridade competente que realizou a retirada da senhora por corda, mas sim um morador local - que, na ocorrência de um desastre, são sempre os primeiros a fornecerem ajuda, muito antes do poder público chegar. Todavia, estarão as autoridades preparadas e equipadas para realizar resgates das diferentes espécies de animais?

A quantidade de artigos jornalísticos que abordam animais que se encontravam circunscritos em situações críticas nos mostra que a questão ganha espaço na mídia e a preocupação da sociedade. No Quadro 4 apresentamos um apanhado para ilustrar a afetação da população animal pelos mais diversos tipos de desastres.

Quadro 4 - Manchetes de artigos jornalísticos envolvendo animais em contexto de desastres

Manchete	Data	Fonte
Animais são esquecidos em meio à cheia do rio Acre na capital	06 março 2015	Redação da ac24horas
Doze pessoas morrem e animais fogem de zoológico após temporal na Geórgia	14 junho 2015	O Estado de S. Paulo
Homem usa ônibus para salvar mais de 100 cães de enchente no RS	21 julho 2015	G1 Rio Grande do Sul
Morador só aceitou resgate quando pode carregar junto os sete cães da família	20 julho 2015	ZH Notícias
Refugiado sírio cruzou o mar Mediterrâneo com seu gato no colo	11 setembro 2015	Redação RedeTV!
Refugiados sírios fogem da guerra com seus animais	11 setembro 2015	World Animal Protection
Cachorro é abandonado por tutor durante enchente, mas sobrevive ao ser resgatado	10 out 2015	Portal do Dog

por outra pessoa		
World Animal Protection está no México avaliando o impacto do furacão Patricia	23 outubro 2015	World Animal Protection
Cerca de 50 animais são resgatados em tragédia em Bento Rodrigues	06 de novembro de 2015	Estado de Minas

Fonte: A autora.

Os acontecimentos relatados nos artigos nos dão indicativo que animais têm sido lembrados e incluídos nas ações dos tutores, mesmo em situações críticas e sem apoio institucional. Isso corrobora com a literatura do tema, que será explorada nos próximos capítulos, no que diz respeito à importância de animais serem incluídos em planos de contingência.

O desastre ocorrido no município de Ilhota-SC, em 2008, é um desastre em que, principalmente, animais de criação e de subsistência de pequenos produtores foram duramente afetados. Outro desastre relacionado às águas, ou no caso, à falta dela, foi a grande seca de 2012/2013 nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Imagens marcantes desse período incluem o gado sedento, definhando, se amontoando com seus pares para aguardar a morte, como podemos ver na Figura 1.



Figura 1. A vegetação ressequida e o gado morto entremeiam-se no espaço desolado da seca de 2012/13. Vacas e bezerros estirados sem vida sobre a terra limitam também as possibilidades do presente e do futuro do produtor familiar em Angicos/RN.

Fonte: Norma Valencio, janeiro de 2013.

O caso mais recente de grandes proporções que podemos destacar é o desastre relacionado com o rompimento de barragens da empresa Samarco ocorrido em Mariana-MG na tarde do dia 05 de novembro de 2015. Nos primeiros dias após o rompimento, vídeos da lama se aproximando e inundando o distrito de Bento Rodrigues foram divulgados na internet e reproduzidos pelos canais de televisão. Em um deles, vemos um cachorro correndo tentando fugir da onda de lama que o vinha seguindo. Animais de grande porte, como cavalos e vacas foram vistos nos dias que se seguiram, atolados no meio da lama, sem que as autoridades permitissem a entrada de pessoas na área afetada, por causa do caráter movediço que a lama molhada tomou. Esses animais foram deixados ali mesmo, por dias a fio, segundo às autoridades, devido a dificuldades operacionais técnicas para se movimentar na lama e realizar o resgate. Entretanto, apesar da proibição da entrada de moradores na região, resgates noturnos escondidos aconteceram, como por exemplo, de uma cachorra que era carregada por moradores em um lençol e foi registrado pela mídia. Novamente, isso confirma a necessidade de se pensar nos animais e incluí-los em planejamentos, devido a possibilidade de retorno prematuro de tutores a áreas afetadas, caso os animais permaneçam sem ajuda.



Figura 2. Resgates de animais presos na lama em Mariana/ MG
Fontes: Gazeta Minas, Bruno Bou, Exame e Catraca Livre.

2.8. Ciência e subjetividade animal

Como vimos, a relação interespecie é uma parceria antiga que acompanhou o processo civilizatório humano. Entretanto, ela foi considerada apenas a partir das décadas de 1970-1980 como tema acadêmico (FARACO, 2008). Aos poucos a temática tem sido cada vez mais aprofundada por diferentes áreas do conhecimento, buscando uma maior elucidação da

relação humano-animal. Somente recentemente, a subjetividade animal começa a ganhar mais espaço nas pesquisas científicas. Se, por um lado, os vínculos e papéis desempenhados pelos animais na sociedade humana são tão presentes e formadores, por que houve tanta demora, e ainda há tanta resistência em abordar a subjetividade animal dentro dos meios institucionais e científicos?

Buscando elucidar essa questão, Masson e McCarthy (1998), se baseando em estudos científicos e anotações de campo, reúnem anedotas que deixam claro a existência de emoções nos animais e problematizam o porquê cientistas relutam em estudar o tópico.

Muitos cientistas têm evitado pensar sobre os sentimentos de animais porque têm receio de serem acusados – com real possibilidade – de antropomorfismo. Se pode ser descartado como sendo uma crítica sem fundamento, então o estudo das emoções dos animais poderá prosseguir em bases científicas, livre de falso medo (MASSON; MCCARTHY, 1998, p. 24).

Devido ao medo do antropomorfismo e ao especismo na ciência, há uma grande lacuna nos estudos sobre a subjetividade animal. Através dos anos, cientistas de várias áreas do conhecimento não consideravam as emoções dos animais em suas pesquisas por medo de serem acusados de estarem antropomorfizando seus objetos de estudo. Tal existência de emoções nos animais são constatações óbvias para o senso comum. Qualquer pessoa leiga, que conviva intimamente com animais em seu cotidiano reconhece medo, alegria e outras emoções neles facilmente. Portanto, temos uma conjuntura singular na qual a ciência se encontra ainda muito atrasada em relação a reconhecê-las e por isso ainda quase não temos estudos sobre as emoções experienciadas pelos diferentes tipos de animais. Outro aspecto da questão é a dificuldade de ser levado a sério quando estudando a temática da subjetividade dos animais, considerado um tema inferior ou de menor importância, devido ao especismo perpassado na sociedade. Assim temos, nos últimos anos, manchetes de notícias que poderiam ser consideradas risíveis para a população em geral, por exprimirem o óbvio, mas que se referem a pesquisas recentemente realizadas. “Cachorros têm sentimentos como os humanos, diz estudo” (Exame.com, 07/10/2013); “Seu cãozinho ama você da mesma forma que um bebê ama a mãe” (Revista Galileu, 24/04/2015); “Estudo revela que os cães entendem quando falamos com eles” (Tudo Sobre Cachorros, 29/07/2015). A ciência, somente agora, está comprovando o que todos que possuem um animalzinho já sabiam:

Esses estudos de campo mostram o que a maioria das pessoas comuns sempre acreditou, ou seja, que os animais amam e sofrem, choram e riem;

que os seus corações se elevam com a expectativa e se afundam com o desespero. Eles sentem solidão, amor, desapontamento, ou são curiosos; eles relembram com nostalgia e antecipam alegrias futuras. Eles **sentem** (MASSON; MCCARTHY, 1998, p. 23).

3. Desastres

3.1. Bases conceituais da definição de desastre na perspectiva das Ciências Sociais

A definição de desastre é um conceito em disputa. Não existe ainda, na literatura internacional e nacional, um consenso sobre a definição do que seria um desastre. Entretanto, isso não significa que essa não seja uma questão relevante e a falta de consenso não levou a estagnação da discussão. Desastres são fenômenos multidimensionais, pois são eventos totalizantes. Desastres englobam uma coletividade de processos e eventos interseccionais - sociais, ambientais, culturais, políticos, econômicos, físicos, tecnológicos - que acontecem através de variados períodos de tempo (OLIVER-SMITH, 1998, p. 178). Oliver-Smith aponta que há algumas áreas de preocupação em comum entre os autores desse debate. Há certo consenso de que definições que focam no agente natural ou tecnológico do desastre divergem a atenção da natureza fundamentalmente social do mesmo. O desastre é definido por suas dimensões e expressões socioculturais, tanto o fenômeno como suas causas. Ou seja, o desastre é uma construção social.

No âmbito da Sociologia, há um profícuo debate em curso sobre os fenômenos denominados desastres. Uma gama de interpretações vem se desenvolvendo, sem que houvesse, até o momento, um consenso estabelecido. O que se pode, contudo, depreender até aqui, como um aspecto comum das discussões, é que os desastres ditos naturais não são, para a ciência supra, objetos cuja investigação repousa centralmente em variáveis independentes relacionadas intrinsecamente com os fenômenos naturais. A compreensão dos desastres para a Sociologia focaliza centralmente a estrutura e dinâmica social que, num âmbito multidimensional e multiescalar, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas (VALENCIO, 2009b, p. 5).

Há um caráter transescalar no fenômeno do desastre. Primeiramente, podemos pensar no acontecimento físico trágico pontual, não-rotineiro, que provoca uma concentração espaço temporal de danos. A esse acontecimento, dá-se o nome de crise aguda. Mais além, há o desastre como processo histórico social estruturante que vulnerabiliza certas parcelas da população. As relações de poder que perpassam a sociedade realizam a manutenção das injustiças e desigualdades sociais, criando assim os afetados preferenciais e as condições nas quais a situação da crise aguda é produzida. Assim, desastres seriam processos sociais,

endógenos a sociedade, compreendidos como crise social crônica. A crise aguda pontual explicita essa vulnerabilidade existente, apenas tornando visível o desastre já em curso. Por último, há também o desastre em relação ao tempo civilizacional global, que por meio de uma racionalidade vinculada ao modo de produção capitalista, favorecendo os detentores de meios de produção e de capital, criamos um mundo inexoravelmente catastrófico ao sistematicamente marginalizar certos grupos sociais. Ainda segundo Oliver-Smith (1998), essas diferentes definições de desastre são conciliáveis. Todavia, atualmente é a voz dos que tomam conta dos ‘eventos pontuais’ que tem prevalecido na disputa científica.

Nos estudos conduzidos no contexto brasileiro, o desastre apresenta-se como um processo social, historicamente construído, produto da manifestação de três crises que ocorrem simultaneamente na sociedade. Essas crises se expressam tanto por meio de acontecimentos na esfera pública, quanto no âmbito privado. Dentre essas crises podemos destacar a crise civilizacional, a crise crônica e a crise aguda (VALENCIO, 2012 apud VIANA, 2015, p. 60).

O paradigma defendido por Oliver-Smith (1998), Quarantelli (1998, 2005, 2015), Valencio (2009a, 2009b, 2010, 2011, 2012, 2014), Irvine (2004, 2006, 2007, 2009), Viana (2015) e outros é o paradigma da vulnerabilidade. Acserald (2002) afirma que aqueles que margeiam a sociedade, assim como a atenção governamental, vivenciam um processo de vulnerabilização. Esse paradigma enfatiza a necessidade de olharmos para os desastres além do acontecimento físico, mas considerar os fatores econômicos e sociais que fazem as pessoas e suas condições de vida serem inseguras. Susan L. Cutter (2005) resume bem a questão quando afirma: “A questão motivadora para esse novo paradigma não é ‘o que é um desastre’, mas sim ‘o que faz pessoas e lugares vulneráveis (e resistentes) a ameaças ambientais e eventos inesperados?’”¹².

Ao conceberem os desastres enquanto processos sociais, os autores contestam a denominação de ‘desastres naturais’, porque resumi-los a condição de ‘naturais’ deslegitimaria o debate político e social entorno da produção e responsabilização dos atores frente aos desastres (VALENCIO, 2012). O qualificativo ‘natural’ desloca responsabilidades, serve de base para um discurso de fatalidade e de inevitabilidade da tragédia. Segundo essa vertente, a sociedade é catastrófica, e há processos de vulnerabilização e produção de risco que devem ser considerados.

¹² Tradução nossa: The motivating question for this new paradigm is not 'what is a disaster', but 'what makes people and places vulnerable (and resilient) to environmental threats and unexpected events?'

Um desastre é sempre um acontecimento que corrói a cultura institucional de proteção na medida em que a noção de segurança que a embasa não passa no teste da realidade concreta (DOMBROWSKY, 1995). Se um desastre aconteceu é porque as regras e os procedimentos adotados pelas autoridades competentes, responsáveis por garantir a segurança da sociedade nessas circunstâncias, foram insuficientes ou mesmo equivocados, ocasionando considerável sofrimento social (VALENCIO, 2014). Apesar de que as falhas técnicas se evidenciem por meio da desproteção aos grupos mais fragilizados *in loco*, oriunda de certas práticas de defesa civil e dos demais órgãos operativos na emergência, há um lastro histórico que favorece a aparição das mesmas. No caso dos animais afetados nos desastres, há insistentes mecanismos sociopolíticos que, em diferentes escalas espaciais e de tempo, os conduzem sistematicamente a um destino coletivo trágico. “Resumindo, a vulnerabilidade de pessoas e grupos cria consequências desastrosas. O fator de ameaça externo desencadeia um processo social, cujo resultado varia muito” (IRVINE, 2009, p. 4, tradução nossa¹³).

Assim, desastres também são constantemente desencadeados pelo próprio sistema humano de relações, resultando em tanto crises agudas como crônicas. Portanto tomamos o conceito de desastre como um fenômeno que entrelaça acontecimento físico e elaboração cultural, como afirma Quarantelli (2005). O mesmo autor aponta que “o entremear das explicações do desastre como *crise aguda* e como *crise crônica* suscita uma possibilidade analítica que não deve ser desconsiderada”¹⁴:

A interface analítica que propicia compreender os desastres, simultaneamente, como *crise aguda* e *crise crônica* na esfera social apresenta vantagens e desvantagens interpretativas. Entre as vantagens, está a de poder fazer convergir aspectos da *situação em si* com a do *processo no qual esta situação é produzida*, ou seja, capturar as particularidades do momento mais crítico sem desconsiderá-lo como parte de uma tessitura socioespacial dinâmica mais abrangente (VALENCIO, 2012, p. 15).

3.2. Crise crônica: naturalização do abandono

Podemos concluir, partindo do que discorremos no capítulo “Animais e Humanos”, que animais passaram, e ainda passam, por um processo de vulnerabilização. A compreensão da vulnerabilidade sócio histórica dessa população é essencial para entendermos o porquê da negligência no resgate e tratamento de um animal durante o acontecimento de um desastre.

¹³ In short, the vulnerability of people and groups create disastrous consequences. The hazard sets off a social process, the outcome of which varies widely.

¹⁴ QUARANTELLI, 1998; 2006 apud VALENCIO, 2012.

Um fator de ameaça natural, como por exemplo, uma chuva forte que gera deslizamentos, pode não ser o fator principal causador de sofrimento animal. Não são os eventos naturais que produzem vulnerabilidade, esse é apenas um elemento frente a uma dinâmica social apartadora, causada pelo especismo. O processo vulnerabilizante e o especismo são questões já presentes na sociedade antes de uma crise aguda. A falta de órgãos públicos e instituições ou de verbas destinadas a prover as mínimas condições de sobrevivência aos animais é um problema crônico. Os milhares de animais de companhia abandonados nas ruas brasileiras são vistos pelo poder público como algo a ser combatido, como vetor de doenças e zoonoses, e não como um ser vivo que faz parte das atribuições do Estado fornecer cuidado. A vulnerabilidade dos animais é um problema crônico da nossa sociedade que somente é explicitado¹⁵ no advento de uma crise aguda:

A ruptura das rotinas, que o desastre ocasiona, não deve ser entendida como ruptura da ordem social. Quando populações em periferias desatendidas vêem-se na condição de desabrigadas apenas reconfirmam, num nível maior de degradação, a sua inferioridade construída por essa ordem social (VALENCIO, 2009a, p. 45).

Assim podemos dizer que a naturalização do abandono de animais de companhia na sociedade brasileira serve como legitimação para o desleixo no tratamento dos mesmos em casos de emergência. A situação de abandono dos animais nas ruas brasileiras é uma crise crônica que se estende no tempo social. A exposição aos maus tratos a animais rotineiramente cria um entorpecimento e resulta na indiferença crônica da população que acaba entendendo aquela situação como ‘natural’ ou ‘normal’.

Infelizmente, estima-se que cerca de 80% dos cerca de 600 milhões de cães no mundo esteja nas ruas, porcentagem também estimada para gatos. Os problemas resultantes dessa população na rua são significativos, entre eles a disseminação da raiva e ferimentos resultantes de mordidas. Há também sérios comprometimentos do bem-estar dos animais envolvidos: fome, frio, doenças e medo gerado por interações agressivas com seres humanos e outros animais (WSPA, 2009).

O estado de vulnerabilidade da população animal não incita uma maior preocupação com suas necessidades, mas em vez disso a torna supostamente mais apta a tolerar o sofrimento. Vemos no trecho a seguir, a mesma lógica aplicada às populações que invariavelmente são os afetados preferenciais, assim como os animais:

¹⁵ No entanto veremos que essa explicitação não resulta necessariamente em visibilidade para a questão.

Muito correntemente, em conversas informais no meio de defesa civil, se ouve discursos no qual o estresse dos estabelecidos, cujos meios materiais sofreram danificação ou destruição em desastre, deva ser objeto de amparo psicossocial ao passo que o dos empobrecidos não causa preocupação. A representação do mundo social que agentes da defesa civil por vezes mantêm, com base em preconceito de classe, é de que o sofrimento recorrente cria calos emocionais aos empobrecidos; já os afluentes tem sensibilidades que merecem cuidados (VALENCIO, 2009b, p. 7).

Por esse motivo, estudos que explicitem os enfrentamentos da população animal envolvida em um desastre são fundamentais, visto a falta de auto expressão desse grupo social vulnerabilizado e a falta de voz política para lutar por melhorias. Há uma crise crônica naturalizada, que torna a população animal em geral, e em específico o grande número de animais de companhia abandonados, vulneráveis a qualquer tipo de ameaça. Eles estão em todos os espaços, apesar de a sociedade os marginalizar e tratar com indiferença suas necessidades cotidianamente. Na ocorrência de uma crise aguda, as instituições atuam com especismo, atribuindo pouco ou nenhum valor a suas vidas, ou ainda como menor valor na conjunção geral dos danos gerados pelo desastre. A seguir exploraremos a revisão da literatura existente sobre animais em contexto de desastres.

3.3. Animais em contexto de desastres

Estudos abordando a questão animal em um desastre são poucos e em sua maioria são norte-americanos. Em todo o mundo, são poucos os países que os levam em consideração em planejamentos de emergência. Nos Estados Unidos as recomendações em relação a animais de companhia mudaram após o advento do furacão Katrina que assolou a cidade de Nova Orleans em 2005, ocasião na qual as autoridades ordenaram a evacuação e previram que os residentes retornariam a suas casas em três dias, quando na realidade eles somente retornaram depois de três meses¹⁶. Inúmeros animais de estimação - de cães e gatos até papagaios e peixes - foram deixados para trás, pois nenhuma providência havia sido feita pelas autoridades para evacuar animais de estimação junto com suas famílias. As pessoas, esperando voltar alguns dias mais tarde, deixaram comida e água, mas os dias se transformaram em semanas, e os animais tiveram que lutar para sobreviver sem provisões ou o amor e carinho de seus donos.

¹⁶ Informação verbal retirada do documentário “O Abrigo”, dirigido por Flávia Trindade (2011).

Em 2005, o furacão Katrina revelou que há muito trabalho a ser feito para evitar a perda de vidas de animais e a separação dos animais de seus guardiões. The Humane Society dos Estados Unidos e a Louisiana Society for the Protection of Cruelty to Animals estimam que 727.500 animais de companhia foram afetados pelo Katrina apenas na cidade de Nova Orleans. Mais de 15.000 animais (incluindo cavalos e gado) foram resgatados depois da tempestade (veja Bryant 2006; Scott 2006). Apenas cerca de 2.300 animais de companhia foram reunidos com seus guardiões. Embora o número de animais que morreram não é conhecido, as estimativas confiáveis apontam que seja na casa dos milhares (IRVINE, 2007, p. 356, tradução nossa¹⁷).

Bullard (2006) afirma que o furacão Katrina expôs ao mundo a realidade nua do racismo ambiental. Para o autor “racismo ambiental refere-se a qualquer política, prática, ou diretriz que afete diferencialmente ou prejudique (intencional ou não intencionalmente) indivíduos, grupos ou comunidades com base em sua raça ou cor”. O autor não aborda a questão animal em si, contudo se consideramos animais seres vivos que também necessitam de proteção tanto quanto um ser humano, senão mais, entendemos essa população como mais um grupo que foi deixado para trás. Entendemos que a ação de resposta, dada pelas autoridades, ao desastre relacionado ao furacão Katrina, foi especista. O especismo está para a espécie assim como o racismo está para a raça: uma discriminação baseada na espécie, quase sempre a favor dos integrantes da espécie humana (OLIVIER, 1992).

No caso do furacão Katrina, os planejadores de transporte de emergência fracassaram em relação aos “mais vulneráveis” da nossa sociedade – os indivíduos sem carro, os que não sabiam dirigir, os sem-teto, as pessoas doentes, inválidas, idosas e as crianças. Como resultado, muitas pessoas vulneráveis foram deixadas para trás e podem ter morrido em decorrência de não terem tido nenhum transporte (BULLARD, 2006, p. 127).

Com tantos animais ainda em suas casas, muitas vezes presos à espera do retorno de seus tutores, o número de vítimas foi enorme. Como resultado, em outubro de 2006, o presidente Bush assinou a lei federal conhecida como *Pets Evacuation and Transportation Standards* (PETS). Esta lei estipula que a FEMA (*Federal Emergency Management Agency*) deve incluir os requisitos dos indivíduos, assim como as necessidades de seus animais de serviço e estimação em planos emergenciais. Este ato também determina que o financiamento

¹⁷ In 2005, Hurricane Katrina revealed that much work remains to be done to prevent the loss of animal lives and the separation of animals from their guardians. The Humane Society of the United States and the Louisiana Society for the Protection of Cruelty to Animals estimate that 727,500 companion animals were affected by Katrina just in the city of New Orleans. Over 15,000 animals (including horses and livestock) were rescued after the storm (see Bryant 2006; Scott 2006). Only around 2,300 companion animals were reunited with their guardians. Although the number of animals who died is not known, reliable estimates place it well into the thousands.

necessário para a evacuação e resgate durante a emergência ou desastre deve ser incluído no orçamento do governo federal, bem como nos planos de desastres locais. Também permite a FEMA ajudar no resgate de animais de serviço e companhia antes, durante e após a ocorrência do desastre. Os estados norte americanos também assinaram suas próprias novas leis de evacuação de animais ou modificaram as existentes para incorporar tal mudança¹⁸, pois a lei exige que para ser elegível a um financiamento federal, planos de preparação para emergências estaduais e locais incluam animais de companhia e de serviço em seus planos de evacuação (IRVINE, 2007).

Heath, Vocks e Glickman (2000) já mostravam que a razão mais comum dada por aqueles que não evacuaram seus animais de estimação era de que os donos pensavam que não ficariam longe por muito tempo e que a área evacuada era segura para o animal. Os autores afirmam que a divulgação ao público sobre a necessidade de evacuar também os animais, provavelmente ajudaria a diminuir o número de animais afetados. Avisam ainda que “tutores de animais e gestores de emergência devem entender que a maioria das condições que não são seguras para as pessoas também não são seguras para seus animais”.

Apreciar a natureza do apego de seres humanos para/com seus animais e o significado dessa relação em diferentes grupos socioculturais e ocupacionais tem enormes implicações práticas para a gestão de desastres. A importância destas e de outras questões relacionadas com animais em planejamento de desastres é apenas um fenômeno muito recente. No passado, animais, sejam de companhia, de criação, ou selvagens, foram frequentemente considerados apenas em uma reflexão tardia ou mesmo foram ignorado pelos planejadores de emergência e o público em geral (HALL et al., 2004, p. 368, tradução nossa¹⁹).

Em seu estudo sobre sequelas psicológicas após a perda de um animal de estimação com sobreviventes do Katrina, Hunt e seus colegas concluíram que a perda de um animal de estimação para alguns teve um impacto maior em psicopatologias do que ser deslocado de sua casa.

A comparação entre indivíduos que perderam seus animais de estimação (mas mantiveram suas casas) e aqueles que perderam suas casas (mas

¹⁸ Disponível em: <<http://www.myhotarticles.net/article/disaster-preparation-pets-evacuation-transportation-standards-act-pets>> Acesso em: 24 out. 2013.

¹⁹ Appreciating the nature of humans' attachment to their animals and the meaning of this relationship in different sociocultural and occupational groups has enormous practical implications for disaster management. The importance of these and other issues related to animals in disaster planning is only a very recent phenomenon. In the past, animals, whether pets, livestock, or in the wild, have often been considered only as an afterthought or have even been overlooked by emergency planners and the general public.

mantiveram seus animais de estimação) rendeu tamanhos de efeito de 0,8 para a depressão e 0,58 para dissociação peri-traumática. Estes valores são grandes o suficiente para sugerir que, para alguns indivíduos, a perda de um animal de estimação é um preditor mais importante do resultado psicológico do que perder a casa (HUNT et al., 2008, p. 115, tradução nossa²⁰).

No caso do furacão Katrina, como vários estudos demonstram ocorrer em desastres, sabendo que seus animais não poderiam acompanhá-los, muitos optaram por permanecer em suas casas com seus animais de estimação, o que complicou ainda mais os esforços de resgate humanos.

Possuir animais de estimação parece ser a razão mais importante pelo qual as famílias sem filhos não evacuaram. Para cada cão ou gato adicional, o lar seria quase duas vezes mais propenso a falhar em evacuar comparado com lares que possuíam animais de estimação e crianças. Nessas famílias sem crianças, os donos estavam aparentemente dispostos a colocar em risco suas vidas para ficar com seus animais de estimação (HEATH et al., 2001, p. 663, tradução nossa²¹).

Heath (2000) em seus estudos descobriu que mais de 80% das pessoas que retornam prematuramente a uma área evacuada depois de a terem deixado, o fazem para resgatar seu animal de estimação. Em outro estudo (LINNABARY et al., 1993 apud HUNT et al., 2008), as pessoas que viviam perto de um local de armazenamento militar de gás asfixiante e agentes alucinantes, que estava programado para ser destruído, foram pedidas para priorizar suas ações para uma evacuação hipotética. Proprietários de cavalos citaram como sua maior preocupação a segurança da família, seguida pela preocupação com seus cavalos. Três quartos dos participantes declararam que a sua decisão de evacuar seria influenciada pela segurança de seus cavalos e quase metade deles deu prioridade aos seus animais.

De acordo com vários estudos, tutores de animais vão colocar suas vidas em risco e podem não evacuar áreas de desastre, a menos que eles sejam assegurados do bem-estar dos seus animais. Além disso, a razão mais

²⁰ Comparing individuals who lost their pets (but kept their homes) and those who lost their homes (but kept their pets) yielded effect sizes of 0.8 for depression and 0.58 for peri-traumatic dissociation. These are large enough to suggest that for some individuals, losing a pet is a more important predictor of psychological outcome than losing one's home

²¹ Owning pets appeared to be the most significant reason why households without children failed to evacuate. For every additional dog or cat owned, such households were nearly twice as likely to fail to evacuate compared with petowning households with children. In these childless households, pet owners were apparently willing to jeopardize their lives to stay with their pet(s).

comum para pessoas retornarem a um local de evacuação é para resgatar seus animais de estimação (HALL et al., 2004, p. 369, tradução nossa²²).

Além desses, outro aspecto do caso de Nova Orleans é o sofrimento emocional de pessoas que foram forçadas a deixar seus animais de estimação para trás. O sentimento de culpa, a ansiedade da separação e pressão pela família, amigos e mídia, são motivações possíveis para que o dono do animal volte prematuramente para resgatá-lo (HEATH et al., 2000). O sofrimento de dezenas de milhares de animais também foi agravado pelos riscos de saúde e segurança que resultaram de tantos animais abandonados em uma mesma área²³.

Em seu estudo, Heath e seus colegas (2001) chegam à conclusão de que para superar o alto risco de fracasso na evacuação em famílias que possuem animais, a facilitação de evacuação de animais deve se tornar uma prioridade no planejamento, diferente do que foi o caso na época. Ele conclui que o maior problema para a evacuação de animais era logístico, resultante da inabilidade de transportar os animais, pois ele descobre que poucos se preocuparam se não teriam onde acomodá-los. Desafios logísticos específicos que os proprietários enfrentam variam com o tipo de animal. Heath (2000) afirma, por exemplo, que os desafios de evacuação de animais de fazenda dependem do número e tamanho dos animais e pela dificuldade de manipulação de forma fácil e segura. A logística de evacuação de gatos pode ser mais difícil do que para os cães, porque gatos se assustam facilmente e podem se esconder ou se tornarem irascíveis. Evacuação de peixes, répteis e anfíbios podem apresentar problemas logísticos únicos associados com o tamanho e o peso de aquários e terrários e com a dependência destes animais de energia elétrica para se esquentar. “Portanto, os programas destinados a melhorar a segurança pública e animal em desastres devem incentivar e facilitar a evacuação de animais no momento da evacuação das famílias e incentivar a posse responsável de animais em outros momentos” (HEATH et al., 2001, tradução nossa²⁴).

Desafios logísticos para mover os animais em um desastre podem desencorajar os tutores de evacuarem, atrasar a sua evacuação, ou levá-los a deixar seus animais de estimação para trás. A evidência de falha na

²² According to several studies, animal owners will risk danger to themselves and may not evacuate disaster areas unless they are assured of their animals' well-being. Moreover, the most common reason people return to an evacuation site is to rescue their pets.

²³ Disponível em: <<http://www.aspcapro.org/what-is-the-pets-act.php>> Acesso em: 09 mai. 2013.

²⁴ Therefore, programs intended to improve public and animal safety in disasters should encourage and facilitate pet evacuation at the time of household evacuation and encourage responsible pet ownership at other times.

evacuação humana, por causa de animais é apoiada por muitos relatos anedóticos (HEATH, 2000, p. 6, tradução nossa²⁵).

Voltando ainda ao caso do desastre relacionado ao furacão Katrina, houve o agravante de que quase dois terços das vítimas na Lousiana tinham mais de 60 anos (BULLARD, 2006). Como McCann (2011) aponta em seu estudo: “Os idosos frequentemente se recusam a evacuar se isso implica deixar seus animais de estimação para trás”²⁶, ou seja, esse pode ter sido um fator determinante para o aumento do número de vítimas.

Assim como em tantos outros desastres, em Nova Orleans, a falta sentida pela sociedade civil, de medidas voltadas a população animal, é sanada em parte por entidades e grupos organizados a partir da iniciativa particular voluntária. Mais à frente, questões relativas a estas organizações, que assumem responsabilidades nas quais o poder público deixou a desejar, serão exploradas mais detalhadamente.

Outra questão que aparece em alguns estudos, como de Chaffee (2006) e de McCann (2011), é que a equipe de atendimentos de emergência e de saúde é mais propensa a se apresentar para o trabalho, se abrigo e suporte familiar, como creches e cuidados para animais de estimação, forem fornecidos. Enfermeiras, quando questionadas, responderam que, caso seus animais não tivessem cuidados adequados, não compareceriam ao trabalho. A implementação deste tipo de serviço passa a ser uma necessidade para aumentar o número de agentes da saúde que possam oferecer assistência para as vítimas de um desastre.

Um empregador deve desenvolver um plano para o cuidado com os animais de estimação dos empregados com antecedência a um desastre. Animais de estimação necessitam de espaço, nutrição, gestão de resíduos e de monitoramento. Durante a resposta ao furacão Katrina, um enfermeiro executivo que conheço transformou uma unidade de internação em uma unidade de cuidados para animais de estimação, usando voluntários para equipá-lo. Isso aumentou significativamente o número de enfermeiros que reportaram ao trabalho. O executivo acredita que o plano de cuidados para animais de estimação salvou vidas, fazendo mais enfermeiros disponíveis para os pacientes durante o desastre (CHAFFEE, 2006, p.56, tradução nossa²⁷).

²⁵ Logistical challenges to moving animals in a disaster may either discourage pet owners from evacuating themselves, delay their evacuation, or cause them to leave their pets behind. Evidence of human evacuation failure because of animals is supported by many anecdotal reports.

²⁶ Tradução nossa: The elderly will frequently refuse to evacuate if it entails leaving their pets behind.

²⁷ An employer should develop a plan for employee pet care in advance of a disaster. Pets require space, nutrition, waste management, and monitoring. During the response to Hurricane Katrina, one nurse executive I know turned an inpatient unit into a pet-care unit, using volunteers to staff it. This significantly increased the number of nurses who reported to duty. The executive believes the pet care plan saved lives by making more nurses available to patients during the disaster.

Irvine (2004), em seu estudo, compara como o desastre afetou animais de estimação em dois furacões. O primeiro foi o relacionado ao furacão Andrew, que afetou o sudeste da Flórida, em 1992, quando ainda não havia nenhum planejamento para os animais de companhia e o segundo foi o relacionado ao furacão Charley, que afetou o sudoeste da Flórida, em 2004. No primeiro, estima-se que 1.000 cães e gatos foram sacrificados apenas por falta de espaço para abrigá-los. No segundo, muitos animais também ficaram desabrigados, porém nos anos entre os dois furacões, esforços para informar o público sobre o que fazer com os animais em um desastre aumentaram e organizações nacionais de proteção aos animais desenvolveram planos de emergência. O estudo encontra uma melhora dramática em relação ao tratamento dos animais inseridos nos desastres: no desastre relacionado ao furacão Charley, apenas dois cães foram sacrificados e muitos foram reunificados com seus guardiões ou encontraram novos lares. A rede interorganizacional respondendo às necessidades animais no segundo caso era socialmente forte e complexa. Um dos problemas encontrados foi que, apesar de uma equipe de voluntários ter sido treinada para responder as necessidades dos animais, muitos desses cidadãos estavam enfrentando suas próprias crises devido aos danos e prejuízos sofridos no desastre e fizeram de sua casa e família suas prioridades. Ou seja, novamente surge a necessidade de se criar serviços de suporte às equipes de apoio, para não perder contingente de agentes qualificados. Irvine aponta que no desastre relacionado ao furacão Charley, ainda havia a necessidade de se reduzir o número de animais perdidos e, para ela, uma solução seria aumentar o número de abrigos para humanos com uma área próxima designada para animais.

Heath (2000) chama atenção ainda para uma vantagem que poderia ser explorada ao se levar em consideração o vínculo entre humanos e animais em planejamentos de emergência. Baseado na informação de que famílias sem crianças tem menor propensão a evacuar do que famílias com crianças, devido a maior atenção dada aos interesses de sua criança, é possível que famílias com animais prestem mais atenção a avisos de evacuação no intuito de zelarem pela segurança de seus animais. Principalmente se esses avisos indicarem os perigos para os animais que não forem evacuados. Assim, dando atenção às necessidades dos animais, se aumentariam os índices de evacuação humana.

Brackenridge e colegas (2012) contam que o desastre relacionado ao furacão Katrina, embora não seja o primeiro desastre em que animais foram deixados dentro de uma zona de impacto e foi necessário resgate, ele marcou o início de uma maior sensibilização do público para a situação dos animais de companhia e seus proprietários durante desastres. Mídia, documentários e livros de não ficção voltaram sua atenção para a perda de animais, seu

resgate e os esforços de reunificação. Animais de estimação, tirados a força de crianças e idosos, tornaram-se parte da memória coletiva do furacão Katrina. Entretanto, a autora também afirma que a lei federal *PETS* que surge após este desastre ainda não têm como objetivo o bem-estar animal, mas sim foca em evacuar e abrigar animais de estimação como forma de tornar a evacuação humana mais eficaz. Cattafi (2008) vai afirmar que embora essas novas leis federais, estaduais e locais tragam mudanças tão necessárias na área dos direitos animais, a mudança é insuficiente. A autora explora as lacunas ainda remanescentes da lei atual estadunidense que não endereça questões como as legislações específicas para diferentes raças (*breed-specific legislation*) de cada estado. Podemos ver que mesmo um país que já começou a se preocupar com o planejamento para animais em situações emergenciais ainda têm várias questões para serem debatidas e aprimoradas. A literatura sobre animais em desastres aponta um longo caminho a ser percorrido, tanto pelo ente público como pela academia. Ainda há muito a ser estudado e implementado, contudo, uma coisa podemos afirmar: animais influenciam decisões. Essas podem ser influências negativas em relação à operacionalidade das autoridades competentes, atrapalhando esforços de resgate e colocando vidas humanas em risco. Ou, podem ser utilizados como uma influência positiva quando o poder público inclui animais em seus planejamentos e esses se tornam mais um incentivo a seguir as recomendações das autoridades.

As imagens mostradas na mídia corroboram com os resultados das pesquisas. O grande número de animais abandonados nas ruas e o fracasso da população em identificar e vacinar seus animais, são agravantes. Condições pré-existentes, que vulnerabilizam a população animal, determinam as consequências de um desastre, muito mais do que condições que surgem como resultado da crise aguda. O abandono ou a desvinculação involuntária é uma das maiores consequências de desastres para os animais. Heath (2000) descobre em sua pesquisa que proprietários de animais que eram clientes regulares de um veterinário eram menos propensos a ter perdido seu animal em um incêndio, e tutores que procuraram seus animais em várias páginas de internet, logo após o incêndio, eram os mais propensos a ser reunificados com seus animais. Os fatores que influenciam donos a entregar seus animais a abrigos humanitários são os mesmos em períodos de desastre ou não-desastre: problemas comportamentais, a idade e o status de esterilização, assim como mudança de residência do dono. Gatos são mais propensos a serem abandonados, o que é similar a proporção de gatos em relação a cães entregues a abrigos humanitários.

Todas essas semelhanças entre o abandono de animais durante crises pontuais e o abandono em outras épocas indicam que o padrão de cuidados com o animal previamente a

um desastre aponta a disposição que um tutor terá de cuidar de seu animal quando um desastre ocorrer. A prevenção em relação a animais em contexto de desastre passa por políticas públicas que tenham como objetivo o controle populacional através da esterilização, o cadastro dos animais e de seus tutores, a identificação dos animais, campanhas de vacinação e de adoção de animais abandonados, atendimento veterinário a baixo custo, entre outros. Com o poder público oferecendo serviços básicos de qualidade, cria-se uma rede de apoio ao tutor do animal, fator que provavelmente resultaria em uma diminuição nos casos de abandono. Com menos abandono, a população animal se torna menos vulnerável a fatores externos.

Um segundo passo seria a inclusão de animais nos planos emergenciais governamentais, abrindo o debate sobre qual seria o melhor método de fazê-lo. Austin (2013) faz um apanhado do que um plano de emergência adequado para atender as necessidades da população animal precisaria ter. Ela apresenta seis fatores principais.

O primeiro é ser *data-driven*, ou seja, um planejamento adequado deve se basear em dados. É importante ter estimativas de quantos e que tipos de animais precisarão ser atendidos. Esses dados devem ser confiáveis, para que possam direcionar as ações. O segundo fator é a legislação, a autora afirma que devemos utilizar como base, as leis estaduais e federais já existentes, com cuidado para não as contradizer. O terceiro fator tem a ver com procedimentos e recursos. Deve-se ter não somente uma lista de recursos disponíveis documentados, mas também é interessante especificar os processos que deverão ser realizados. A quarta característica de um plano adequado é ter clareza de autoridade. Não deve haver ambiguidade sobre qual órgão deve agir (público ou privado) e sobre qual órgão deve tomar decisões governamentais. Já o quinto fator é um especialmente importante quando estamos lidando com animais. É a colaboração.

A colaboração com organizações sem fins lucrativos é essencial para a resposta de emergência e recuperação, devido à natureza orientada por missões e o envolvimento da comunidade inerente a estas organizações (AUSTIN, 2013, p.197, tradução nossa²⁸)

Waugh e Streib (2006) afirmam que a capacidade de colaboração efetiva em rede é essencial no caso de desastres. Interação frequente da população, incluindo a participação no planejamento e nos exercícios de treinamento, cria essa capacidade. A um nível local,

²⁸ Collaboration with nonprofits is essential to emergency response and recovery due to the mission-driven nature and community involvement inherent in these organizations.

colaboração sempre foi uma habilidade necessária, pela dependência do voluntariado e envolvimento comunitário. Redes colaborativas são um componente fundamental de qualquer resposta de emergência. Os autores apontam que é um erro assumir que a resposta a um desastre possa ser completamente roteirizada ou que os tipos de recursos disponíveis possam ser totalmente catalogados. Também é um erro assumir que qualquer indivíduo ou organização possa administrar toda a assistência e todos os esforços de recuperação durante um desastre catastrófico.

Negócios locais comunitários, como clínicas veterinárias, agropecuárias, petshops e abrigos, podem formar a base de uma sólida rede de organizacional de cuidados com os animais. Entidades, tanto públicas, quanto privadas devem ser convocadas para participar nos cuidados com animais em caso de emergência. Entidades públicas oferecem recursos, estruturas de comando e esforços de planejamento formalizados, enquanto organizações sem fins lucrativos de proteção animal podem oferecer conhecimento especializado, equipamentos e identificação positiva com as comunidades locais (AUSTIN, 2013, p. 207).

O sexto fator para um plano de emergência adequado seria a preocupação com a informação ao público. É necessário comunicar à população sobre os passos a serem seguidos durante uma emergência, assim como é importante que as autoridades locais eduquem a população sobre preparação previamente a um desastre.

Antes de uma emergência, é essencial que os tutores de animais recebam informações importantes, tais como a forma de preparar os seus animais de estimação, o que incluir em um kit de emergência, os locais de abrigo, transporte e hotéis que aceitam animais. Incluir os veterinários no processo, bem como lançar anúncios gerais de utilidade pública, juntamente com campanhas de cuidados para animais em geral, ajudará a garantir que os proprietários do animal de estimação recebam a mensagem (AUSTIN, 2013, p.206, tradução nossa²⁹).

Austin ainda afirma que toda parceria estabelecida pelos documentos de planejamento governamental deve ser cimentada por um contrato por escrito. Edmonds e Cutter (2008) enfatizam a importância do planejamento para a demanda de abrigo para os animais. Para eles, é importante saber o número, as espécies de animais e a distribuição geográfica dos tutores, e apontam que em muitos aspectos, o planejamento para evacuações de animais de estimação é semelhante ao planejamento para populações com necessidades especiais, pois

²⁹ Prior to an emergency, it is essential that pet owners receive important information, such as how to prepare their pets, what to include in an emergency kit, and the locations of shelters, transportation, and pet-friendly hotels. Including veterinarians in the process, as well as releasing general public service announcements coupled with general pet care campaigns, will help to ensure that pet owners receive the message.

ambos exigem enumeração (quantas pessoas ou animais são envolvidos), e algumas necessidades especializadas de acolhimento.

Leonard e Scammon (2007) sugerem estrutura para classificar as implicações de se negligenciar os animais de companhia em preparações para desastres. São estas:

Preocupações de saúde pública: Animais deixados para trás podem adoecer e transmitir doenças. Doenças que podem afetar também as equipes de resgate, aumentando ainda mais a crise. Esses animais errantes podem ficar assustados e demonstrar agressividade. Outro risco de saúde pública é os tutores voltarem para a área afetada para resgatar seus animais de companhia ou mesmo não deixar a casa e se expor ao risco.

O bem-estar dos próprios animais: Quando são deixados para trás em uma evacuação, ficam vulneráveis à ferimentos, doenças e morte. Aqueles que não morrem diretamente devido ao acontecimento trágico, passam fome e definham até a morte sem o cuidado do tutor. Até mesmo animais saudáveis resgatados podem acabar morrendo, pois com abrigos superlotados e falta de lugar para colocá-los, muitos deles são eutanasiados, como aconteceu no caso do desastre relacionado com o furacão Andrew.

O impacto emocional nos indivíduos que perderam seus animais: Os autores afirmam que esses efeitos são bem documentados. São citados os trabalhos de Hunt et al. (2008), que encontra que a perda de um animal em uma situação de desastre foi associada com níveis mais altos de depressão, transtorno de estresse pós-traumático e ansiedade; Hall et al. (2004), que diz que o animal serve como conforto em períodos de estresse, servindo como uma presença tranquilizante, diminuindo a tensão entre os membros da família; e o de Lowe, Rhodes, Zwiebach, e Chan (2009) que descobriram que a perda de um animal em um desastre foi altamente preditivo de sintomas depressivos, especialmente entre aqueles sem uma forte rede de apoio social.

Impactos econômicos: Os elevados custos de tratamento de doenças transmitidas por sistemas de água contaminados, resíduos corporais, parasitas, ou ataques de animais assustados podem ter um impacto econômico sobre o sistema de saúde, que pode já estar sobrecarregado em tempos de desastre. Há também gastos para manter abrigos, tratamento dos animais, trabalho da equipe de resgate para retirar os animais, remoção de corpos, além dos custos do tratamento psicológico dos tutores que perderam seus animais.

Para além dos impactos econômicos e das preocupações de saúde pública que em geral já são considerados pelo poder público, é necessário que as preocupações com os tutores de animais e com os próprios animais comecem a ser adicionadas.

Preocupações humanas incluem tanto a carga emocional que os desastres com animais podem ter sobre os seres humanos e a consideração do tratamento adequado e ético de todas as criaturas vivas. Estas duas últimas preocupações têm aumentado em proeminência conforme o sentimento do público em relação aos animais mudou (LEONARD, SCAMMON, 2007, p.50, tradução nossa³⁰).

Hesterberg et al. (2012) aborda a questão do ponto de vista dos países emergentes. Segundo os autores, o risco de desastres não é distribuído uniformemente. Os países em desenvolvimento sofrem uma parcela desproporcional do risco e dentro de um país, muitas vezes são os membros mais pobres da população que são mais fortemente afetados. No passado, a redução de riscos, preparação e planejamento de contingência raramente incluía animais nos países em desenvolvimento. Entretanto, a força da conexão emocional entre tutores e animais têm frequentemente surpreendido os tomadores de decisão. O estudo realizou o levantamento de 1.882 tutores de animais em áreas urbanas na Colômbia, Costa Rica e México para avaliar a percepção destes em relação aos seus animais em emergências. Um dos achados foi que, a grande maioria dos tutores declararam que levariam seus animais de estimação junto com eles, independente do risco que isso trouxesse para eles mesmo ou se tivessem pouco tempo para evacuar, inclusive entre as pessoas que já haviam vivenciado um desastre, o número desses que havia deixado seu animal para trás foi muito baixo. Pelas respostas, a maioria também não possuía nenhum equipamento de transporte especial para os animais ou um plano. A falta de meio de transporte também apareceu como principal razão pela qual animais poderiam ser deixados para trás. Nesse sentido, a questão do planejamento sobre o transporte de animais apareceu como relevante de ser incluída em campanhas de informação a população na fase de preparação.

As pessoas que afirmavam levar seus animais de estimação ao veterinário regularmente eram significativamente mais propensas a ter um plano do que as pessoas que não levavam. O nível socioeconômico não teve um efeito consistente sobre a probabilidade de planejamento de emergência. No México, os entrevistados da classe de alta renda eram menos propensos a ter um plano do que outros grupos, mas na Costa Rica e na Colômbia a classe de baixa renda foi significativamente menos propensas a ter um plano para o animal do que a classe alta (HESTERBERG et al., 2012, p.43, tradução nossa³¹).

³⁰ Humane concerns include both the emotional toll that animal disasters can take on humans and the consideration of appropriate and ethical treatment of all living creatures. These latter two concerns have increased in prominence as public sentiment toward animals has shifted.

³¹ People who claimed to take their pets to the vet regularly were significantly more likely to have a plan than people who did not. Socio-economic level did not have a consistent effect on the likelihood of emergency planning. In Mexico, high-income class interviewees were less likely to have a plan than other groups, but in

Como Heath e colegas (2001) também apontavam, os que realizam menos cuidados com o animal previamente a um desastre, são mais propensos a deixar seus animais para trás durante uma evacuação e também são menos propensos a se reunirem com seus animais após um desastre. Mais uma vez vemos que, para melhorar as chances de sucesso de um plano de contingência que inclua os animais, maior atenção deve ser dada ao aprimoramento do laço humano-animal, informando a população sobre os cuidados necessários no tratamento do animal e também fornecendo uma rede de serviços de apoio ao tutor.

O vínculo entre animais e humanos afetam respostas psicológicas e comportamentais em desastres, a dor experimentada ao perder um animal de estimação ou rebanhos mantidos por gerações é frequentemente não reconhecida ou minimizada em nossa sociedade. No capítulo “Contexto Brasileiro”, veremos em que passo o Brasil se encontra no sentido de cumprir com as demandas de prevenção, preparação, resgate, reabilitação e recuperação de animais.

3.4. Quadros Analíticos

A seguir algumas esquematizações realizadas pela autora, do conteúdo que a literatura apresentada até o momento delinea. Essa é a base conceitual, sobre as diversas facetas do tema, que utilizaremos para analisarmos o caso brasileiro mais à frente.

Quadro 5 – Motivos para animais serem incluídos em planejamentos de emergência

Para conseguir melhor resultado na evacuação humana
Não ser motivo para retorno prematuro a área afetada
Questão de saúde pública
Impacto econômico
Bem-estar dos próprios animais
Impacto emocional nos tutores que perdem um animal

Fonte: A autora.

Quadro 6 – Questões relevantes em planejamentos para desastres

Costa Rica and Colombia the low-income class was significantly less likely to have an animal plan than the high class

Censos/Estimativas

Legislação clara

Procedimentos e recursos

Clareza de autoridade

Colaboração/Parcerias

Informação ao público

Transporte/Logística

Habitação/Abrigo

Fonte: A autora.

Quadro 7 - Características da vulnerabilidade de animais que vivenciam a crise crônica sociohistórica e uma crise aguda

Crise crônica	Crise aguda
Condições preexistentes vulnerabilizantes: - Naturalização do abandono; - Visão utilitarista dos animais, animais como mercadorias; - Subjugados pelo especismo.	Diferentes tipos de animais são vulneráveis de maneiras diferentes a determinados riscos. <hr/> A maioria das condições que não são seguras para as pessoas, também não são seguras para seus animais. <hr/> Os animais também têm seus mundos desestruturados por crises agudas.

Fonte: A autora.

Quadro 8 – Tendências de ações bem-sucedidas indicadas pela literatura no tratamento de animais em contexto de desastres

Importância da colaboração entre múltiplos atores em rede:

- Autoridades competentes pedem ajuda a organizações locais e nacionais sem fins lucrativos;
- Colaboração entre estados, através de voluntários e equipes treinadas, realização de acordos de ajuda mútua;
- Colaboração do setor privado na elaboração e execução de planos de preparação;

- Possuir no planejamento provisões para assistência médica e uma entidade designada a fornecer habitação.

Procedimentos para reunir animais e tutores na fase de recuperação. Incorporar nas operações de abrigo o uso código de barras, foto ou chip para inspirar a confiança no reencontro e diminuir a ansiedade do tutor.

Conhecimento dos tipos de desastres prováveis e lugares mais possíveis de acontecerem.

Plano mais unificado e inclusivo.

Abordagens mais participativas geram soluções mais adequadas.

Políticas públicas de educação sobre cuidados com o animal.

Saber o número, as espécies de animais e a distribuição geográfica dos tutores de animais.

Ter inventário de gaiolas e caixas de transporte disponíveis.

Não pular a etapa de planejamento.

Ter procedimentos específicos por escrito.

Fonte: Sistematizado pela autora a partir de Austin (2013).

4. Contexto Brasileiro

4.1. Legislação brasileira referente aos animais

Com o objetivo de entender a que passo o Brasil está na questão animal, é necessária uma análise das leis brasileiras atuais. Com esse propósito, foi realizada uma entrevista com a advogada Vânia Rall, que é membro do Núcleo de Direito e Ética Animal do Diversitas - *Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos*, filiado a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Segundo Rall, os animais são protegidos pela Constituição da República Federativa do Brasil desde 1988. O artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII impede que eles sejam submetidos à crueldade.

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

(Constituição Federal Brasileira, Título XIII, Capítulo VI, 1988).

Os animais também são tutelados do Estado (Decreto nº 24.645, de 1934). São citados na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 1998) que trata da aplicação da pena e no Código Civil são considerados bens semoventes. A seguir trechos selecionados do Decreto de 1934.

Decreto nº 24.645, de 10 de Julho de 1934, de Getúlio Vargas

Estabelece Medidas de Proteção aos Animais

Art. 1º

Todos os animais existentes no país são tutelados do Estado.

Art. 3º

Consideram-se maus tratos:

II. Manter animais em lugar anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz;

V. Abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária;

Art. 17º

A palavra animal, da presente lei, compreende todo ser irracional, quadrúpede ou bípede, doméstico ou selvagem, exceto aos daninhos.

(BRASIL, 1934).

O Brasil e os países-membros da ONU são signatários da declaração abaixo, proclamada em uma assembleia da UNESCO em Bruxelas, Bélgica, em 27 de janeiro de 1978:

Declaração Universal dos Direitos dos Animais

Art.1o - Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência.

Art.2o - Cada animal tem direito ao respeito. O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar outros animais ou explorá-los, violando este direito. Ele tem o dever de colocar sua consciência a serviço de outros animais. Cada animal tem o direito à consideração e à proteção do homem.

Art.3o - Nenhum animal será submetido a maus-tratos e atos cruéis. Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor nem angústia.

Art.4o - Cada animal que pertence a uma espécie selvagem tem o direito de viver em seu ambiente natural terrestre, aéreo ou aquático, e tem o direito de reproduzir-se. A privação da liberdade, ainda que para fins educativos, é contrária a esse direito.

Art.5o - Cada animal pertencente a uma espécie que vive habitualmente no ambiente do homem, tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida e de liberdade que são próprias de sua espécie. Toda modificação imposta pelo homem para fins mercantis é contrária a esse direito.

Art.6o - Cada animal que o homem escolher para companheiro, tem direito a um período de vida conforme sua longevidade natural. O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.

Art.7o - Cada animal que trabalha tem direito a uma razoável limitação do tempo e intensidade de trabalho, a uma alimentação adequada e ao repouso.

Art.8o - A experimentação animal que implique sofrimento físico é incompatível com os direitos dos animais, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra. As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas.

Art.9o - No caso de o animal ser criado para servir de alimentação, deve ser nutrido, alojado, transportado e morto, sem que para ele resulte em ansiedade e dor.

Art.10o - Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. A exibição dos animais e os espetáculos que utilizem animais são incompatíveis com a dignidade do animal.

Art.11o - O ato que leva à morte de um animal sem necessidade é um biocídio, ou seja, um delito contra a vida.

Art.12o - Cada ato que leva à morte um grande número de animais selvagens é um genocídio, ou seja, delito contra a espécie.

Art.13o - O animal morto deve ser tratado com respeito. As cenas de violência em que os animais são vítimas devem ser proibidas no cinema e na televisão, a menos que tenham como foco mostrar um atentado aos direitos dos animais.

Art.14o - As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ter uma representação junto ao governo. Os direitos dos animais devem ser defendidos por leis, como os direitos humanos.

(UNESCO, 1978).

Entretanto, Rall, ao ser questionada sobre a relevância dessa Declaração, afirma que em termos práticos e jurídico-legais, essa declaração não tem valor algum. Ela foi somente lida nessa assembleia da UNESCO, mas não foi ratificada pelo Brasil, o que faz que ela não tenha força de lei em território nacional.

Animais de companhia e de criação precisam da proteção do poder público visto que não podem exigi-lo. Em contrapartida não é isso que vemos no cotidiano ou em uma situação de crise. A falta de auto expressão dessa população a faz invisível para o poder público que não a inclui em planos de contingência e protocolos de atendimento. Rall afirma: “Em tese, o Poder Público, deveria, sim, se responsabilizar pelos animais, mas, na prática, além de não estar bem definida essa responsabilidade, não há como saber, em diversas situações, que órgão do Poder Público deveria ser responsabilizado”. Ao analisar as leis brasileiras, notamos essa lacuna, há uma falta de esclarecimento sobre o que seriam os deveres do Estado para com os animais. A relação humano-animal ainda não está inteiramente abarcada, deixando em aberto muitas das obrigações do ente público e falhando em considerar cenários prováveis. Algumas leis, em sua descrição, simplesmente não enquadram categorias relevantes de animais na sociedade, como os de companhia ou os animais de consumo.

Os animais, assim como os seres humanos, deveriam, a meu ver, ter assegurados estes direitos: 1) à vida; 2) à liberdade; 3) à integridade física e 4) à integridade psíquica. Porém, na prática, isso não ocorre; basta, por

exemplo, pensar no chamado animal de consumo, que tem esses quatro direitos totalmente desconsiderados (Vânia Rall em entrevista realizada em maio de 2013).

Podemos citar, como exemplo, a legislação ambiental (Lei de Crimes Ambientais - Lei Nº 9.605 de 1998). Segundo a página de internet do governo brasileiro são seis os tipos de crimes ambientais, entre eles estão os “**Crimes contra a fauna**: agressões cometidas contra animais silvestres, nativos ou em rota migratória”.³² A Constituição que se refere aos animais, no capítulo “Do Meio Ambiente” e a legislação ambiental, não se faz muito clara em relação aos animais de companhia ou de criação. Estes são animais que conviveram e alteraram seus hábitos ao longo do tempo e já não são animais nativos de nenhum habitat determinado. Assim, onde os animais de estimação, que não são fauna de nenhum ambiente natural e nem possuem uma função ecológica, seriam enquadrados? A extinção destas espécies também não é uma preocupação, visto que o contingente populacional de cachorros e gatos é grande em qualquer cidade brasileira devido aos abandonos e a velocidade em que se multiplicam, ou seja, as espécies domesticadas estão em crescimento. A lei de proteção animal se resumiria a vedar a submissão de animais à crueldade? As mesmas dúvidas permanecem em relação aos animais de criação, pois, animais como bois e vacas, porcos e galinhas não possuem um habitat natural. Suas linhagens foram minuciosamente selecionadas repetidamente ao longo dos anos para o aprimoramento de características consideradas benéficas aos interesses humanos. Esses animais, considerados de consumo ou de produção, são base de uma indústria que os cria em massa para o abate ou para uma vida de exploração, ou seja, não existe o risco de extinção, não há uma função ecológica natural, pois já foram modificados intensamente (seus hábitos alimentares, o ambiente em que vivem, comportamento, etc.)³³ e nem a lei contra crueldade ou a lei contra maus-tratos é aplicada no caso dessas espécies.

O arcabouço legal aponta para uma relação de deveres do Estado para com os animais, porém, ao mesmo tempo em que sinaliza essa relação, a torna nebulosa, pois não leva em consideração a ambivalência de significados que os animais assumem na contemporaneidade. A grande participação destes animais na realidade concreta brasileira não é proporcionalmente, nem devidamente, representada pela legislação, que por não esclarecer

³² Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/legislacao-e-orgaos>> Acesso em: 20 abr. 2013.

³³ Como animais de criação foram retirados do seu ecossistema natural há muito tempo e modificados, não há função ecológica, mas sim impacto ambiental dessas modificações e da introdução da espécie em outros ecossistemas.

totalmente quais são suas responsabilidades frente a esses, obscurece e cria lacunas nos direitos e deveres da relação entre humanos e animais.

Essa nebulosidade em torno do tema cria um jogo de enunciados que impede que o Estado seja sujeito de responsabilidade. As funções dos agentes públicos, por serem fragmentadas, possuem a autonomia institucional de “decidir convenientemente quando considerar e quando olvidar os fatos” (VALENCIO, 2010). Com uma legislação obscura e incompleta, os órgãos públicos não têm suas responsabilidades em relação aos animais claramente delineadas. Essa falta de clareza na legislação permite que ela não seja aplicada igualmente a todas as espécies de animais ou casos, distinguindo através de relações de poder que negligenciam o cumprimento da lei pelos interesses de grupos com outras lógicas operativas.

A obscuridade da legislação leva a não existência de diretrizes definidas para lidar com animais em uma situação de crise. Estes são ignorados e as perdas e danos da população animal não são atribuídos a ninguém. Conseqüentemente, temos pouquíssimas menções ao trato de animais em cartilhas e manuais da defesa civil brasileira. Assim, a realidade concreta dos animais em um contexto de desastre é desoladora, havendo grandes perdas e poucas mobilizações do Estado frente a elas. A seguir apresentaremos o que encontramos na pesquisa documental de recomendações da defesa civil em relação à população animal.

4.2. Visão institucional sobre responsabilidades em relação aos animais

Como deve atuar a Defesa Civil Municipal ou Estadual?

A defesa civil local deve atuar, prioritariamente, na prevenção, na mitigação e na preparação, assim como em ações assistenciais, socorro e recuperativas, visando a restabelecer a normalidade social da população atingida por um desastre. É fundamental que a defesa civil trabalhe ainda no mapeamento de riscos e em ações que visem a mitigá-lo (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2015³⁴).

Ao buscar cartilhas e manuais sobre como proceder em uma situação de evacuação, resgate e também na gestão de abrigos temporários, foram encontradas pouquíssimas menções aos animais, sejam eles domésticos ou de criação. Essa busca se deu através da internet, nas páginas da defesa civil de cada estado, além de outras diretrizes internacionais.

Primeiramente, verificamos o manual “*The Sphere Project - Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response*”, que tem sua última versão lançada em

³⁴ Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/perguntas-frequentes#DC7>> Acesso em: 30 set. 2015.

2011, é referência internacional do conjunto de princípios comuns e de padrões mínimos universais nas áreas de salvamento e de resposta humanitária. É válido mencionar que este manual não define nenhum padrão mínimo de tratamento em relação aos animais, é inteiramente dedicado ao tratamento digno à espécie humana. Ademais, existe o projeto LEGS - *Livestock Emergencies and Standards*, lançado em 2009, que em 2011 passou a ser reconhecido como parceiro formal do manual *The Sphere Project*. O LEGS fornece um conjunto de diretrizes e normas internacionais para a concepção, implementação e avaliação das intervenções em rebanhos para ajudar as pessoas afetadas por crises humanitárias. Esse é um indicativo de que os animais estão adentrando os planejamentos emergenciais mundiais, entretanto, ainda devido a sua importância econômica às populações humanas, e não devido ao seu valor em sua subjetividade própria.

O Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos Decorrentes dos Desastres Naturais - Vigidesastres, desenvolvido em 2005, trata de saúde ambiental, entretanto, animais possivelmente afetados em desastres não são abordados pelo programa, que entende vigilância em saúde ambiental “como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana”. Ou seja, é voltada à qualidade de vida e saúde do ser humano e não considera uma prioridade a saúde do meio ambiente:

A Secretaria de Vigilância em Saúde, na Instrução Normativa nº 01/2005, define que a saúde ambiental compreende a área da saúde pública afeta ao conhecimento científico e a formulação de políticas públicas relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antropogênico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano, sob o ponto de vista da sustentabilidade. Saúde ambiental para as situações de desastres naturais compreende a garantia dos serviços essenciais, como: fornecimento de água potável, eliminação de águas residuais, disposição de excrementos humanos, disposição de resíduos sólidos, segurança dos alimentos, controle de vetores, higiene doméstica e manejo sanitário e ético dos cadáveres pelas instituições públicas ou privadas competentes, com vistas à prevenção e controle das enfermidades transmissíveis para a proteção e garantia do bem estar da população afetada (Programa Vigidesastres, 2005, p. 11).

A fragmentação dos poderes coloca animais domésticos em uma situação de descaso. Estes não se enquadram na categoria de animais silvestres, em extinção e nem mesmo como parte do meio ambiente. Ao acessar a página de internet do Ministério do Meio Ambiente vemos referências às águas, às áreas verdes, biodiversidades, biomas, entre outros. Temos vários outros Ministérios que tem como objetivo a garantia do usufruto do meio ambiente

pelo ser humano, como o da Pesca e Aquicultura, Pecuária e Abastecimento, etc. Porém não há um órgão nacional voltado especificamente para estabelecer normas, programas e que destine verbas para a garantia do direito animal. Animais domésticos, que são tutelados pelo Estado, em geral são somente referidos (com algumas exceções³⁵) pelos Centros de Controle de Zoonoses (CCZ) municipais que atuam, geralmente em situações precárias, na remoção e eliminação de animais domésticos das ruas, não fornecendo nenhuma qualidade de vida ou a estrutura ideal. O mesmo pode ser dito sobre animais de criação, que não possuem um órgão público designado especialmente para garantir o seu tratamento humanitário.

No Brasil, o Ministério da Agricultura é o órgão responsável pelo fomento de ações que garantam o bem-estar animal, através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC). Entretanto, ele é também responsável “pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor”³⁶. Um órgão público, que tem como objetivo estimular a indústria agropecuária, ao mesmo tempo em que deve ser responsável por regulamentar o tratamento dado à ‘mercadoria’, é provável que nele se desenvolvam contradições internas operativas ou que nem sempre atue no sentido de defender o bem-estar do animal. Segundo a página, a Secretaria procura estimular a adoção de práticas sustentáveis no agronegócio brasileiro que preservem o ambiente e os recursos naturais. Contudo, é difícil ver como o animal visto como produto se enquadra nessa atribuição. Uma breve análise das funções e objetivos do Ministério a partir de sua página na internet aponta que o bem-estar animal não parece obter prioridade em suas diretrizes.

Há uma contradição conceitual quando o mesmo órgão público considera animais de criação como matéria-prima de um produto agropecuário, que vai competir em um mercado, enquanto é responsável por regulamentar seu bem-estar como ser vivo senciente. Essa incoerência os deixa a mercê de decisões baseadas em lógicas de mercado que sobrepujam seu bem-estar.

Desse modo, animais são deixados a sua própria sorte e dependentes da boa vontade daqueles que se sensibilizam ou são subjugados a políticas que não priorizam seu bem-estar, se tornando assim uma população extremamente vulnerável que não é mais selvagem, que

³⁵ Por exemplo, o município do Rio de Janeiro possui uma Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais (SEPDA) que “tem como objetivo trabalhar a favor dos animais, promovendo, desta forma, uma convivência respeitosa com a sociedade” que realiza programas de esterilização, educação ambiental e atendimento clínico veterinário gratuito.

³⁶ Ministério da Agricultura. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em: 31mai. 2013.

saberia viver de forma independente em seu ambiente natural, nem possuem direitos fundamentais como sujeitos.

Desde a origem da civilização ocidental, a separação do ser e do ente que opera o pensamento metafísico preparou o caminho para a objetivação do mundo. A economia afirma o significado do mundo na produção; a natureza é coisificada, desnaturalizada de sua complexidade ecológica e convertida em matéria-prima de um processo econômico; e os recursos naturais tornam-se simples objetos para exploração do capital (LEFF, 2003, p. 3).

Na pesquisa documental realizada, tendo como foco o estado do Rio de Janeiro, encontramos o Manual de Administração para Abrigos Temporários, desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro juntamente com a Secretaria de Estado da Defesa Civil, no ano de 2006. O Rio de Janeiro é um dos estados mais avançados em relação ao desenvolvimento de manuais e cartilhas pela defesa civil³⁷, sendo essa uma das razões pela qual foi o estado escolhido para o estudo de caso desse trabalho. Neste manual, encontramos instruções sobre os cuidados com os animais em relação à Biossegurança e ainda, no tópico Recepção, Triagem e Rotina do Abrigo, sobre a disposição dos animais. É instruído que se estabeleça um Grupo de disposição dos animais, que "está relacionado à guarda dos animais e deve ser supervisionado pelo órgão de vigilância sanitária do município".

O registro de animais deve ser feito na lista de cadastro dos desabrigados, no campo 'observações', no momento da chegada ao abrigo e visa além de prevenir zoonoses e acidentes, o bem-estar do animal e da população desabrigada. Os animais devem ser colocados em local não muito afastado, de modo que as famílias possam continuar assistindo-os e disponibilizando os cuidados necessários aos mesmos (alimentação e banho). Os alimentos devem ser fornecidos pela coordenação do abrigo. Deve ser verificado junto aos donos se estes estão devidamente vacinados, caso contrário, a imunização deve ser providenciada. Os animais sem responsáveis deverão ser encaminhados para órgão de proteção aos animais ou similares (Administração de Abrigos Temporários, 2006, p. 86).

Em relação à Biossegurança, o manual afirma que frequentemente, nos abrigos temporários, depara-se com a necessidade de alojar os animais de estimação dos desabrigados. “Devem ser planejadas medidas eficazes para controlar o risco de transmissão de doenças [...] recomenda-se que o local de guarda dos animais não seja próximo à área de repouso e que seu acesso seja controlado por agentes do abrigo”.

³⁷ Foi realizada uma pesquisa documental das cartilhas e manuais emitidos também pelos estados de São Paulo e de Santa Catarina, em ambos foi encontrada uma menor quantidade de menções e/ ou recomendações em relação às ações voltadas a população animal em caso de situações de emergências.

É apontado o risco de os animais poderem atuar como hospedeiros de doenças cuja transmissão pode-se dar por meio de urina e fezes ou através de vetores, além de mencionar o perigo de animais peçonhentos e selvagens que por acaso apareçam nas dependências do abrigo. O manual segue falando sobre as possíveis doenças, sobre como prevenir, diagnosticar e tratá-las.

As fezes dos animais não deverão, de maneira alguma, entrar em contato com as pessoas, fontes de água ou alimentos. Os animais devem permanecer cercados, a uma distância mínima de 10 a 30 metros das fontes de água. O lixo também não pode ser acessível aos animais, pela possibilidade deste ser revirado e espalhado no abrigo. Todos que entrarem em contato com os animais devem lavar suas mãos posteriormente (Administração de Abrigos Temporários, 2006, p. 63).

Esse manual é o documento em que foi encontrada a maior quantidade de detalhes sobre o trato com animais advindos de um desastre, destinado aos agentes que atuam em um desastre. Ainda assim, observa-se que a responsabilidade de supervisão do grupo de disposição dos animais é referida como sendo da vigilância sanitária apenas, procurando manter o ambiente compartilhado por humanos e animais limpo e inócuo para a habitação. Sobre os animais, é dito que o registro destes visa o bem-estar do próprio animal, porém não esclarece como isso será providenciado, qual órgão público será responsável por garantir esse bem-estar, somente atribui à família tutora do animal a responsabilidade pelos atos de alimentação (fornecida pelo abrigo) e banho. Algumas das instruções são somente sugestões, pois não elaboram o procedimento necessário para que de fato elas possam ser realizadas. É o caso, por exemplo, da imunização que “deve ser providenciada” caso o animal não tenha sido vacinado. A orientação de que os animais dos desabrigados, talvez, precisem ser alojados no mesmo abrigo que os seus tutores, confirma que não há um lugar designado a eles, e ainda que somente os animais que possuam alguém para “falar” por eles serão atendidos pelo poder público. Animais errantes, não importando suas condições ou pelo o que possam ter passado, sem um tutor presente, quando não invisíveis, serão entregues a quem porventura os receber, pois órgãos de proteção aos animais ou similares são notadamente grupos organizados da sociedade civil, que em geral não recebem apoio financeiro ou de qualquer tipo do Estado e não seguem normas rígidas de funcionamento. Este é um exemplo literal de como a falta de expressão da população animal a torna invisível aos olhos do ente público.

Na pesquisa, foi encontrado, a nível municipal, o supostamente inovador plano de contingência desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro juntamente com a Secretaria de

Estado de Defesa Civil (SEDEC) para o verão de 2011/ 2012. Este, que prevê exercícios simulados com um sistema de alerta e alarme comunitário, para que a comunidade seja mobilizada e desocupe suas casas, simplesmente não faz nenhuma menção de como proceder com animais que também habitam a comunidade. É importante mencionar que foram encontradas informações na internet sobre um folheto que haveria sido distribuído durante o projeto piloto para a população de uma comunidade do Rio de Janeiro, em que havia a seguinte recomendação: “Não leve animais domésticos. Deixe-os em casa com água e comida”. Com esse folheto vieram protestos dos grupos de proteção animal que acusaram a prefeitura de causar “prejuízo incalculável para todos nós que educamos uma sociedade inteira sobre o respeito à vida”³⁸. Após a situação, a seguinte nota foi emitida:

Correção importante: A Prefeitura e a Defesa Civil pedem desculpas pelo mal-entendido gerado pela informação contida no folheto de alerta distribuído nesta comunidade. A informação em questão "Não leve animais domésticos" em um momento de alerta deve ser desconsiderada e já foi retirada dos novos informativos. No entanto, sugerimos que todo animal doméstico tenha uma identificação, de forma que possa ser encontrado facilmente. Mais uma vez, pedimos desculpas pelo mal-entendido (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011).

Entretanto, o que ocorreu em seguida foi a completa omissão de qualquer recomendação em relação aos animais. O novo folheto trazia somente como alteração, a ausência da frase que endereçava o que fazer com os animais. Não podemos considerar a recomendação inicial válida, pois instrui a população a deixar os animais para trás; ou concluir, a partir das ações da prefeitura, que os animais estão sendo minimamente contemplados no planejamento para um desastre. Ao desinformar e depois pedir desculpas, fornecendo outras sugestões que não oferecem uma solução real para a questão, as autoridades estão confirmando o fracasso em garantir a segurança de todos. Ressaltamos que o município do Rio de Janeiro é um dos únicos que possui uma Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais (SEPDA), porém essa não aparenta ter realizado nenhum tipo de integração com a defesa civil nesse projeto.

A cartilha do plano de contingência para o verão de 2012/2013, assim como a para o verão de 2014/2015, novamente, não continham menção alguma aos animais, tendo como foco a previsão meteorológica, mapeamentos e obras de engenharia. No plano de contingência

³⁸ Grifo do autor, citação retirada de um blog de proteção animal. Sociedade Educacional “Fala Bicho”. Disponível em: <<http://www.ogritodobicho.com/2011/01/prefeito-do-rj-lamentamos-mas-vamos.html>> Acesso em: out. 2015.

para o verão de 2013/2014, encontramos qual é a orientação ao morador ao receber a mensagem de mobilização, avisando a previsão de chuvas fortes e iniciando o processo de desocupação. A mensagem precede o toque de mobilização, esse realizado por alertas quando a intensidade de chuva atinge o limite pré-estabelecido.

As orientações ao morador são as seguintes:

AO OUVIR A SIRENE

- Mantenha a calma;
- Reúna a família, pegue seus documentos e remédios necessários.
- Desligue a chave geral da luz e feche o gás.
- Dirija-se de forma ordenada para o Ponto de Apoio predeterminado
- Aguarde orientação para retorno à sua casa.

Estas orientações estão presentes no folheto explicativo do Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para Chuvas Fortes que é entregue aos moradores em diversos momentos:

- Visitas (porta a porta) de esclarecimento
- Exercícios Simulados de Desocupação
- Palestras ou cursos realizados na comunidade
- Projeto Defesa Civil Itinerante

(RIO DE JANEIRO, 2013)

Vemos que não há nenhuma menção ao que fazer com os animais nos folhetos informativos distribuídos nas comunidades. Nenhuma espécie de animal está sendo incluída nos planos de evacuação desenvolvidos na cidade do Rio de Janeiro, mesmo com treinamentos sendo realizados previamente a uma crise aguda para orientar a população sobre como proceder. O destino mais provável de um animal circunscrito em um desastre que eventualmente ocorra, seria o abandono. Novamente, mais um exemplo da invisibilidade e consequente vulnerabilidade desta população.

Em 2013, a ESDEC/RJ – Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro lançou o Plano de Contingência da Família: desenvolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres. O Plano de Contingência da Família é o primeiro manual deste tipo a ser lançado no país (BARRETO, 2013) e tem o intuito de ser um guia prático para “desenvolver a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres”. Nele, estão informações para a população se preparar para o caso de um desastre montando kits de emergência e desenvolvendo um plano de emergência familiar. Esse guia leva em conta os animais de estimação e fornece sugestões válidas para conscientizar os tutores de que providências devem ser tomadas previamente, também para os animais. Nesse documento, há um tópico denominado Animais de Estimação:

- Se você possui animais domésticos, deve incluí-los no seu Plano de Contingência da Família.
- Identifique um amigo, vizinho ou cuidador de animais de confiança para que cuide de seu animal doméstico caso uma emergência lhe impeça de voltar para casa.
- Coloque uma etiqueta na porta de sua casa para que os serviços de resgate saibam que existe um animal doméstico no interior.
- Pergunte ao veterinário por instalações para o cuidado de animais que ofereçam abrigo durante uma emergência.
- Cães e gatos devem sempre portar coleiras, etiquetas de vacinação e identificação.
- Conheça os lugares onde se escondem normalmente seus animais domésticos, para poder encontrá-los facilmente em caso de emergência.
- Prepare uma Mochila de Emergência para o animal de estimação e coloque artigos para eles em sua Caixa de Emergência. Inclua uma foto colorida atual sua e de seu animal juntos, cópias das fichas veterinárias com data das vacinas, certificado de propriedade e identificação, uma caixa de transporte, focinheira e coleira.
- Nunca deixe um animal sozinho dentro de um carro, especialmente ao sol ou em dias de muito calor (ESDEC/RJ, 2013, p. 15).

Ou seja, previamente a qualquer acontecimento, caberia ao tutor procurar saber para onde levar seus animais em caso de emergência. Essas orientações prévias são importantes, entretanto não são suficientes, pois coloca toda a responsabilidade no tutor e não fornece alternativas. Esse documento indica uma mudança positiva em relação à inclusão dos animais nos planos de contingência. Essa questão está aparecendo e sendo discutida cada vez mais, pois é um tema que somente recentemente começa a ganhar destaque. Algumas iniciativas de defesas civis municipais também despontam, como por exemplo, a de Campos dos Goytacazes-RJ, que realizou o levantamento de moradores e também de animais que habitam a região de Três Vendas, um bairro que é frequentemente invadido pelas águas, em inundações, possuindo agora o cadastro e dados confiáveis dos animais e seus tutores. Outra iniciativa é da defesa civil de Duque de Caxias-RJ, que desenvolveu uma cartilha sobre como proceder com os animais em caso de desastre que já está sendo distribuída para a população.

NO SEU KIT PARA DESASTRES, VOCÊ DEVE INCLUIR:

- Medicamentos e exames em recipiente a prova d'água e um kit de primeiros socorros.
- Coleiras, guias e caixas de transporte para transportá-los com segurança e para garantir que não fujam. Transportadores devem ser de tamanho necessário para que o animal fique em pé confortavelmente, vire-se e deite-se. Seu pet provavelmente terá que ficar na caixa de transporte por horas enquanto você se dirige a um abrigo longe de casa. Você também precisará de lençóis e toalhas para aquecê-los.
- Fotos e descrições de seus animais para ajudar a identificá-los caso vocês se separem e para provarque eles lhes pertencem.
- Comida e água para pelo menos três dias para cada pet, pote de comida e caixa e caixa de areia para gatos, e um abridor de latas.
- Outros utensílios que possa precisar, incluindo jornais, papel higiênico, sacolas de plástico, alvejante ou outro desinfetante.

OUTRAS DICAS PARA DESOCUPAÇÃO

- Caso sua região possua uma estação de Sirene, todos os residentes da casa devem desocupá-la imediatamente após ouvir o toque da Sirene do Sistema de Alerta e Alarme Comunitários para Chuvas e Inundações (A2C2I).
- Vá para um local seguro.
- Em caso de Desastre ligue para a Defesa Civil Municipal.

TELEFONE DA DEFESA CIVIL
0800 0230 199

MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Praça Governador Roberto da Silveira, 31 - 4º andar
25 de Agosto, Duque de Caxias - RJ. CEP: 25075-005
Contatos: SEMEDCPS: 2775-8808 / 2772-6168
Guarda Municipal: 3652-5576 / 0800 0263434
Defesa Civil: 2673-2057 / Emergência: 0800 0230199

DEFESA CIVIL DUQUE DE CAXIAS

PREFEITURA DUQUE DE CAXIAS

VIVA UMA NOVA CAXIAS

DICAS

COMO PROCEDER COM ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

PROGRAMA ESPAÇO ANIMAL

CUIDADOS E AÇÕES PARA PROTEÇÃO E O BEM-ESTAR COM ANIMAIS NAS EMERGÊNCIAS E NORMALIDADE

Figura 3. Frente de cartilha desenvolvida pela Defesa Civil Municipal de Duque de Caxias - RJ
Fonte: Cedida pela Defesa Civil Municipal de Duque de Caxias – RJ.

ANIMAIS E DESASTRES

Por que você deve se preparar?

Deslizamentos, inundações, alagamentos, incêndios florestais, acidentes com Produtos Perigosos - desastres podem ocorrer a qualquer momento, em qualquer lugar. É importante que você esteja atento aos principais tipos de desastres que ocorrem na sua região e quais os riscos que seu bairro está mais vulnerável.

Cada vez mais, tentamos aprofundar o conceito de "desastre", desta forma sabemos que é um Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

No caso de um desastre, uma preparação adequada vai garantir a sua segurança, de sua família e de seus animais de estimação.

Há alguns passos que você deve seguir para estar melhor preparado para cuidar de seu animal em caso de desastre.

Aqui estão algumas dicas de planejamento emergencial elaborados pela DEFESA CIVIL de Duque de Caxias.

SEMPRE QUE POSSÍVEL, LEVE SEUS ANIMAIS QUANDO TIVER QUE SAIR DE CASA EM UMA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

NÃO ESQUEÇA A IDENTIFICAÇÃO!

Seus pets deverão portar uma identificação atualizada o tempo todo. É uma boa ideia incluir o telefone de um amigo ou familiar que não esteja na área de risco - se seu animal se perder poderemos contatá-lo mesmo se seu telefone não estiver funcionando.

ENCONTRE UM LUGAR SEGURO ANTES DO DESASTRE OCORRER

Como Pontos de apoio e Abrigos não aceitam animais, você deve se planejar para ter um local seguro para abrigar seus animais. Não espere um desastre para fazer sua pesquisa.

- Verifique com amigos, familiares ou outros se eles podem abrigar a você e seus animais ou somente a seus animais, se necessário.
- Ligue para hotéis e pousadas fora da área de risco para checar se aceitam animais. Pergunte sobre restrições com relação a tamanho e espécies. Em caso de não aceitarem pergunte se em caso de emergência seja permitido.
- Anote o telefone de clínicas/hospitais veterinários que abriguem animais em caso de emergência.

EM CASO DE VOCÊ NÃO ESTAR EM CASA

Uma ordem de desocupação pode ser dada, o desastre acontecer, e você estar no trabalho ou fora de casa.

- Combine antes com um vizinho de confiança para pegar seus animais e lhe encontrar um lugar específico. Certifique-se que esta pessoa se sente confortável com eles, sabe onde normalmente eles ficam, sabe onde fica seu kit de emergência para animais e tenha uma chave da sua casa.

DEPOIS DA TEMPESTADE

Planejamento e preparação vão lhe ajudar qualquer que seja o desastre, mas é provável que sua casa esteja bem diferente quando você voltar. Por isso:

- Não deixe seus pets andarem soltos. Os cheiros que os animais deixam em seus lares e arredores terão sumido, então eles ficarão desorientados e poderão se perder.
- Seja paciente com seus pets depois do desastre. Tente voltar com a rotina deles o mais breve possível, e fique preparado para problemas comportamentais que podem resultar do estresse. Se os problemas comportamentais persistirem ou se seus pets estiverem com algum outro problema de saúde, converse com um veterinário.

PLANO DE DESOCUPAÇÃO
LISTA DE SUPRIMENTOS PARA SEU CÃO OU GATO EM CASO DE DESASTRE

Todo membro da sua família deve saber o que precisa ter em caso de sair de casa em uma situação de emergência. Você também deverá preparar suprimentos para seus pets. Estoque alimentos não perecíveis e organize os alimentos perecíveis, tenha tudo pronto para sair a qualquer momento. Mantenha tudo acessível, em recipientes resistentes e a prova d'água e que possam ser facilmente carregados.

Figura 4. Parte de trás de cartilha desenvolvida pela Defesa Civil Municipal de Duque de Caxias - RJ
Fonte: Cedida pela Defesa Civil Municipal de Duque de Caxias – RJ.

Entretanto, o caminho a se percorrer ainda é longo, visto que algumas autoridades de defesa civil apenas recentemente começam a despontar iniciativas no sentido de colocar em prática o conhecimento da relevância que os animais possuem em contexto de desastre. O Rio

de Janeiro lentamente está avançando na questão e todos os outros estados brasileiros ainda precisam alcançá-lo. Muito ainda precisa ser implementado no próprio Rio de Janeiro, para que tenhamos planejamento e estrutura adequada para atender as necessidades dessa população tão vulnerabilizada, como veremos no estudo de caso do município de Teresópolis.

Temos que considerar todos os animais, que também vivem em regiões que comumente são afetadas pelas chuvas. Animais esses, que são utilizados e cativados por nós há centenas de anos para funções variadas. Indagamos se somente usufruiríamos de suas vantagens, que são muitas, como já exposto, contudo, num momento de necessidade, não proveríamos o mínimo necessário nem ao menos para a sua sobrevivência. Quando falamos de planos de contingência e escrevemos manuais e cartilhas sobre como agir num contexto de crise, não deveriam os animais serem plenamente considerados? A lei fornece certa garantia contra maus tratos, contudo em uma crise aguda, na qual não há um agressor identificável, mas sim uma desestruturação das bases de sobrevivência, o poder público não comparece.

É interessante enfatizar que novamente a questão nos leva a problemas já presentes na sociedade antes da crise. A inexistência de órgãos públicos, instituições ou de verbas destinadas a prover as mínimas condições de sobrevivência aos animais é um problema crônico. A legislação nebulosa e a naturalização do abandono legitimam a falta de protocolos de atendimento a essa população em crises agudas. Por causa da falta de voz inata da população animal, as autoridades competentes não precisam se responsabilizar por eles, quando nem mesmo se têm dados precisos sobre danos e perdas dos animais afetados ou deveres delineados para assisti-los. Por convivermos com a prática do abandono rotineiramente, a crise aguda não explicita o fracasso do poder público em proteger toda uma população de indivíduos de outras espécies. A indiferença prevalece e tardamos em nos mobilizar para exigir providências para eles também. Os animais vivem em parceria com o ser humano e os influenciam em múltiplos aspectos nos fenômenos da vida. Os motivos para protegê-los e estimá-los são inúmeros e de diversas naturezas, em contrapartida a constante negligência de seus interesses é desfavorável a todos.

No Brasil, o que acaba ocorrendo em uma situação crítica, é que os grupos organizados da sociedade civil que visam defender os interesses dos animais, acabam sendo sobrecarregados pela magnitude das responsabilidades:

Este tem sido o mantra para todos os níveis de governo que prestam alguma atenção às questões animais. No entanto, é claro que estas organizações sozinhas não têm os recursos ou a capacidade para lidar com desastres nacionais de grande escala e é inadequado "despejar" essa responsabilidade

exclusivamente neles (WITTNICH; BELANGER, 2008, p. 128, tradução nossa³⁹).

4.3. O papel dos grupos organizados da sociedade civil

Os grupos organizados da sociedade civil, que atuam em geral com iniciativas voltadas para o desenvolvimento e promoção do bem-estar social, são referenciados por diferentes termos na literatura. Um dos termos mais utilizados para descrevê-los é Organização Não-Governamental (ONG). Estas organizações têm como características principais a finalidade não lucrativa, autonomia, orientação por missões claramente definidas e prioritárias. São organizações privadas com finalidades públicas que utilizam recursos provenientes de doações, patrocínios ou fundos públicos. Sua administração em geral é regida pela solidariedade, trabalho participativo e atendimento às necessidades sociais (SOARES, 2006). Nos últimos trinta anos ocorreu um incremento quantitativo do universo de entidades do tipo no país, acompanhado da ampliação dos tipos de organização, que se habilitaram a classificar-se nesta categoria. Essas organizações podem ter as mais diversas formas e áreas de atuação, entretanto aqui, exploraremos o perfil de grupos organizados que tem como objetivo a proteção animal, mais especificamente voltada principalmente para animais de companhia, no Brasil.

De fato, ONGs parecem estar bem posicionadas para desempenhar um papel significativo nesta área. ONGs tendem a trabalhar com os grupos mais pobres e mais marginalizados da sociedade. Além disso, a abordagem participativa para o desenvolvimento almejado por muitas delas, oferece a elas a oportunidade de examinar a natureza da vulnerabilidade das comunidades e, com base nessa análise, a incorporar ao seu trabalho medidas adequadas de prevenção, mitigação e preparação para desastres (BENSON; TWIGG; MYERS, 2001, p. 200, tradução nossa⁴⁰).

Infelizmente, no Brasil, o trabalho de ONGs de proteção animal muitas vezes não é valorizado. Em outros países, como nos EUA, a atuação conjunta de ONGs com o Estado é bastante reverenciada, inclusive com o apoio de corporações privadas que investem parte de seus lucros em ações sociais em benefício do coletivo. O que temos no Brasil, em geral, é nenhuma verba ou recurso sendo destinado a instituições de proteção animal, de nenhuma das

³⁹ This has been the mantra for all levels of government if they pay attention to animal issues at all. However, it is clear that these organizations alone do not have the resources or capacity to deal with large-scale national disasters and it is inappropriate to “dump” this responsibility solely on them.

⁴⁰ Indeed, NGOs appear to be well placed to play a significant role in this area. NGOs tend to work with poorer and more marginalised groups in society. Moreover, the participatory approach to development pursued by many NGOs offers them an opportunity to examine the nature of communities’ vulnerability and, on the basis of this analysis, to incorporate appropriate DMP measures into their work.

esferas de governo. Nem mesmo são isentos de impostos, a grande maioria dessas organizações. O número de animais abandonados nas ruas brasileiras é uma crise crônica que se estende no tempo social. Eles são o resultado de um processo de vulnerabilização sociohistórico. Apesar do grande trabalho realizado pelas ONGs, elas apenas conseguem amenizar o problema. Sem o envolvimento ativo do Estado, incentivando e facilitando o trabalho conjunto e a parceria com os grupos organizados, a crise naturalizada não será ultrapassada.

No Brasil, na grande maioria das vezes, não há um representante dos grupos organizados dialogando na instância do planejamento para desastres. Os poucos órgãos ou secretarias que são dedicados aos animais também acabam não se envolvendo nos planos de contingência elaborados pela defesa civil, criando uma falta de comunicação e lacunas de conhecimento sobre como lidar com a população animal. O saber científico-técnico e o saber comunitário deveriam dialogar para buscar soluções adequadas, entretanto, isso não ocorre efetivamente. Para os autores Benson, Twigg e Myers (2001) apesar do importante papel das ONGs, atualmente pouco de suas experiências em prevenção, mitigação e preparação é documentado, e muito poderia ser aproveitado desse conhecimento para se avançar nessa área.

A falta de integração das instituições públicas e de diretrizes claras para atuar no sentido de resguardar o bem-estar animal, permite que as autoridades utilizem discursos de fatalidade no caso de crises agudas, como um desastre, assim, a culpa não recai sobre nenhum órgão específico. “O sofrimento social não tem agentes para os quais se dirigir, a vocalização da dor é tida como uma lamúria que, sem interlocutor, precisa, logo, cessar.” (VALENCIO, 2010). Ainda segundo Benson, Twigg e Myers, alguns dos motivos pelos quais ONGs são atores particularmente efetivos em cenários de desastre são:

- ONGs optam por trabalhar com os mais necessitados;
- Tomam uma abordagem participativa, respondendo às necessidades da população local;
- Fazem compromissos de longo prazo;
- Operacionalmente são rápidos, flexíveis e de baixo custo;
- São inovadores na identificação de questões emergentes e em experimentar novos métodos; e
- Eles tentam dar às pessoas sem poder ou marginalizados uma voz nas discussões políticas com os ricos e poderosos (BENSON; TWIGG; MYERS, 2001, p. 202, tradução nossa⁴¹).

⁴¹ • NGOs choose to work with those most in need;

• they take a participatory approach, responding to the needs of local people;
 • they make long-term commitments;

Os grupos e protetores de animais brasileiros possuem várias características únicas que merecem ser exploradas mais a fundo.

Convém esclarecer, nesse ponto do estudo, que as informações para a elaboração desse compilado são resultado do interesse contínuo da autora pelo tema durante alguns anos, tanto acadêmico, como enquanto voluntária envolvida com grupos locais⁴². Disso redundou a estratégia de utilização das redes sociais na internet para acompanhar e ter uma visão geral dos problemas enfrentados pela proteção animal no Brasil. Atualmente, as redes sociais são uma ferramenta importante para esses protetores, se tornando recentemente um aspecto relevante da proteção animal devido ao grande alcance viabilizado por elas. O envolvimento na resolução de problemas e o acompanhamento da rotina de diversas entidades e protetores independentes atuantes em diferentes regiões brasileiras nos revelam várias semelhanças entre seus enfrentamentos.

Grupos ou entidades que têm como principal objetivo a proteção animal, em geral, são formados por pessoas que possuem uma grande sensibilidade em relação ao sofrimento sentido pelos animais. As organizações brasileiras de proteção e bem-estar animal atuam em diversas áreas, como resgate e tratamento de animais domésticos; programas de esterilização e adoção de cães e gatos; campanhas de conscientização sobre maus-tratos; programas educativos; entre outros. Além disso, realizam mobilizações pela criação e aplicação de leis de proteção aos animais (WSPA⁴³).

Essas organizações, diferente de algumas com outras questões sociais como principal objetivo, dificilmente recebem qualquer tipo de fundo governamental ou até mesmo patrocínio. Podemos citar, como exemplo, a Adote um Gatinho⁴⁴, que é uma ONG situada em São Paulo que há anos deixa claro publicamente seu interesse em conseguir um patrocínio. Apesar de ser considerada uma organização idônea, bem-sucedida e que realiza um trabalho competente no resgate e adoção de gatos em seus mais de dez anos de funcionamento, até hoje nenhuma empresa se interessou em patrociná-los. Essas organizações, na sua grande maioria, mantêm os animais que estão sob seus cuidados somente com a ajuda de doações de

-
- operationally they are quick, flexible and cost-effective;
 - they are innovative in identifying emerging issues and trying out new methods; and
 - they attempt to give disempowered or marginalised people a voice in policy discussions with the rich and powerful.

⁴² Grupos da cidade de São Carlos/SP.

⁴³ WSPA – Sociedade Mundial de Proteção Animal. Disponível em: <<http://www.wspabrasil.org/redeparceiros/brasil/>> Acesso em: 21 mar. 2015..

⁴⁴ Disponível em: <<http://adoteumgatinho.uol.com.br/>> Acesso em: 21 mar. 2015.

peessoas físicas ou com a verba angariada em eventos realizados com esse propósito. Por isso, o papel importante das redes sociais que divulgam o trabalho realizado para além da região em que atuam, além da divulgação dos animais que aguardam adoção.

Uma característica incomum relacionada à questão animal é o número de pessoas, que serão aqui referidos como protetores de animais, embora nem todos se identifiquem pelo título, que realizam ações no sentido de prezar pelo bem-estar animal independentemente de estarem oficialmente ligados a organizações não-governamentais. Esses, retiram animais das ruas ou resgatam animais vítimas de maus-tratos e oferecem abrigo e tratamento veterinário para posteriormente colocá-lo para adoção. Tanto, protetores de animais independentes, quanto os membros dos grupos organizados, em geral, possuem um emprego fixo não relacionado à causa animal e em seu tempo livre se dedicam intensamente aos animais. Protetores de animais e entidades vivem constantemente sobrecarregados, além dos seus limites de ocupação, por uma série de motivos. Um dos motivos principais, é que a própria motivação para alguém se tornar um protetor de animais, é a compaixão pelo Outro, pelos seres que estão em uma situação de vulnerabilidade. Assim, com o grande número de animais nas ruas, também são muitos os que aparecem necessitando de ajuda. Para alguém que se sensibiliza, agir racionalmente e negar ajuda a um ser que se encontra em uma situação de fragilização, não é o usual.

Um aspecto importante das entidades particulares de proteção animal brasileiras, que difere das atuantes em outros países, é a política de não realizar eutanásia. Mesmo em condições precárias, os animais resgatados são encaminhados para um veterinário e se há alguma possibilidade de recuperação, independente do preço, o tratamento é iniciado. Assim, para conseguir realizar esse trabalho dispendioso, em geral, os casos são divulgados para arrecadar doações a fim de cobrir os tratamentos. Por essa razão, protetores de animais criam grandes redes de cooperação, que operam através do compartilhamento de informações, indicações, divulgação, ajuda com transporte, entre outros. As organizações que não possuem abrigos funcionam como fonte de conexões e orientação, além de muitas vezes realizar um trabalho de conscientização. Outra característica encontrada nas ONGs maiores e mais respeitadas é a realização somente de adoções responsáveis. Antes de entregar um animal que foi resgatado e tratado, alguns questionamentos são feitos para o possível adotante e dependendo das respostas, a adoção não acontece. Mesmo com o grande número de animais, esses protetores entendem que todo o trabalho realizado é em vão quando o adotante não

pratica a guarda responsável⁴⁵. Em geral os animais também são entregues já castrados, para evitar crias indesejáveis e um novo ciclo de abandono.

Há uma visão errônea, disseminada na sociedade, de que o protetor de animais é alguém designado para essa função, que tem a obrigação de cumpri-la. Protetores de animais nada mais são, do que pessoas que entendem que é uma responsabilidade social coletiva, resguardar a vida destes seres tão negligenciados pela sociedade. Devido a esse entendimento incorreto, muitos buscam as organizações ou os protetores independentes exigindo resgates ou abandonando animais em suas portas, além de realizar ameaças, sugerindo que se o protetor não atender seus pedidos será uma sentença de morte ao animal.

As pessoas nos perguntam assim: “se vocês não podem resgatar, pra onde podemos levar então?”. Gente, entendam de uma vez por todas: não existe um lugar para onde vocês possam levar, isso no nosso país simplesmente não existe! Não existe um lugar seguro para levarmos os animais. Com exceção de raríssimas prefeituras que tentam manter um programa razoavelmente decente de castração e adoção, não existem abrigos públicos bem estruturados. (...) Sequer estatísticas confiáveis nós temos! Os nossos CCZs de modo geral são um campo de concentração, e quem entra lá dificilmente sai vivo. Além disso, não podemos esquecer que a função original do CCZ nunca foi de resgate e adoção, mas sim de controle de zoonoses, como o próprio nome diz. Muitas vezes é difícil até de convencer os bombeiros a irem resgatar um gato preso em uma árvore, ou na tubulação de esgoto (REGATINHOS, 2013).

A fragilidade multidimensional em conjunto com o abandono sociopolítico da população animal coloca pressão e responsabilidade além da desejada em cima destes que já realizam o que consideram dentro de suas condições. O grupo Resgatinhos⁴⁶ de Campinas, em um artigo abordando a questão dos protetores afirma: “Pois montar um abrigo é a maneira mais rápida e certa de ver todo o seu dinheiro, saúde e sanidade emocional irem embora” (REGATINHOS, 2013). O trabalho dos grupos organizados da sociedade civil não soluciona o problema crônico de descaso, desrespeito, abandono, maus-tratos e superpopulação de animais, apenas tenta amenizá-lo.

⁴⁵ “É a condição na qual o guardião de um animal de companhia aceita e se compromete a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais de seu animal, assim como prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade ou ao ambiente, como interpretado pela legislação vigente”. - Conceituação de guarda responsável elaborada em 2003, durante a Primeira Reunião Latino-Americana de Especialistas em Posse Responsável de Animais de Companhia e Controle de Populações Caninas, obedecendo às mais modernas diretrizes da Medicina Veterinária e do entendimento formado entre ativistas de entidades de proteção dos animais (SANTANA; OLIVEIRA, 2006).

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.resgatinhos.com.br/>> Acesso em: 21 mar. 2015.

A necessidade de grupos organizados que atuem na questão animal sempre irá existir, porém, com o poder público realizando pouquíssimas ações voltadas a população animal, no sentido de solucionar os problemas centrais, os chamados protetores de animais estarão sempre sobrecarregados e mesmo realizando uma quantidade imensa de trabalho, não solucionarão o problema. Sem o Estado como aliado e sem endereçar a crise naturalizada, todas as medidas são paliativas.

Nas crises agudas ou desastres, o poder público não comparece para resolver crises intensas relativas à população animal. São essas mesmas entidades, grupos e organizações que suprem, na medida que conseguem, com seus recursos limitados, a essa demanda. Voluntários que decidem ajudar, muitas vezes, possuem previamente animais sob seus cuidados. O problema crônico do abandono de animais não cessa, quando uma crise aguda despona. O número de animais abandonados apenas aumenta e o trabalho se intensifica. Esses grupos e protetores independentes se desdobram diariamente para realizar uma função que o Estado está longe de cumprir. A legislação vaga juntamente com a naturalização do abandono legitimada pela falta de políticas públicas que visam à sensibilização e à educação em relação aos animais, são um problema crônico que vulnerabiliza essa população e resulta em efeitos devastadores na ocorrência de uma crise aguda. Na Quadro 9, apresentamos uma sistematização sobre as vias possíveis de atuação do Estado e algumas problemáticas sobre a atuação da sociedade civil em relação ao atendimento de animais em desastres.

Quadro 9 – Estado e sociedade civil em relação ao atendimento à animais em desastres

Vias de ação do Estado	Atuação da sociedade civil
Legislação	Grupos organizados são sobrecarregados de trabalho
Cartilhas/Manuais	Precarização do atendimento devido à alta demanda
Políticas Públicas	Falta documentação de suas ações
Planos de contingência	Realiza ações bastante exitosas em conjunto com o Estado

Fonte: A autora.

5. Pesquisa de Campo

5.1. O cenário do desastre: Teresópolis



Figura 5. Município de Teresópolis

Fonte: IBGE Cidades@⁴⁷

Teresópolis, município pertencente ao estado do Rio de Janeiro, foi fundado em 6 de julho de 1891 e possuía população estimada, em 2010, de 163.746 habitantes e em 2015, de 171.482 habitantes em uma área de 770,601Km². Sua densidade demográfica é de 212,49 hab./km² e está localizado a 871 metros de altitude, na região serrana do Rio de Janeiro (IBGE, 2012, 2015). Segundo a página da internet da Prefeitura de Teresópolis/ RJ⁴⁸, o Índice Pluviométrico do município é cerca de 900 mm por ano, com temperatura média anual de 20° C. Suas principais atividades econômicas estão ligadas ao turismo, à indústria, ao comércio e à agricultura.

Na madrugada do dia 12 de janeiro de 2011, o encontro de uma tempestade excepcionalmente forte, com um espaço regional socialmente suscetível a este perigo, resultou numa das maiores catástrofes ocorridas no Brasil. Na região serrana, a contagem oficial de mortes parou em cerca de novecentas pessoas, porém, moradores locais são unânimes ao duvidar das listas divulgadas na época (CUSTÓDIO; CORRÊA, 2012). Além dos falecimentos, houve aproximadamente uma centena de desaparecidos cujos corpos, com o

⁴⁷ Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: jun. 2016.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.gov.br/>> Acesso em: jun. 2016.

passar dos meses, deixaram de ser buscados pelas autoridades, resultando em graves problemas sociais para as famílias envolvidas (VALENCIO, 2012). Houve deslizamentos e inundações que destruíram bairros quase inteiros de vários municípios. No município de Teresópolis, os bairros mais afetados foram os de Campo Grande, Caleme, Posse, Cascata do Imbuí, Poço dos Peixes e Santa Rita.

O fator de ameaça que engendrou o desastre na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro foi a intensa precipitação pluviométrica no início do ano de 2011, com seu pico na madrugada de 12 de janeiro, suscitando inundações nas áreas ribeirinhas e deslizamentos de terra e rochas. No Diário Oficial da União, as autoridades caracterizam o desastre ocorrido em Teresópolis como sendo estado de calamidade pública decorrente de enxurradas (DOU, Seção 1, nº 10, sexta-feira, 14 de janeiro de 2011, p. 30). Da publicação do decreto municipal, em 12 de janeiro de 2011, até a portaria de reconhecimento da Sedec/MI, em 14 de janeiro de 2011, transcorreram apenas dois dias (VALENCIO et al., 2011, p. 102)

A justificativa para a escolha do caso de Teresópolis, para esse estudo de caso, é por ele ser emblemático em relação à população animal. No município, os bairros mais afetados foram de baixa renda e bastante populosos. O número de pessoas afetadas foi enorme e os animais ficaram relegados ao descaso pelo ente público. Além disso, o estado do Rio de Janeiro, por possuir uma defesa civil mais avançada do que os outros estados brasileiros, possibilita que, com esse estudo de caso, tenhamos uma referência de como é o tratamento proveniente do poder público a população animal em situações críticas.

Para melhor compreender porque a necessidade de cuidados com os animais afetados nesse desastre foi posta de lado pelas autoridades teresopolitanas, convém examinar como cada uma das principais instituições públicas que lidam com o tema “animais” interpreta a particularidade de suas funções e desafios na interação comunitária.

Na primeira incursão ao campo, realizada em janeiro de 2013, conversamos com a representante do Grupo Estimação⁴⁹, grupo organizado de proteção animal da sociedade civil que atuou no resgate de animais na tragédia de 2011. Já em uma segunda incursão ao campo, realizada em julho de 2015, foram realizadas entrevistas com algumas das autoridades competentes que também atuaram de alguma maneira na tragédia em 2011. Buscamos confrontar e acrescentar, ao discurso oficial, a vocalização de representantes dos grupos organizados da sociedade civil. No discurso dessas autoridades, podemos encontrar indicativos da falta de atendimento à população animal e dos motivos dessa falta.

⁴⁹ Site oficial: <http://www.estimacao.org/> Acesso em: 31 mai. 2013.

5.2. Animais silvestres circunscritos na tragédia

Na região de Teresópolis existem três Unidades de Conservação da Natureza. São eles: o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o Parque Estadual dos Três Picos e o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis. Por entender a relevância desses parques para a região e também para averiguar a afetação de animais silvestres pelo desastre, abordamos representantes da administração de dois deles e realizamos entrevistas semiestruturadas. Buscamos saber quais conflitos eles têm de lidar rotineiramente, em relação a interação dos animais habitantes do parque com as pessoas e outros animais presentes no entorno, e como atuam no sentido de resolvê-los. Na Figura abaixo vemos a disposição dos Parques em relação à cidade de Teresópolis.



Figura 6. Disposição dos Parques da região do município de Teresópolis
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Teresópolis.⁵⁰

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.web.br.com/turismo/>> Acesso em: jun. 2016.

5.2.1. Entrevista com representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos é uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral, subordinada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Foi criado em 1939, sendo o terceiro parque mais antigo do país. São 20.024 hectares protegidos nos municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim (ICMBio, 2015).

Conversamos com uma representante da administração do parque na segunda incursão de campo feita, em julho de 2015. Ela nos esclarece sobre a quantidade de espécies que habitam o parque e sobre o atendimento que realizam:

A gente tem mais de 460 espécies de aves, mais de 103 espécies de mamíferos, cerca de 80 espécies de répteis, 70 e pouco de anfíbio, peixe é o que a gente menos tem, são 6 espécies. Mas o que chega para gente, que a gente tem um setor que recebe e entrega, voluntário, de bichos, seriam aves e mamíferos. Répteis, o que chega é mais serpente, mais aí é quando ligam para bombeiro [e dizem]: ‘tá perto da minha casa’, então a gente tem essas três classes como principal. Anfíbio, raramente [trazem] (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

A entrevistada nos elucida que um estudo muito complexo seria necessário para aferir se existe algum desequilíbrio na fauna do parque, no caso de alguma espécie estar em crescimento populacional, no sentido de não haver predadores suficiente para a controlar, ou ainda, se haveria falta de presas para alguma outra espécie. Estas são situações nas quais, supomos, incentivariam animais a se deslocarem para fora dos limites do parque. Ela afirma que as nascentes e áreas de rios que existem dentro do parque são muito bem conservadas, então que possivelmente exista desequilíbrio somente no entorno, pois, é comum construções próximas do rio, criando áreas urbanas que reduzem a zona de amortecimento. Ela ressalta que “às vezes a divisa do parque é a casa das pessoas”. Por isso, há conflitos frequentes nesses limites geográficos envolvendo animais de estimação:

A gente tem problemas com gatos e cachorros. Por ter casas próximas, os bichos entram, e aí gera um problema, porque o bicho começa a caçar espécie selvagem, você tem a questão de ataque, isso sim pode ser um problema potencial de desequilíbrio futuro, se a gente não tiver um controle. A gente tenta fazer da melhor forma, tem cercas, tem pontos [a gente] vê: ‘ah, entrou um cachorro aqui’, a gente pega e tenta direcionar. Mas às vezes foge um pouco do controle, porque a gente pega um cachorro hoje, amanhã tem outro, aí você vai tentar pegar não consegue, daí o bicho entra ali, depois, de noite, por exemplo, é um problema, não tem como você controlar. Às vezes gato, a pessoa tem, bicho foge, dá um pulinho, come um ratinho. Então, espécies domésticas para gente também é uma potencialidade [de

problemas], até por causa das comunidades próximas. (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Vemos, nesse caso, que os animais de companhia adquirem o status de indesejáveis dentro dos limites do parque, assim se tornando um problema em potencial para o equilíbrio das espécies silvestres que possuem o status de “preservado”. Animais domésticos perambulando pelas bordas do parque é uma questão rotineira que a administração do parque precisa constantemente lidar, apesar de não estar entre suas atribuições oficiais. Ela descreve quais procedimentos são realizados quando um animal doméstico aparece:

Então, na cidade tem um canil, e aí, a gente tem um problema que nem sempre o canil recebe. Eles quase nunca recebem, então a gente tenta andar na redondeza [perguntando]: ‘gente, olha, alguém conhece esse cachorro?’, para devolver ao dono. Às vezes a gente consegue. Se não consegue a gente tenta arrumar um dono, né. Às vezes um funcionário gostou do cachorro, leva, às vezes viu um gatinho filhote, leva. Então a gente tenta não deixar o bichinho em apuros... E claro, vamos supor, o bicho chegou, a gente sabe mais ou menos, pessoal sempre vê num determinado lugar... Por exemplo, tem uma vila de casa funcional aqui em cima, sempre tem um cachorro que tá ali, um cotózinho, a gente chama, então a gente sabe que ele é dali, é de alguém dali. O bicho entra, se a gente pegar, a gente vai tentar soltar na rua próximo, até ele voltar para a casa do dono. A gente evita também de ficar soltando os bichos em qualquer lugar, senão daqui a pouco o pessoal vai falar: ‘ah, o parque tira bicho lá de dentro e joga aqui’, então... Mas o problema maior é esse, a gente não tem um canil pra cidade no nosso porte, pra gente poder levar esses bichos (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

O pessoal da administração do parque busca uma solução negociada, para os animais de estimação que ali adentram, mas a insuficiência de atendimento do canil municipal aparece como um problema estrutural. O relato já nos aponta a superlotação e o fracasso dos serviços públicos municipais para atender os animais domésticos. Mais para frente aprofundaremos a questão, mas ressaltamos que, em entrevista com a representante de grupos organizados da sociedade civil, também nos foi afirmado que ela mesma já recolheu animais, cães e gatos, a pedido da administração do Parque Nacional, que não possuía alternativas sobre o que fazer com os animais domésticos que cruzavam os limites do parque. Ou seja, na falta de atendimento do poder público, os grupos organizados da sociedade civil se apresentam, tanto em uma situação cotidiana, quanto na situação crítica, como veremos mais à frente.

Outra questão que o Parque Nacional precisa lidar cotidianamente é com os atropelamentos de animais silvestres na Rodovia Rio-Teresópolis, que corta 10 km de mata da Serra. A entrevistada afirma que eles possuem um projeto em parceria com a concessionária

da rodovia, para mitigar impactos. Nesse caso, os animais silvestres podem causar acidentes, ao seguir o curso normal de suas vidas, na área que foi destinada para eles. Vemos a ressignificação de um animal que possuía o status de “preservado”, para um potencial causador de problemas, ou seja, indesejável ao passar pela rodovia. Pergunto também sobre conflitos causados pela ultrapassagem dos animais silvestres dos limites do parque, ela afirma:

Por ter muita comunidade no entorno próximo, a gente muitas vezes tem conflitos. Por exemplo, na área de baixada, região onde as pessoas têm casas e tem aquele gadozinho pequeno, tem uma galinha ali, uns cabritinhos, aí você tem ataques de felinos, a gente já teve isso. E aí: ‘olha, entrou aqui na minha lavoura’. ‘Vi um bicho andando assim e tal, vem conversar com o pessoal para ninguém se assustar e não sair matando’, então às vezes a gente tem isso também. Então é os dois, domésticos entrando, e bichos selvagens, não é saindo, mas como ele tá tendo (sic) sua área reduzida, ele tá tentando procurar recursos de outra forma, mas em escala menor até, do que, por exemplo, atropelamento. Essa questão do conflito é em escala menor do que atropelamento, a gente tem mais atropelamento em si (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Esse tipo de conflito acontece justamente por status diferentes serem atribuídos aos animais, dependendo da situação. Os animais de criação da comunidade que vive no entorno do parque são entendidos como “meio de subsistência” pela comunidade e, se forem tomados como presa, prejudicará a sobrevivência das famílias que os criam. Já os animais silvestres predadores são considerados indesejáveis nessa comunidade, justamente por agirem como ceifadores dos animais que são o meio de vida comunitária. Entretanto, a função do parque é justamente, “preservar” essas espécies selvagens, e desse ponto de vista, entende que os animais silvestres não estão fazendo nada errado, apenas se adequando às mudanças realizadas no ambiente dele. Nesse contexto, o parque se entende como mediador entre essas diferentes interpretações:

É, aí a gente tem a questão de educação ambiental. Então, existe um setor de educação ambiental. A relação com as comunidades do entorno é uma relação que não é como a gente vê em outros parques.... É recente, mas é uma relação bem sólida. A gente tem o Conselho Consultivo, onde vem os representantes das comunidades, expõe também seus pontos, criticam algumas ações, então a gente tenta melhorar. Então, o Conselho Consultivo, só para ter uma noção, são os representantes das comunidades, representantes de órgãos da cidade, de Secretarias de Meio Ambiente, porque o parque corta quatro municípios, então tem representante dos quatro também, para poder trazer a problemática, ajudar a gente a também, em algum assunto, expor opinião, então a gente tem isso. Como a gente tem essa

relação muito boa com a comunidade, se eles lá têm um problema: ‘olha, a gente teve um ataque de jaguatirica no galinheiro do fulano, fulano falou que vai matar o bicho’, a gente [fala]: ‘não, peraí, vamos lá’, [...] ‘Olha, tenta fechar o galinheiro, entendeu, tenta a noite colocar botar os bichos todos num canto, evitar que eles fiquem soltos, fiquem mais vulneráveis’, ‘ah então tá bom, então vamos fazer isso’, não teve mais problema. ‘Olha, a gente tá tendo ataque de não sei o que, parece ser onça, ataque de onça’, [atacou um] cachorro lá no lugar que não era nem competência nossa, daí a gente também tentou auxiliar. Daí vamos lá, empresta equipamento, tenta ver se é aquele bicho, então, a gente tenta fazer dessa maneira, sabe. Tenta conversar para evitar que outras pessoas também matem os bichos, porque eles não têm culpa né, a gente que está invadindo o espaço deles, então, mas é bem tranquilo essa relação, a gente tenta sempre conversar bastante (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Nesse papel de mediador desempenhado pelo parque, há a constante negociação de interpretações sobre o mundo, na tentativa de evitar ou amenizar conflitos. Essa atuação se dá principalmente em caráter informal ou de improvisação, sem procedimentos pré-definidos sobre como agir. Cada caso é avaliado e atendido na medida em que o parque consegue responder às preocupações da população que vive no entorno. Segundo a entrevistada, há uma boa relação entre os atores sociais que se encontram entrelaçados devido ao lugar.

Na arena decisória sobre conflitos socioambientais, é essencial que as diversas interpretações do mundo tenham voz e sejam consideradas igualmente, para que assim decisões mais adequadas possam ser tomadas na resolução desses conflitos. Vemos que, devido a essas diversas interpretações do significado que cada tipo de animal tem para cada ator social, o diálogo é indispensável na tomada de decisões, pois qualquer decisão tomada pelo poder público, nesse caso representado pelo parque, sem uma postura aberta para o debate com a população, é de caráter autoritário e provavelmente pouco eficaz para superar conflitos. É importante questionarmos se a interpretação da população está sendo tomada como igualmente válida, assim como a representante do parque afirma, ou se há certo autoritarismo na tessitura da instituição pública. Devido ao caráter complexo de conflitos socioambientais, soluções mais adequadas são encontradas quando as diferentes interpretações são confrontadas em um espaço horizontal de debate e quando conjuntamente, certo consenso é estabelecido.

O conceito de educação ambiental citado pela entrevistada, é um termo comumente utilizado tanto nas instituições do Estado que são responsáveis pela manutenção de áreas de conservação, quanto pelos grupos organizados da sociedade civil que atuam na proteção animal. Esse conceito pode eventualmente estar ligado a uma postura autoritária, quando, quem o utiliza, compreende a população em geral como ‘ignorantes’, que têm suas ações e

interpretações da realidade pautadas pela falta de determinada informação ou conhecimento. Esse tipo de postura faz vista grossa a existência de relações sociais complexas e lógicas operativas igualmente válidas e diversas que regem a sobrevivência e a vida social de diferentes grupos sociais. Quando o parque falha em compreender as ações e interpretações da comunidade do seu entorno e as categoriza como menos válidas do que a sua própria interpretação daquele conflito socioambiental, há aí um fracasso do processo decisório compartilhado. O poder público fracassa, como mediador de conflitos socioambientais, quando atua baseado na crença de que sua interpretação é a mais correta e que os outros atores sociais são os únicos que precisam se corrigir e se adequar a uma realidade única.

Durante as chuvas de janeiro de 2011, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos praticamente não foi afetado. Segundo a entrevistada, não houve deslizamentos ou quedas fora do comum dentro da área do parque, devido a vegetação mais preservada que evitou que o solo cedesse com a chuva. O que a representante do parque nos esclarece, contudo, é outra razão de ruptura na rotina do parque na mesma época:

A nossa rotina mudou drasticamente naqueles dias [em 2011], porque assim, o parque em si não foi afetado, não teve queda de nada, a não ser quedas naturais que a gente tem ao longo do ano, uma pedra cai aqui, mas assim, em relação aquilo que aconteceu em 2011 o parque não foi afetado, ficou intacto. As pessoas “ah, aconteceu isso ou aquilo”, não, não aconteceu nada, o que o parque teve de quebra de rotina por causa da tragédia foi a redução na visitação. Então, muitas pessoas ligavam perguntando se foi afetado, “não”, mas a cidade estava um caos, ninguém subia, a gente teve uma queda muito grande na visitação nesse período, nesse ano em si, meses iniciais. [...] As pessoas tinham muito medo de vir pra cidade e ficar ilhada, como alguns bairros ficaram ilhados, não tinha acesso. Então, é essa quebra da visitação foi o que, a gente, ficou assim, realmente afetou dessa maneira (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Sem mudanças físicas drásticas na paisagem e com sua estrutura intacta, a entrevistada conta que eles passaram a realizar o papel de receber e direcionar alguns dos animais que haviam sido abandonados nas áreas atingidas da cidade. Ela afirma que houve grande abandono de animais nessas áreas. Na situação crítica enfrentada pela região, o parque realizou atendimentos dentro de suas possibilidades e redirecionou aqueles que não foi capaz de atender, assim como já o fazia cotidianamente.

Uma coisa ou outra, silvestre nem tanto, o que a gente viu foi trazerem periquito para cá, calopsita, a gente recebeu foi, um papagaio... É, a pessoa vinha entregar porque a casa desmoronava ou os donos morreram e ficou lá abandonado, mas aí a gente não recebia até pelo fato da gente não pode

receber animais exóticos, mas aí a gente falou: “olha, leva lá na Cruz Vermelha, tá tendo um setor de fauna”. As pessoas direcionavam, e animais domésticos, de estimação, foi o que teve muito abandono nessa época e mortes também, né (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Pela disponibilidade e estrutura do parque, a entrevistada nos conta que a parceria entre o Parque Nacional e as Secretarias Municipais e outros órgãos municipais é bem moldada e já existe há bastante tempo; entretanto, é uma parceria totalmente informal, não havendo nada por escrito que diga que esses órgãos devem se auxiliar ou como proceder, em ações ou situações específicas. No caso da ocorrência de um desastre, certamente essas parcerias seriam acionadas para cooperar com a resolução da crise, porém, sem planejamento prévio de como proceder. Há, no discurso da entrevistada, uma naturalização dessa informalidade, sem se atentar para a necessidade de existir procedimentos ou protocolos formais.

Às vezes eles fazem uma operação e daí eles veem se a gente pode receber o bicho, segurar o bicho por um tempo, porque eles não têm estrutura, ou direcionar para um centro de triagem, que é o que a gente faz, levar esses bichos que a gente não tem competência para poder ficar com eles aqui. Então a gente tem, ‘ah, tem um bicho, um gambá lá, tá ferido, tem como vocês darem uma olhada’... A gente olha sem problema, tem uma equipe de veterinários que podem olhar, então essa parceria, ela pode não ser oficial, mas ela acaba ocorrendo naturalmente. Como o parque está instalado nesses quatro municípios, eles veem o parque como um apoio também. Então tem a questão do Conselho, então já sabe o que pode, o que não dá, o que a gente é capaz de fazer, o que a gente não é capaz, então eles sabem as nossas limitações. E no que está ao nosso alcance a gente tenta fazer. Da mesma forma que quando a gente precisa deles: ‘olha, a gente vai fazer uma operação de fiscalização, tem como a prefeitura dar um apoio?’ Se eles puderem, também vão ajudar. Então a gente tenta manter essa linha assim, um auxiliando o outro no que foi possível (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Perguntamos ainda, se o parque possui planos de contingência, caso muitos animais invadissem a área urbana ou alguma situação conflituosa em grande escala acontecesse. Ela afirma que não possuem:

Até porque a gente pensa que como unidade de conservação a gente não tende a reduzir a nossa área, a gente tende a aumentar. A gente quer aumentar a área de unidade de conservação, para o que é possível. Claro que a gente, o parque tá numa posição privilegiada, porque tem dois parques ao lado, a gente tem o Três Picos, que é estadual, e o Parque Montanha de Teresópolis que é municipal, então a gente tem um contínuo de mata. Então, eu acho assim, ter um evento que faça com que muitas espécies ou muitos

indivíduos saíam em direção a área urbanizada, seria por algum motivo de desmatamento em massa ou alguma coisa assim, coisa que acho que aqui não vai acontecer pelo fato da gente ter uma gestão que tá sempre policiando. [...] A gente tem uma área, não é grande se for comparar com unidades amazônicas, mas relativamente bem estruturada, a mata num estágio bem avançado, os bichos já estão acostumados, tem sua área de vida, a gente tem esses casos isolados de conflito principalmente com felinos, ou próximo de áreas rurais, mas isso são casos isolados, isso é porque a pessoa tá entrando onde não deveria, tá indo além do limite, ou o recurso, a oferta de presa tá tão baixa que ele vê naquele rebanho uma possibilidade, porque, geralmente onde tem conflito é onde você tem pouco recurso e a gente tenta associar, será que esse pouco recurso é devido ao quê? Pelo menos aqui é onde a gente tem mais registro de caça, ou seja, a gente supõe, não é nada comprovado, que por exemplo, a caça tá levando a redução, por exemplo, talvez, de presa, e com isso esses bichos tão chegando mais próximos em busca de alimento, então é uma cadeia, na qual, quem está causando é a gente, não é algo natural tipo os bichos vão se dispersar. Então, acho que a gente não precisa fazer um plano de contingência, caso a gente precise a gente vai precisar ver como vai ser. De forma geral, tem poucos conflitos mesmo, não é uma unidade que tem muito conflito com essa questão de animal, ou coisas assim, a gente tem essa questão de animais domésticos, mas a gente tenta lidar da melhor maneira possível (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

A partir desse último relato podemos aferir que apesar da boa relação apontada pela representante do parque, e da existência de diálogo entre o parque e a comunidade do entorno, não se consolida uma corresponsabilidade da instituição com a população sobre a possibilidade de ocorrência de crises futuras. O discurso da entrevistada mostra que, quando confrontados sobre a elaboração um plano de contingência para mitigar possíveis danos e prejuízos que possam decorrer de desastres ou de outras crises, o discurso do poder público indica que qualquer possibilidade de algo dar errado seria resultado direto das ações da população humana que vivem na região.

Se os conflitos socioambientais existentes na região são apresentados e debatidos em Conselhos Consultivos rotineiramente, a responsabilidade pelas decisões tomadas para evitar maiores prejuízos deveria ser compartilhada por todos os atores sociais presentes nesse Conselho e algum tipo de planejamento futuro deveria ocorrer. A falta dessa postura de responsabilidade compartilhada demonstra que na realidade, o parque não se considera em posição de igualdade com a população.

Vemos que, nesse caso, as questões socioambientais rotineiras, que seriam a conjuntura em que crises agudas poderiam se engendrar, são resolvidas em caráter de exceção, de maneira improvisada, sem procedimentos claros e sem nenhum registro dessas ocorrências, o que faz com que não se tenha bases para planejamentos. Assim, não há interesse em superar problemas crônicos estruturais. Estes se apresentam em pequenas doses

cotidianamente, e certamente aumentariam de intensidade na presença de fatores de ameaça que causem uma na ruptura da rotina. Na ocorrência de uma crise aguda, a resposta fornecida pelo Estado seria novamente uma solução improvisada.

A possibilidade de uma crise aguda ser desencadeada, justamente pela interferência antrópica na região, deveria ser motivo não somente para se desenvolver ações de prevenção com a população local, respeitando e negociando com suas interpretações, mas também razão para planejar medidas de mitigação de danos, no caso de situações críticas ocorrerem. A existência do Conselho Consultivo deveria significar uma corresponsabilidade do Estado com a população, sobre decisões tomadas e sobre as implicações dessas decisões, entretanto, parece prevalecer a ideia de que tal configuração, na realidade, eximiria a responsabilidade do Estado, caso um acontecimento trágico acontecesse.

5.2.2. Entrevista com representante do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis

O Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis é uma unidade de conservação de proteção integral criada em 2009, que é administrada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Teresópolis. O Parque ocupa uma área de 4.397 hectares e abrange parte dos bairros Salaco, Posse, Granja Florestal e Campo Grande, na cidade, Santa Rita e Ponte Nova, no interior⁵¹. Diferente do Parque Nacional Serra dos Órgãos, o Parque Municipal foi bastante afetado por deslizamentos em janeiro de 2011. Conversamos com o responsável pelo parque para saber mais detalhes.

Teve muitos, muitos deslizamentos, inclusive a área do parque foi uma das mais afetadas. Se você olhar direitinho, se for lá visitar, onde fica o Núcleo da Pedra da Tartaruga, onde faz parte da nossa área de conservação, que é uma área de uso público, dali você tem uma visão perfeita, perfeita de onde veio, começou os escorregamentos. [...] Aquela região pegou justamente no limite entre o Parque Nacional e o nosso Parque Municipal, dali pra lá, houve diversos escorregamentos, agora, quanto assim, relato que tinha muita degradação (sic), aí escorrega mesmo, agora relatos assim de animais silvestres, nós tivemos muito pouco, mortos, machucados, foram poucos (Representante do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

O entrevistado nos informa que os deslizamentos ocorridos no parque em 2011 não resultaram em um número alto de animais silvestres feridos, pois, poucos relatos desse tipo

⁵¹ Informações retiradas da página da internet da Prefeitura Municipal de Teresópolis. Disponível em: <http://www.teresopolis.rj.gov.br/meioambiente/sobre-a-secretaria/unidade-de-conservacao/> Acesso em: 31 mai. 2016.

foram registrados. Entretanto, ele ressalta, que os mais afetados foram seres humanos e os animais domésticos, devido a sua presença em peso nos bairros afetados.

Foi mais aquela situação mesmo de vítimas humanas e ficamos muito focados nessa ação, foi muito grande, agora, houve muito sim, animais domésticos, porque isso foi um grande problema. Quase a maioria das casas, tinham animais, animais estavam ali presentes, então várias ONGs da cidade recolheram, nosso canil também recolheu muitos, até chegar a ficar sobrecarregado (Representante do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

O responsável pelo parque nos conta que o maior problema que o Parque Natural Municipal enfrenta, no seu cotidiano, são incêndios florestais, que muitas vezes começam acidentalmente e causam destruição significativa.

O que acontece, nós estamos inclusive com uma campanha que vamos iniciar agora, estamos com a de combate a incêndio florestal, e a queima de um modo geral de lixo, principalmente porque o parque ele afeta, ele é muito comprido, ele tem a área urbanizada agrícola, e uma área de floresta mais conservada, então nessa área agrícola, urbanizada, tem a queima de lixo que acaba provocando, que o grande problema nosso é a queimada, que afeta diretamente a nossa fauna. Então nessas áreas, parte de interior, nós temos a antiga tradição, as pessoas que fazem a limpeza, queimar para poder plantar, então estamos fazendo uma campanha de notificação preventiva de caráter educativo. Isso diminuiu, no início 50%, hoje eu já posso te falar que a gente alcançou quase 80% de resultado em cima disso aí, com essa notificação preventiva. Com isso agora, nós criamos alguns folhetos informativos [...] Nós estamos trabalhando agora nesse período de inverno forte nessa prevenção. Então existem folhetins informativos, dizendo, notificando, fazemos o georeferenciamento das propriedades, caso haja algum problema, você saber que aquela propriedade é reincidente. [...] Aí você já tem um cálculo da área queimada, o que nós perdemos de flora, muitas vezes de fauna também, então, existe esse trabalho feito agora (Representante do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Apesar da tragédia de 2011, que teve poucas mortes e feridos entre os animais silvestres, ao passo que o número de vítimas humanas e de animais domésticos foi significativo, o foco do Parque manteve-se em campanhas de educação ambiental focadas na fauna silvestre. Essas campanhas são realizadas com o intuito de transmitir o conceito de “preservação” da fauna e da flora que a instituição tem como objetivo conservar. Ele continua sobre outros conflitos, ações e objetivos do parque:

Estamos lançando uma outra [campanha] “A fauna pede socorro”. É legal que naquela região, apesar da fiscalização ser intensa, é uma região que é um

pouco esquecida do município, então o parque fica presente ali, com isso combate direto a caça e a captura de animais silvestres, então isso, o parque trabalha pra caramba em cima disso, hoje tem um índice muito pequeno, mas existe. É uma área muito grande, são 5 mil hectares, nossa fiscalização é mínima né, sou eu e mais uns garotos aqui, mas o parque é presente nessa ação. A gente vai iniciar em setembro uma outra campanha, em relação a isso. O parque hoje tá fazendo um mini centro de recuperação de animais silvestres, está em andamento, estou criando lá, orçamento pra fazer o consultório, na verdade é um consultório em parceria com outras unidades de conservação, focado na nossa fauna, agora está nesse processo de construção, estrutura, ênfase mesmo nessa ação da fauna (Representante do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Ao perguntar sobre a existência de uma equipe veterinária, descobrimos que existe uma parceria formalizada entre as três unidades de conservação, que as compele a trabalhar conjuntamente.

Hoje é parceria, não tem veterinários concursados, mas com o apoio do Três Picos, do Parque Nacional, os três juntos, nós temos uma coisa que é lei, que chama mosaico do central fluminense, onde as unidades trabalham em conjunto. Trabalha em conjunto, tem o apoio de outros distritos, dos parceiros, além dos estagiários claro, das universidades que também fazem estágio no Parque, aproveita e concilia isso tudo com o apoio técnico, tudo mais, para poder dar continuidade a esse trabalho (Representante do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Outra questão que levantamos foi o conflito de animais selvagens que possam ultrapassar os limites do parque e causar transtorno para as comunidades do entorno.

Já houve mais impacto de borda, atualmente, até que nosso parque não tem muito não, pelos limites e até pela boa convivência que nós temos com a comunidade. Nós tivemos várias consultas públicas antes de criar a unidade, então, que aconteceu, a própria comunidade mesmo, as próprias pessoas ajudaram, foram criados os limites do parque baseado nisso daí, então hoje naquela região, nós temos muitos bovinos na verdade, o que tem de criação são bem cercados, a gente procura fazer com que as pessoas façam o isolamento da sua propriedade direitinho, pra que não haja, também evite o desmatamento, o problema é você ir desmatando, entrando, pra aumentar a sua propriedade, isso a fiscalização trabalha em cima disso e a boa parceria com a comunidade, eu acho que é o trabalho que é feito (Representante do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

O entrevistado nos conta que o parque possui toda a fauna que se têm na região da Mata Atlântica Central e Região Fluminense, que é muito farta de espécies. Ele também diz que apesar de ter sido criado há pouco tempo, o Parque Natural Municipal já conta com uma

boa estrutura e com recursos. Recursos humanos, ele afirma serem poucos ainda, mas que estão melhorando. Na tragédia, seu pessoal teria atuado na logística de transporte em auxílios aos órgãos de emergência ao redor. Quando perguntado se após a tragédia, algum plano de contingência havia sido elaborado, ele nos informou que:

O parque hoje ele conta com uma mini brigada que até foi treinada justamente para atender determinadas ações, principalmente essas, combate a incêndio, mas na época da tragédia, nós trabalhamos bastante. A gente conta hoje com dez homens, assim, bem treinados, para uma ajuda, mais focada, mais rápida, caso tenha uma ação na nossa região para ajudar. Além das viaturas, claro, que já dá um suporte muito bom, para não depender muito de... Você vai, pega, já atua, já tem uma certa estrutura. [...] Há uma parceria tranquila com as outras secretarias. Hoje foi aprimorando, com certeza, nós temos todos esses planejamentos e ações que estão acontecendo (Representante do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis em entrevista no dia 14 de julho de 2015).

Apesar de não existir um plano de contingência formal, por escrito, é mencionado a existência de uma equipe treinada para lidar com situações emergenciais, o que podemos considerar como positivo. Além disso, existem também diferentes campanhas que o parque tem promovido no sentido de evitar a destruição da fauna por incêndios ou pela caça, tendo ainda como objetivo a construção de um consultório para animais silvestres. As campanhas trabalham no sentido de reforçar a importância que os animais silvestres possuem não como indivíduos, mas em relação à sua espécie, que o parque busca preservar. Essa estrutura que está sendo conquistada é de inestimável valor numa possível situação de crise aguda no futuro, pois, as diferentes categorias de animais são vulneráveis de maneiras diferentes. Animais silvestres apesar de terem tido seu território e suas populações diminuídas historicamente, atualmente, estão entre as categorias de animais que mais recebem verba e atenção das esferas governamentais, justamente pelo valor atribuído a preservação das espécies. Outras categorias de animais, como os domésticos por exemplo, não possuem o risco de extinção; e seu bem-estar ou sobrevivência não se enquadra nas atribuições de nenhum órgão em específico. Veremos a seguir o atendimento a animais domésticos que é realizado amplamente em caráter de exceção pelas facetas governamentais, deixando assim, muitas vezes, essa população à margem das provisões do Estado.

5.3. Animais domésticos circunscritos na tragédia

Baseado nos relatos recolhidos, podemos afirmar que animais de estimação foram amplamente afetados na tragédia de 2011, devido a sua grande presença nas periferias urbanas

do município de Teresópolis, juntamente com animais de criação, presentes em fazendas, como cavalos e outros animais de grande porte que viviam nas áreas rurais da região. Devido à grande quantidade de pedras enormes que rolaram nos deslizamentos, seus corpos seguem soterrados.

Mas é muito triste você saber que os animais... os animais rurais, esses todos morreram, nós pegamos cabras, por incrível que pareça o cão é mais forte, o gato... O cavalo é muito frágil, quebra a perna... Animais rurais, praticamente nós não pegamos nenhum (Representante do Grupo Estimação em entrevista no dia 15 de julho de 2015).

5.3.1. A visão dos grupos organizados da sociedade civil

Na primeira incursão a campo, durante a pesquisa preliminar, buscamos contato com os grupos de proteção animal locais, que, pelo o que a mídia e a literatura indicavam, haviam sido os principais atores responsáveis pelo tratamento com os animais de estimação.

Encontramos através da internet e de indicações, a responsável pelo Grupo Estimação, um grupo de proteção animal e meio ambiente, e atualmente também responsável pelo SOS Animal, um santuário animal construído há mais de uma década em Teresópolis. O Grupo Estimação, com a ajuda de voluntários, resgatou e acolheu cerca de dois mil animais diversos na tragédia de 2011. Um documentário sobre os esforços de resgate de animais foi realizado por Flávia Trindade e se chama “O Abrigo” (2011). Este foi utilizado como fonte de informações para esse estudo de caso, além das entrevistas com a representante do Grupo Estimação que realizamos em nossas visitas a Teresópolis em janeiro de 2013 e em julho de 2015. Foram entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e depois transcritas. A primeira ocorreu na casa da entrevistada e a segunda na visita ao santuário SOS Animal. Ela aqui nos conta como percebeu que algo estava errado na madrugada do dia 12 de janeiro de 2011:

Quando houve a tragédia, que eu tava aqui [em casa], que no dia seguinte eu descí... Essa cascata⁵², essa casa é da minha mãe há 40 anos, nunca transbordou, tinha transbordado. Os barulhos, o telhado da casa, o barulho no telhado parecia uma escola de samba, o quarto da minha irmã entrando água. Água entrando por debaixo das portas **desta** casa, eu falei: ‘a cidade acabou’ (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013, grifo do autor).

Relatos dos moradores de Teresópolis nos contam sobre a densidade das chuvas que caíram naquela madrugada de janeiro. A entrevistada conta que ‘era uma chuva muito forte,

⁵² Cascata dos Amores, cascata localizada perto da casa da entrevistada.

tão espessa que parecia uma cortina'. Devido ao volume das chuvas, ocorreram deslizamentos e também inundações. Alguns dos bairros mais afetados de Teresópolis foram: Campo Grande, Posse, Caleme, Cascata do Imbuí, Poço dos Peixes e Santa Rita.

No dia seguinte de manhã, não tinha luz, [ela seguiu até um posto, onde encontrou com seu amigo frentista] eu falei: “O que aconteceu? Ah, acho que nada, caiu lá no Caleme... Caleme caiu tudo, não tá passando, eu falei: ‘e os animais?’ Ele falou: ‘os animais, cê tá maluca?’ (sic) (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

No dia seguinte, a entrevistada conta que havia um silêncio sepulcral na cidade e só se ouviam sirenes. Não se tinha informações, pois a cidade estava sem luz e sem serviços telefônicos. Os celulares estavam fora de área. Os rumores eram de que havia morrido muita gente. A entrevistada pensou nos animais dessas regiões afetadas e suspeitou que esses não seriam socorridos pelos órgãos atuantes na emergência. Então, resolveu ir até os bairros afetados para tomar contato com a situação e resgatar os animais desamparados que porventura encontrasse:

Daí eu peguei, fui no dia 13, não dormi direito, aí foi que eu consegui chegar aqui por trás, encontrei os trilheiros, eles disseram: ‘ih, não tá passando, a ponte da Posse caiu, se você quiser a gente vai pra Campo Grande pra ver como que tá a situação, que a gente vai fazer socorro e você aproveita e vai pegando os animais’. Eu crente que era assim, pegar um cachorrinho, como a gente pega sempre na rua... (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

Ao se deparar com um cenário de devastação de um dos bairros mais afetados, o do Campo Grande, identificou que não havia atuação técnica de emergência em prol dos animais afetados no episódio:

É uma vergonha, tentei pedir ajuda. Aí, esses trilheiros... Nós fomos pra Campo Grande, daí quando nós chegamos lá, aí eu acho que, deu um treco na minha cabeça, que eu entrei numa de salvar os bichos, enlouqueci, e também as pessoas, porque tinham crianças mortas, absolutamente inocentes, **mas os bichos, ninguém queria nem saber** (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013, grifo nosso).

A entrevistada buscou o poder público, fez contato com a defesa civil que, segunda ela, respondeu que não era o momento de pensar nos animais. Pediu alguma ajuda com transporte, para que ela mesma pudesse começar os esforços de resgate e os cuidados, porém, isso lhe teria sido negado.

Eu fui, isso no dia 12, na Secretaria do Meio Ambiente, ao Corpo de Bombeiros, eles estavam saindo e entrando, a cidade deserta, sendo que alguns locais... Defesa Civil... Pedir ajuda pra... Um carro, pra tentar me ajudar a resgatar os animais. Teve um local que o cara bateu a porta na minha cara e mandou eu ir pro hospício, tipo assim: ‘vai pro hospício, vai te catar, você é louca, como é que uma louca vem aqui, nós não sabemos a dimensão e tá pensando em cachorro?’ (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

Os depoimentos acima revelam um entranhamento do especismo na cultura do meio técnico atuante na emergência, a qual desqualifica não apenas os animais não-humanos, mas também, aqueles que manifestam solidariedade aos mesmos. A partir do último relato vemos as diversas facetas do poder público operando com preocupações variadas, entretanto, atuar no sentido de resguardar e restabelecer vidas animais não parece ser uma atribuição de nenhum dos órgãos citados. Tal lacuna é presente na compreensão e na atuação cotidiana dessas instituições, então não surpreende que em uma situação crítica, a mesma indiferença prevaleça. A existência de animais em um contexto de desastres foi ignorada totalmente, pelo menos nos primeiros momentos da crise aguda, pelas autoridades competentes. Mesmo sendo uma tarefa também indispensável: o resgate de vidas ou mesmo dos corpos, dos animais. Não há uma exigência para esses órgãos públicos agirem diferentemente, pois faltam diretrizes de como proceder para lidar com a população animal afetada. Não é atribuição de nenhuma das autoridades pensar nos animais, apesar de constar na Constituição que eles são tutelados pelo Estado. Essa incoerência e a legitimação do abandono abre espaço para o poder público não se responsabilizar por eles e até mesmo para agentes públicos destratarem a população quando alguém explicita que essa é uma necessidade. Vemos que a mentalidade, em um momento de crise, é não os considerar dignos de preocupação e esforço, não somente pelo poder público como também por uma parcela da população, explicitada com a primeira reação ao interesse pelos animais demonstrado pela entrevistada⁵³. Enquanto há seres humanos necessitando de ajuda, animais são considerados secundários ou não dignos de preocupação. Como já apontamos, as instituições agem com especismo, ou seja, como se a vida dos animais não tivesse o mesmo valor que a vida de seres humanos, ou até mesmo, valor nenhum. Como não há delimitação de quais são as ações obrigatórias de atendimento à população animal e quem deveria realizá-las, nem mesmo a população tem ferramentas para cobrar do ente público ações em benefício dos animais. Entendemos que o poder público não pode diminuir o

⁵³ Trecho da entrevista com a representante do Grupo Estimação citado anteriormente: “Ele falou ‘os animais, cê tá maluca?’”.

atendimento a uma população em detrimento de outra. A necessidade de cuidar dos animais, não exclui a necessidade de cuidar dos humanos, assim como o contrário também é verdadeiro. Voluntários que realizaram resgates animais também ajudaram a resgatar pessoas que se encontravam necessitadas⁵⁴.

Essa foi a reação das autoridades quando a representante da sociedade civil não estava nem mesmo exigindo ações diretas governamentais, mas sim pedindo alguma ajuda para ela mesma realizar os resgates e se responsabilizar pelos animais sobreviventes. A seguir, ela conta que quando começou a empreitada não imaginava a quantidade de animais que haviam sido afetados.

As pessoas esquecem, eu fui pegando os animais, levando para o galpão, eu e as pessoas que sou eternamente grata que ajudaram a resgatar, eu não pedi para assumirem, eu fiz a loucura de... Até talvez por não ter conhecimento da dimensão da tragédia, que eu achei que era assim uns trinta cachorros e foram mil e tanto cachorros. [...] O que acontece é o despreparo das autoridades públicas, e eu fiquei recolhendo os animais, eu não tinha a menor noção da dimensão [...] e eu não tinha noção, eu não pedi para que ficassem com os animais, eu pedi para que me ajudassem a resgatar, pensei que seria fácil assumir essa quantidade de animais, depois eu vi a dimensão. O que aconteceu, eu peguei os animais, com o tempo as pessoas vão esquecendo, outras coisas acontecem, eu fui ficando com os animais, em abril de 2012 teve outra chuva aqui, mais animais, morreu gente, ninguém lembrou (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

Há aqui outro aspecto importante desse caso, que são as dificuldades que esses grupos organizados de proteção animal enfrentam. Vemos que a entrevistada toma para si a responsabilidade que deveria ser do poder público. Sua motivação é sua sensibilidade ao sofrimento dessa população e a princípio ela teve ajuda de muitos que compartilham de sua sensibilidade. Entretanto, o desastre é um processo, “extensivo no tempo, que deterioram a dignidade dos grupos sociais afetados, os quais lutam para manter suas esperanças num sentido maior da vida em meio às intranquilidades geradas pelas soluções técnicas socialmente insensíveis e à omissão do ente público, em meio às memórias dolorosas e os novos enfrentamentos”⁵⁵. O sofrimento destes animais não acaba ali, no seu recolhimento. A desvinculação involuntária de sua família desencadeia sofrimento, que se manifesta no choro

⁵⁴ É relatado no documentário “O Abrigo” o caso de uma idosa paraplégica e cega que as autoridades competentes não conseguiam retirar. Os voluntários que estavam lá pelos animais que realizaram esse resgate utilizando uma tábua com um palmo de largura. Isso indica que os protetores de animais não agem como resgatistas excludentes, contemplavam não só os animais, mas também pessoas vulneráveis que precisavam de ajuda.

⁵⁵ Retirado do documentário “O Desastre Vivido: entre as perdas e incertezas”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=lr4fTBfLpGw>> Acesso em: 28 mai. 2013.

do luto descrito abaixo. O acontecimento físico trágico também deixa marcas psicológicas, que permanecem com esses animais para sempre.

[...] Eu comprava lona, aí caía uma chuva, fazia umas bolhas, molhava os cachorros e eles lembravam da tragédia, se engalfinhavam todos. Daí teve um dia, que uma coisa, caiu um dilúvio, os cachorros se engalfinharam, eu entrei em desespero, peguei o fusca, entrei no tiro de guerra, cheguei lá pro general, coronel, falei: ‘pelo amor de deus me ajuda’, peguei o exército inteiro e levei e eles vieram pra me ajudar (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

O animal enquanto espera por uma adoção, permanece no abrigo, lugar onde existem vários animais concentrados, o que os deixa estressados. Alguns desses animais da tragédia continuaram no abrigo durante meses, e o Grupo Estimação ainda tinha que arcar com as despesas mesmo com o desastre já não estando mais em voga na mídia. A responsabilidade pelos animais, assim como o desastre, não acaba quando não há mais holofotes na destruição. Em julho de 2011, as doações e verbas praticamente já não chegavam e o Grupo Estimação ainda tinha sob sua proteção oitenta e cinco cachorros de médio ou grande porte resgatados da tragédia. Mais à frente descreveremos como foi o período após a crise aguda, e os enfrentamentos desses atores sociais e dos animais sobreviventes.

Outra questão é que os voluntários e protetores que se deslocaram para realizar resgates na Região Serrana não possuem a possibilidade de parar com as atividades em suas próprias cidades. O abandono de animais continua no resto do Brasil e os animais recolhidos por esses protetores também precisam de cuidados. Em Teresópolis foi uma ‘operação de guerra’, grandes quantidades de animais de uma só vez. Entretanto, tanto a entrevistada, quanto os outros voluntários, que em geral eram também protetores, já possuíam, previamente ao desastre, animais sob seus cuidados. A crise crônica de abandono não cessa quando uma crise aguda ocorre. As dificuldades só aumentam e se acumulam.

Na época, a entrevistada possuía um sítio que herdou do falecido marido no qual abrigava já, antes do desastre, animais recolhidos da rua. A região do sítio também foi afetada, as águas derrubaram um muro que fez efeito dominó nos canis, matando quarenta de seus cães. O sítio ficou ilhado com o desastre e os cachorros ficaram sem comida, ela relata:

Aí a empregada do sítio correu em uma venda lá [perto] que tinha sacos de macarrão que o pessoal pobre compra, sabe, restos de macarrão de fábrica? E ela misturava com a ração de gato, porque a senhora que me dá ração de gato... [por um acaso e sorte] deu uma louca nela e [na época do desastre ela já havia mandado] três meses adiantados, com medo de carnaval, de fim de ano, porque [o desastre] foi dia 12 [de janeiro]. Aí [a empregada do sítio]

misturava [o macarrão] com a ração de gato e os cachorros foram comendo [essa mistura]. Até que foi criada uma trilha, indo por uma estrada inversa, a que vai pra Friburgo, e [só então] o exército levava ração, mantimentos. Na região do meu sítio as pessoas que morreram foram enterradas lá, ninguém nem sabe. Em Santa Rita fizeram vários enterros, porque não chegava ajuda. [...] Aí o exército levava a ração... Depois foi estabilizando e durante três meses eu não fui ao sítio, não tinha como passar, eram os trilheiros, motoqueiros que vinham, apanhavam [mantimentos] e às vezes eu conseguia mandar por essas trilhas, as galinhas, os patos, os coelhos para lá [...] ontem eu doei um de Santa Rita que levaram, muita gente levou no sítio, que perderam as casas, que estavam saindo, foram lá e entregaram animais, foram a pé pelas trilhas e entregaram no sítio (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

No segundo bairro que visitaram, o Caleme, ela afirma que a situação não era tão grave quanto em Campo Grande. No caminho, uma mulher a reconhece como protetora de animais e conta que havia filmado um cachorro que estava cavando e mostrando o local onde seus donos estavam soterrados. Essa pessoa pede para resgatá-lo e assim ela o faz. Esse cachorro é o Caramelo e sua história é amplamente divulgada na mídia mundialmente⁵⁶. A entrevistada improvisa um abrigo em um galpão para começar a colocar os animais sobreviventes e resolve pedir ajuda através da internet. Ela escreve um e-mail, fazendo um apelo para que pessoas venham para Teresópolis ajudar no resgate e cuidados dos animais. O bairro Caleme “é o primeiro local que a gente conseguiu resgatar, porque em Campo Grande era inviável, eram milhares de pessoas mortas, pedras, talvez tenha sido o segundo lugar depois do Caleme”. Ela não tinha ideia da repercussão dada pela mídia brasileira ao desastre da região serrana fluminense, inclusive escreveu o apelo pensando que ninguém da cidade do Rio de Janeiro estava sabendo do que ocorria em Teresópolis, quando na verdade, até sua família do interior de São Paulo tentava entrar em contato preocupada com seu bem-estar, mas não conseguiam, porque não havia comunicação.

Após o apelo realizado, voluntários começam a chegar, vindos principalmente do Rio de Janeiro, para ajudar nos resgates e nos cuidados aos animais do abrigo. Dentro dos galpões, foram utilizados gradis para separar os cães, que foram comprados com dinheiro de doação que chegou nos primeiros dias. Ela nos conta das dificuldades dos resgates de animais em cada bairro e dos obstáculos criados pelo próprio poder público para quem estava tentando resgatar os animais nas áreas afetadas:

Como as estradas não tinham acesso, era pela Fazenda Guinle, que era lama pura... O melhor acesso era pelo condomínio Vale dos Eucaliptos. [...] Você entra lá pelo tal do condomínio e caí no bairro do Caleme. Aí eles criaram,

⁵⁶ BERTA, 2011.

tipo assim, numa parte próxima ao bairro, no condomínio, um estacionamento para retirada de corpos, de sobreviventes e de coisas pessoais das pessoas. **Os animais, não tinham chance.** [...] Mas eles não deixavam a gente parar perto, então a gente parava assim dois, três quilômetros da área de risco, e andava dois, três quilômetros na área de risco, que **as autoridades davam preferência para os humanos.** Então nós, pegávamos um cão, como foi o caso do Caramelo, que ela me pediu para pegar a caixa, [...] [para buscar uma caixa de transporte no carro, você ia] andando isso na lama, com chuva torrencial, às vezes você errava o pé afundava, vinha lama até a cintura, convivendo com corpos humanos que eram milhares, então não foi uma coisa assim de você chegar... [...] No Caleme, foram mais as pessoas aqui da cidade que começaram a ajudar, porque a gente conseguiu o galpão. Foi uma coisa horrível. Depois em Santa Rita, Poço dos Peixes, aí já tinham tirado todo mundo, não havia mais a preocupação dos humanos, do resgate dos humanos, que também foi muito precária. Maca improvisada, próprios moradores que ajudaram... (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013, grifo nosso).

De acordo com o relato, na escala de prioridades do poder público, os animais estavam abaixo da recuperação de pertences pessoais dos afetados, ou seja, foram considerados menos importantes do que objetos. O espaço criado para facilitar o acesso ao bairro era negado a esses voluntários que estavam realizando um serviço básico altamente necessário em uma crise. O ente público não só negou ajuda a esses grupos organizados que se preocuparam e deram assistência aos animais da tragédia, como também não facilitou sua ação nas áreas afetadas e os sobrecarregou despejando neles a responsabilidade de todos os animais vindos de um desastre de grandes proporções. Tudo isso sem direcionar nenhuma ajuda financeira ou estrutura para esses grupos.

No documentário “O Abrigo” é explicado que nos primeiros dias de resgates foram recolhidos um número muito grande de animais com feridas leves, recentes, em geral decorrentes de quedas, com fraturas. Esses eram mais dóceis, por não serem cachorros de rua, em geral se entregavam mais fácil, estavam assustados e com fome. Conforme o tempo foi passando os grupos de resgates traziam uma menor quantidade de animais, porém, em situações deploráveis, faltando partes do corpo devido às bicheiras, extremamente desnutridos e desidratados. Os animais, depois de passar por atendimento veterinário, quando saudáveis, eram levados para feiras de adoção que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro e por toda a região, procurando diminuir o número de animais no galpão para poder alocar outros.

A entrevistada nos conta sobre um momento marcante para os voluntários durante os resgates:

Eles foram fazer esses resgates no Poço dos Peixes, vários resgates noturnos, aí eu fiquei no galpão, era meia noite, uma hora da manhã. Voltaram com cada olho desse tamanho, disseram que ouviram sair debaixo da terra muitos gritos de socorro, não foi um só que ouviu não (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

As autoridades encerraram as buscas por corpos humanos um mês após a tragédia⁵⁷, o que gerou críticas negativas. Eram 60 mil famílias no caminho das águas e 30 mil pessoas ficaram desabrigadas, destas 9.110 desalojados e 6.727 desabrigados foram considerados de Teresópolis⁵⁸. Até janeiro de 2013, o número oficial de desaparecidos era de 191 pessoas e a lista oficial de mortos girava em torno de 900. Entretanto, conversando com a população de Teresópolis, todos estipulam que um número muito maior de corpos ainda está soterrado nas regiões afetadas. Segundo o documentário produzido pelo Extra⁵⁹, a distribuidora de energia da região, registra o desaparecimento de cerca de nove mil medidores de energia da região serrana que deixaram de existir com a tragédia. A representante do Grupo Estimação estima, baseado no que ela conhecia do bairro de Campo Grande, que pelo menos duas mil pessoas do bairro permaneçam debaixo da terra.

A destruição causada pelas chuvas e inundações foi enorme, alguns bairros, como o caso de Poço dos Peixes e Santa Rita que eram regiões rurais, praticamente deixaram de existir⁶⁰. Não temos nenhuma estimativa do número de animais que foram perdidos no meio da lama e das pedras. A entrevistada recolheu, na medida em que conseguia transportar, todo tipo de animal, desde cachorros e gatos até tartarugas, coelhos, galinhas, patos e cabras. Animais de grande porte ela afirma que não sobreviveram. Segundo ela, um haras da região que possuía sessenta cavalos ficou completamente soterrado em meio às pedras, até hoje nenhum foi encontrado. A entrevistada e os voluntários tiveram que fazer escolhas logísticas, pois não tinham nenhuma ajuda das autoridades competentes.

O fato é que ruiu, caiu aquilo tudo e morreu muita gente e muitos animais. Os animais de grande porte nós não conseguimos salvar. Pegamos muito pato, em Santa Rita, tão lá no sítio, pegamos coelhos... Os pássaros, eu confesso a você que eu soltei tudo. Em Santa Rita fui uma vez fazer um resgate com os americanos, chegando lá, os escombros, os cães já estavam famélicos, porque já estavam há dias sem comer, eram dois carros para botar os animais e tinham milhares de galinhas, que a gente não tinha como... Eu

⁵⁷ CUSTÓDIO; CORRÊA, 2012.

⁵⁸ Dados de um mês após o desastre. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/02/passa-de-900-o-numero-de-mortos-na-regiao-serrana-apos-chuvas.html>> Acesso em: 27 mai. 2013.

⁵⁹ Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/video-documentario-mostra-que-pouca-coisa-mudou-na-regiao-serrana-apos-tragedia-de-2011-5693201.html>> Acesso em: 27 mai. 2013.

⁶⁰ VIEIRA, 2011.

soltei, galinha cisca, pega coisa, os patos desidratados porque estavam presos numa espécie de cercado antes da tragédia, isso era uns quinze, vinte dias depois, desidratados não se aguentavam em pé, comendo lama, os coelhos desidratados. Aí nós tomamos uma decisão, vamos soltar as galinhas, pegar os patos, pegar os coelhos e os cachorros, nisso quando a gente tava voltando, já tava escurecendo, em Santa Rita foi uma devastação enorme, quando a gente tava voltando, a gente se perdeu e a freira americana que tava com a gente começou a gritar: ‘birds, birds, birds’ quando a gente viu tinha uma casa que tinha tombado e um dos cômodos da casa... A viga da casa ficou assim, presa uma parte do telhado no chão da casa e a outra parte na viga, fez como se fosse um suporte e menina, quando a gente olhou tinha trocentas gaiolas de passarinho, curió, canário da terra, aí eu falei: ‘ah eu vou soltar’, soltei os passarinhos todos e a freira só fotografando aquilo tudo. [...] Que que eu ia fazer? Dois carros cheio de cachorro, pato, coelho, como é que ia bota gaiola de passarinho e galinha? (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

A reação adversa das autoridades públicas para com a questão dos resgates de animais ensejou que o Grupo Estimação e demais voluntários procurassem formas alternativas de proceder ao resgate em massa dos animais, especialmente, dos de estimação. Isso foi feito de um modo precário porque, aos poucos, foram descobrindo que a sua capacidade de atuação estava aquém da dimensão da tragédia. Ocasionalmente, contou-se com um apoio emergencial de uma autoridade pública; mas, o cotidiano da lida com os animais revelou-se uma tarefa de grande monta e desguarnecida do apoio e dos meios materiais adequados.

Depois dos primeiros dias de ações emergenciais, as autoridades começaram a recolher os animais domésticos errantes e levá-los aos montes para serem abrigados no galpão arranjado pelo Grupo Estimação, sem fornecer nem mesmo atendimento veterinário. Ela acredita que alguns dos agentes que levavam animais para ela o faziam por amor, para salvar o animal, porém é enfática em afirmar que esse não era o objetivo da prefeitura que recolhia os animais e os entregavam a ela com o intuito de limpar as ruas para não proliferar doenças. Inclusive, em nossa primeira entrevista em sua casa, seus amigos presentes contaram que até os dias de hoje, quando solicitada alguma assistência a algum animal que tenha sido atropelado, seja agressivo ou esteja abandonado nas ruas de Teresópolis, a prefeitura fornece o seu telefone como contato para realizar o atendimento.

No galpão do Meudon, não paravam assim, um carro com um cachorro, eram caminhonetes, prefeitura: ‘pá’ [deixavam uma quantidade enorme de animais]. Cachorros vomitando lama, cachorros em estado terminal, e com relação a algumas autoridades públicas, talvez a polícia civil, alguns membros do exército, eu senti que a intenção era salvar os animais, foi por amor, mas esses localizados aqui [municipais] era limpar a cidade para evitar doenças, maquiagem, e o que eles me deram em troca foi uma Declaração de Utilidade Pública, a Câmara Municipal declarou a ONG de utilidade pública

porque evitou doenças. Nem verba, nem nada, e eles continuam... Em relação à cidade é lotada de animais abandonadas (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

O Grupo Estimação recebeu uma Declaração de Utilidade Pública por seus serviços, porém, como veremos mais adiante, uma Declaração por si só não garante que o poder público atue no sentido de resguardar as atividades do grupo, quando apoio é indispensável e requerido. A Declaração acaba funcionando com uma pretensão de reconhecimento, pois na prática os serviços realizados que são reconhecidos como relevantes não são resguardados pelo Estado.

Segundo a entrevistada, pouquíssimas pessoas iam até o galpão procurando seus animais perdidos e, quando procuravam, poucos os encontravam. Esse pouco interesse em recuperar seus animais de estimação pode ser explicado por vários motivos. Primeiramente, embora os números oficiais não indiquem, devido ao alto número de famílias inteiras que desapareceram na tragédia. Outra razão, são os efeitos do desastre serem devastadores para as pessoas, o que fez com que os afetados não tivessem mais condições de manter seus animais de estimação. Não tinham espaço nem condições, pois eles mesmos estavam desabrigados. Os voluntários também entregavam ração oriunda de doações para as pessoas que permaneciam em suas casas para que mantivessem seus animais. Entrevistamos uma senhora, ex-moradora do bairro Campo Grande, enquanto ela visitava sua antiga vizinhança, que nos relata o que aconteceu com seu cachorrinho.

Eu tinha um cachorrinho que o nome dele era Pet, então no dia da tragédia, como se fosse ontem né? [dia 11 de janeiro] Aí na madrugada, como foi muita pedra, muito pau, aí o cachorrinho sumiu, menina. Depois eu tava lá no sítio, ele chegou, pulava de cima em baixo [...] como se dissesse ‘eu tô aqui’, né? Ele rompeu aquilo tudo. [...] Foi aonde que eu tava, lá no sítio. Aí, depois eu me mudei, não pude levar, de repente né, **que eu fui levada também**. Depois meu filho veio no Campo Grande de moto e ele tava aí, ele acompanhou meu filho até o supermercado [...] da Posse, mas nisso já vinha aqueles carros que vinham trazendo comida e pegando os cachorros, aí nesse meio ele foi embora. [...] Aí eu procurei nos abrigos, procurei no Meudon... [...] Tinha muito cachorro, eu fui lá, mas [...] daí era como [se fosse] ontem, vamos supor, daí falei pro homem direitinho como é que ele era, daí ele disse: ‘ah, eu tenho certeza pra senhora, ele foi pra Niterói ontem’. [...] Daí eu olhei o lugarzinho que ele tava, muito bem cuidado, comidinha, água, daí ele falou: ‘ah ele foi embora ontem, mas ele tá muito bem cuidado’... Tá bom... **Já não tinha nem lugar direito pra mim**. [...] Mas eu fiz o meu dever [de procurar por ele], tadinho, quer dizer né... (Dona L. em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013, grifo nosso).

Outra variável que possivelmente fez com que o número de afetados que foram atrás de seus animais perdidos fosse pequeno é a falta de um laço profundamente desenvolvido entre o animal e os tutores. A literatura aponta que o estímulo à guarda responsável de animais, previamente a uma crise, aumenta o vínculo desenvolvido entre as partes e aumenta a chances de retorno ao lar após a crise. Pode-se ter o pensamento preconceituoso de que uma população de classe mais baixa não realizaria os cuidados necessários para a manutenção da sobrevivência de seus animais. É provável que a falta de meios físicos muitas vezes não permita que o animal seja tratado da maneira mais adequada e que alguns serviços não estejam disponíveis àquela população. Entretanto, a literatura nos aponta que somente a classe social dos tutores, não é um indicativo concreto da falta ou da disponibilidade de cuidados a um animal, pois, como nos conta a entrevistada, o forte vínculo que um cachorro pode ter com sua família independe de condições financeiras, como no caso do cão Caramelo. Assim como, o excesso de cuidados também pode se tornar patológico ao animal, devemos considerar os constrangimentos que os tutores mais carentes podem encontrar ao tentar prover esses cuidados. A contextualização se torna necessária para analisarmos a questão mais a fundo, abrindo a possibilidade de realizar estudos futuros que explorem o recorte de classe em relação aos cuidados com seus animais e suas contradições. O que entendemos é que existe uma produção social do abandono, que naturaliza certos comportamentos e está arraigada na cultura. A indiferença em relação aos cuidados com essa população está legitimada socialmente e perpassa todas as classes sociais. A entrevistada afirma que Teresópolis teve um número maior de mortos do que outros municípios devido à ocupação desordenada das encostas incentivada por interesses políticos, apesar da região sofrer consequências decorrentes de chuvas frequentemente. A mídia e as autoridades na época deram mais atenção aos locais mais centrais afetados. Em Teresópolis, os bairros mais afetados eram de populações de classe baixa, na periferia da cidade. Essas informações indicam que também havia uma população muito grande de animais nas regiões mais afetadas, apesar de não esclarecer sobre a qualidade do vínculo que essa população mantinha com seus animais.

Teresópolis tem esse histórico. (...) É uma região serrana com montanhas pontiagudas, com uma intensidade pluviométrica muito grande e o Rio de Janeiro fica no nível de mar, aqui fica a quase mil metros, quer dizer, o calor do Rio para aqui. Mas aqui... Eu vivo socorrendo animais. (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

Entendemos que, no caso da região serrana, o desastre de certa forma não é um evento não-rotineiro. Embora o cotidiano pareça ultrapassar essas ameaças de contínua aparição, “há

que se ter em conta a ocorrência de crises intensas dentro de crises naturalizadas e que ambas não podem ser ultrapassadas apenas pelo clamor dos que saem prejudicados” (VALENCIO, 2012, p. 18.). Ou seja, a má qualidade das providências públicas faz com que o desastre relacionado às chuvas se torne um desastre naturalizado que nunca é superado, mas que continuamente imprime acontecimentos insuportáveis na rotina dessas comunidades. As mazelas sofridas por essa população ora são explicitadas e ora são ocultadas, mas, em ambos os casos, não são solucionadas.

Para a representante do Grupo Estimação, as próprias autoridades públicas “não têm conhecimento científico, humanístico e logístico para administrar a cidade”. Para ela, o essencial para mudar o quadro de abandono e de descaso é a educação e, também, a escolha de autoridades públicas mais qualificadas para lidar com as necessidades da população.

Eu acho que a coisa mais importante de tudo é a educação. De tudo. O cara tem que ser educado a respeitar os animais, educação ambiental hoje em dia é prevenir vidas, porque o cara tem que ser educado a não jogar lixo, é a natureza como um todo, os animais se integram a natureza, é respeitar, é não aprisionar os selvagens e não abandonar os domésticos, que dependem de nós, esterilizar os animais para que não fiquem tendo filhotes aí soltos, protejam as saúde deles... Educação ambiental (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

Em nossa visita à Teresópolis, em janeiro de 2013, documentamos a inércia do poder público em recuperar as áreas devastadas. Os bairros permanecem iguais, com casas condenadas pela defesa civil, escombros e itens pessoais espalhados pela lama. A diferença é que a vegetação cresceu e agora esconde os objetos que uma vez foram partes integrantes do repertório de sentidos da população que residia ali. Animais errantes continuam sendo um elemento constante na paisagem.



Figura 7. Escombros remanescentes da tragédia de 2011 encontrados no bairro Campo Grande em janeiro de 2013.

Fonte: A autora.



Figura 8. Vegetação alta no bairro Campo Grande em janeiro de 2013.

Fonte: A autora.

Para a superação das mazelas causadas pelo desastre seria necessária a integração do poder público com a população. O que vemos na realidade é que, ao invés de utilizar a ideia de política na busca de resoluções para a crise, o Estado se utiliza da ideia de gestão, como de

um negócio, e impõe o discurso do meio técnico sobre o interesse público manifestado pela população. Assim, cria-se um aparato burocrático com autonomia indevida orientada para os negócios, que incumbe pelo caminho violências aos mais vulneráveis. Os direitos humanos são repetidamente deixados de lado quando, em um desastre, as obras de engenharia tomam precedência às necessidades psicossociais. Para entender as necessidades reais da população e efetivamente amparar a população vulnerabilizada é necessário ouvir as reivindicações da comunidade ao invés de impor decisões de caráter técnico que reduzem o campo decisório sobre a vida de uma coletividade. No caso dos animais, essa interação se daria através desses protetores de animais que convivem diariamente com as necessidades dessa população e conhecem melhor a realidade do abandono e dos maus tratos direcionados aos animais. Nesse sentido, a entrevistada nos conta que a única autoridade pública que a procurou após os acontecimentos de 2011 e após a exibição do documentário “O Abrigo”, foi um chefe do Corpo de Bombeiros do estado do Paraná, que demonstrou interesse em realizar uma parceria, porém essa intenção não foi concretizada. Portanto, há muito que ainda pode ser explorado, visto que quase nada foi feito no sentido de incorporar os animais nos planos de contingência governamentais. A representante do Grupo Estimação afirma que as autoridades públicas pouco fazem e aponta ainda que “compete ao Estado zelar pela vida de um animal, se o Estado é omissor, ele próprio incorre num crime ambiental e deve ser denunciado no Ministério Público para que as providências legais sejam tomadas”⁶¹.

Mesmo com o sofrimento multifacetado que o desastre causa, vemos o papel importante do animal na vida das pessoas quando a entrevistada nos conta que algumas pessoas procuravam o animal de volta buscando o reestabelecimento de pelo menos esse aspecto da vida como era antes.

Muitas pessoas foram no galpão procurar seus animais como a única lembrança viva dos parentes que perderam, e obviamente, praticamente não encontraram, queriam os animais de volta como uma lembrança, mas então o que eu acho é que diante de uma tragédia dessas, de um desastre desses, qual era a obrigação das autoridades públicas? Minimizar que outras possam acontecer investindo em prevenção, investindo em conscientização, e incluir nisso também os animais, a castração dos animais, a guarda responsável dos animais, o sentido da vida, que eles têm os mesmos direitos que nós, que são seres vivos que coabitam com a gente aqui na Terra (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

Para a entrevistada, esses animais foram vítimas da irresponsabilidade humana. A necessidade de campanhas de conscientização, educação ambiental e o entendimento de que

⁶¹ Trecho retirado do documentário “O Abrigo”.

animais são seres vivos que sofrem assim como os humanos e devem ser levados em consideração em planejamentos, são questões primordiais na redução do impacto em desastres pontuais.

Ela, com a ajuda de voluntários, resgatou cerca de dois mil animais na tragédia de 2011. O número de cachorros adultos cadastrados foi de 1.226. Foram cerca de 250 gatos. Nessas contas não estão contemplados filhotes, vários animais que foram direto para o Rio de Janeiro para as feiras de adoção e não passaram pelo abrigo e outras espécies como coelhos, patos, cabras, etc. Depois de dois anos da tragédia, o Grupo Estimação ainda têm sob seus cuidados cerca de 80 cães da tragédia esperando por adoção⁶². Em seu sítio, vivem algumas centenas de gatos entre os recolhidos de rua e os resgatados na tragédia.

Em abril de 2012, o Grupo Estimação é despejado do galpão no qual os 80 cães estavam e, sem outras possibilidades, procuram a ajuda do poder público, que se esquivou e não só não providenciou um novo local para abrigá-los, como também estava dando outro destino a outro santuário de cães que já existia em Teresópolis:

Ninguém mais lembrava [do desastre], eu não conseguia mais ajuda para levar, voluntário pra cuidar, tendo que pagar aluguel, e no fim, em meados de abril, o dono do galpão chegou pra mim e falou assim: ‘você tá despejada, você tem que tirar os 80 cães daí’. Aí eu quase morri, falei: ‘o que que eu vou fazer com 80 cães?’ Fui procurar as autoridades públicas, já que elas me botaram milhões de animais, fui a polícia civil [...] Quando o cara me despejou do galpão [...] todo mundo começou a me infernizar dizendo que eu tinha que procurar as autoridades públicas daqui, coisa que eu já fiz mil oitocentas e noventa vezes [e não havia conseguido ajuda]. Aí eu marquei uma reunião com o Secretário de Saúde atual [...] chegando lá, isso foi agora, em 2012, fomos lá, chegamos lá, falei: ‘o problema é o seguinte, eu tô com 80 cães da tragédia, peguei milhares de animais na tragédia [...] e agora eu preciso de um lugar pra botar os 80 cães’ (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

A entrevistada tinha a convicção de que não iria deixar esses animais sem suporte, pois vivenciou de perto o sofrimento deles ao perder seus tutores, apesar de não ter ainda opções de lugar para abrigá-los. A iniciativa de pedir ajuda às autoridades públicas já havia sido realizada inúmeras vezes, segundo a entrevistada, sem resultado. A situação era emergencial. O encontro com o secretário revelou planos da prefeitura para uma outra propriedade, que até funcionava como abrigo de animais, de Teresópolis:

Além de ter vivido diretamente o sofrimento desses animais, que esses realmente perderam os donos, eu não vou abandoná-los e eu não tenho como

⁶² Número de cães ainda sob seus cuidados em janeiro de 2013.

pôr no meu sítio, porque o sítio sofreu muito com a tragédia [...] Daí, o camarada virou pra mim e falou: ‘não, porque nós temos que construir 14 mil casas, e realmente essa questão dos animais embora tenha um [palavra inaudível] o juiz não vai exigir uma pronta atitude do poder público porque nós estamos com pessoas, até com enxertos da tragédia, pessoas desabrigadas e no SOS Animal nós estamos dando outro destino, estamos fazendo um projeto...’ (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

A entrevistada nos conta que o SOS Animal havia sido idealizado e construído há mais de uma década em Teresópolis. Fica em meio ao Parque Estadual dos Três Picos, uma unidade de conservação. É considerado um santuário, com três pavilhões de canis e centro cirúrgico. Segundo a entrevistada, toda a construção foi planejada para ser um abrigo para cães e feita sem impacto ambiental.

Aí ele falou assim: ‘o SOS Animal vai ser transferido para a prefeitura [...] nós vamos dar um outro destino, aquilo tem 200 mil m², infelizmente os cães da tragédia não podem ir para lá’. Eu entrei lá pedindo lugar para 80 [cães], sai de lá e falei, vocês vão me desculpar: ‘fodeu, (sic) ‘onde é que eu vou botar os [cães] do SOS? [...] Lá não é área de risco e vai construir negócio pra botar desabrigado, o que não é justo, porque aquilo foi feito por uma pessoa, foi comprado terreno liso, foi feito um projeto, e também foi na época declarado de utilidade pública (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).

A entrevistada se revolta com a informação da desativação do abrigo para cães para dar outro uso ao espaço, dado o cenário de precariedade e de falta de estrutura, tanto pública quanto privada, para acolhimento de animais domésticos em Teresópolis. Ela nos conta que então, entrou em contato com a embaixatriz do SOS Animal, fez a contabilidade do quanto o SOS Animal arrecadava com seus sócios para se manter, e decidiu assumir o santuário, no intuito de realocar para lá, os 80 cães da tragédia que estavam sendo despejados.

Eu liguei para ela e bateu o sentimento de amor pelos animais [...] Ela falou: ‘te entrego agora’. Daí por trás dos panos, chamou o advogado do SOS Animal, nós fizemos uma ata, e ela me entregou o SOS Animal. No dia que eu assinei a ata, que o cartório homologou a ata, registrou a ata, eu peguei duas amigas minhas, pegamos um Gol e transportamos os 80 cães para o SOS, arrumamos eles, aí nós vimos eles num lugar digno, com sol, com tudo (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2013).



Figura 9. Estrutura e cães do SOS Animal.

Fonte: A autora.

Mesmo possuindo uma Declaração de Utilidade Pública, segundo a entrevistada, o SOS Animal não serviria mais ao seu propósito inicial, uma vez que estivesse nas mãos da prefeitura. Ao se apropriar de uma instituição particular mediante doação, o trabalho desenvolvido até então, que já havia sido reconhecido como de utilidade pública, seria interrompido e sua estrutura direcionada a habitação de pessoas desabrigadas pela tragédia. Isso nos leva a crer que o cuidado com a população animal é considerado pelo poder público, como uma atribuição de menor importância, do que as providências para a população humana. Mesmo com estrutura municipal precária para suprir a demanda de assistência para animais abandonados, e o santuário estando habilitado para desempenhar essa função, o gestor encerraria suas atividades. Isso revela o especismo arraigado à administração pública, que apesar de ser legalmente responsável pela tutoria de todos esses animais, não sentem que o precisam fazer. Os animais recolhidos na tragédia pelo Grupo Estimação em grandes números, também não são entendidos como responsabilidade pública, pois nenhuma solução é apresentada para o problema de abrigo dos oitenta cães que estavam sendo despejados, apesar do Grupo Estimação já ter realizado, até então, grande parte dos esforços de atendimento e das responsabilidades que o Estado deveria ter cumprido desde o desastre. O especismo permeia a gestão pública, assim como permeia a sociedade. Todas as ações realizadas pelo Grupo Estimação também foram recompensadas pelo poder público somente com uma Declaração de Utilidade Pública que entendemos, nesse contexto, que não assegura que suas atividades serão valorizadas, e não converte em apoio financeiro ou de nenhuma outra forma, ou mesmo implica na continuidade de seus serviços, quando passado para a gestão da

prefeitura municipal. O poder público não agiu, no sentido de assegurar a dignidade mínima desses animais, nem mesmo quando os animais acolhidos pelo Grupo Estimação estavam sendo empurrados novamente para uma situação de rua.

Ao analisarmos do ponto de vista dos grupos organizados da sociedade civil, entendemos que não houve nenhuma ação concreta do poder público em relação aos animais abandonados em resultado das chuvas de janeiro de 2011 e o descaso permanecia, até o período da conclusão desse estudo, agora em sua manifestação crônica. A única medida que a representante do Grupo Estimação afirma ter sido realizada pelos órgãos públicos, foi de recolher os que ainda vagavam pelas ruas após os primeiros dias e entregar aos seus cuidados, sem providenciar nenhum tratamento veterinário, sem nenhum zelo pelo bem-estar dos próprios animais. Os animais da tragédia, se não fosse pela iniciativa particular do Grupo Estimação e de voluntários, agora se misturariam a milhares de outros animais em situação de abandono que diariamente são negligenciados nas ruas brasileiras. Toda a ajuda que o Grupo Estimação conseguiu, foi apelando para a sensibilidade dos que se compadecem dos sofrimentos dos animais e entendem que eles também precisam de assistência durante um desastre que não cessa, que continua vulnerabilizando a população animal até os dias de hoje.

Em nossa incursão de campo em janeiro de 2013, a Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de janeiro em Teresópolis (Avit) organizava um Ato em Solidariedade às vítimas das chuvas e familiares para marcar “dois anos de saudade, sofrimento, descaso e omissão do poder público”⁶³. De fato, o que vimos nos bairros afetados pela tragédia que se deu início dois anos antes, foi uma mistura de escombros, lama e vegetação alta. A população reivindicava, entre muitas outras coisas, o retorno aos bairros afetados. O sentimento de não-pertencimento às novas configurações espaciais era perene e havia insegurança em relação à duração dos auxílios compensatórios. Entretanto, a possibilidade de retorno às comunidades não é sequer aventada. Os bairros afetados continuam da mesma forma em que foram deixados pelas chuvas⁶⁴. Existem várias casas condenadas e algumas pessoas continuam morando nessas regiões apesar das condições precárias de infraestrutura, como em relação ao asfalto e transporte público, pois os vínculos comunitários e a identidade social não são facilmente transferidos para outros lugares, como parece pensar o poder público. Os relatos dos entrevistados indicam a situação de abandono em que a população se encontra. O descaso das autoridades em relação ao destino dos que sobreviveram e à memória dos que se foram é

⁶³ Frase retirada do folheto convidando a população a comparecer ao Ato em Solidariedade. Disponível em: <<http://www.avit.org.br/2013/>> Acesso em: 22 mai. 2013.

⁶⁴ Com a exceção das providências públicas de destruição dos imóveis danificados e interditados.

nítido. Não surpreende que ainda existam animais perambulando nas ruas, abandonados pelo poder público, assim como a população. Alguns se encontram presos às casas condenadas, para guardar o pouco que ainda sobrou.



Figura 10. Cachorros errantes ou presos às casas condenadas nos bairros Campo Grande e Posse em janeiro de 2013.
Fonte: A autora.

Os animais acolhidos pelo Grupo Estimação foram abrigados inicialmente em um galpão, referido como Meudon I, e após certo tempo, foram realocados para um segundo galpão, chamado pelas entrevistadas de Meudon II, devido ao bairro em que se localizavam. Durante o ano seguinte inteiro, após a crise aguda, voluntários do Grupo Estimação trataram diariamente desses animais nesses galpões, fornecendo cuidados, e assim passaram a conhecer cada um deles intimamente. No primeiro galpão, o grupo enfrentou problemas envolvendo ataques de escorpiões e outros animais peçonhentos. Os animais ali abrigados ficavam expostos a esses riscos, e a permanência naquele local ficou insustentável. Novamente, uma outra categoria de animal que se tem como “indesejável” em determinado contexto. A ambivalência presente na nossa relação com os animais perpassa a todos, inclusive aos protetores de animais. Mesmo um grupo de proteção animal não tem como objetivo atuar no sentido de resguardar da mesma maneira o bem-estar de todas as categorias de animais.



Figura 11. Abrigo Meudon I
Fonte: A autora.



Figura 12. Abrigo Meudon II
Fonte: A autora.

A representante do Grupo Estimação nos conta que a maioria dos voluntários que apareceram para ajudar, após seu apelo, ficaram somente nos 3-4 primeiros dias. Quando acabaram os resgates, vários foram embora, mas algumas pessoas acabaram se envolvendo de maneira mais profunda. Algumas das pessoas que vieram ajudar na época da tragédia continuam até hoje, quase cinco anos depois, colaborando em eventos realizados pela ONG, na manutenção dos abrigos, entre outros.

Depois de quase um ano de vivência diária no primeiro galpão que servia como abrigo, eles mudaram com os animais, levando a pé, para o segundo galpão no mesmo bairro, que possuía um poço artesiano. Na incursão de campo em julho de 2015, fomos até o bairro Meudon, para conhecer a localização dos dois galpões e constatamos algo peculiar nas ruas: Havia várias casinhas de cachorro e potes de água distribuídos em frente às casas do bairro. A representante do Grupo Estimação ficou satisfeita, e nos contou que isso era uma atitude

recente, que passou a existir após sua presença e passagem dos cães da tragédia na região. Vemos aqui um resultado colateral do trabalho realizado por esses grupos organizados da sociedade civil, pois eles ensinam sobre os cuidados básicos com os animais e acabam melhorando a qualidade de vida dos animais comunitários por onde passam.

Eu ficava andando, se viu como a consciência melhora, castrei cachorro, aqui, nessa construção, eu peguei uma cadela prenha. Lembro dos cachorros todos, você vive o sofrimento, vive o problema. Eu encontro os cachorros da tragédia lá no Rio, os cachorros me conhecem, eu ficava com eles trancada num galpão. Ficava aí, às vezes até as três horas da manhã, mas assim, entrava um dia, saía no outro, [durante] um ano! Não sei como eu aguentei, sinceramente, eu não sei como eu aguentei (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 15 de julho de 2015).

Essa menor suscetibilidade dos animais, uma vez que estão recebendo cuidados básicos, de forma rotineira, é um diferencial nas chances de sobrevivência em situações críticas. Animais abandonados, que já estão à mingua na rua, passando fome e sede, são animais ainda mais vulneráveis aos efeitos da crise aguda do que um que estava bem alimentado, hidratado e com a saúde em dia. O animal abandonado já estava passando por uma crise. Uma desestruturação na rotina, quando a rotina é o sofrimento, tem a capacidade de retirar o animal de uma situação degradante. Como Valencio (2012) aponta:

Assim, o desastre tanto pode ser um processo desencadeador de mudança cultural e política, favorecendo o desenvolvimento de habilidades de negociação - por exemplo, para a procura de novos arranjos espaciais - como pode ser a circunstância em que se reiteram as práticas de intolerância aos grupos que têm problemas crônicos de sobrevivência (VALENCIO, 2012, p.41).

Os animais que acabaram ficando sob tutela do Grupo Estimação e vivem hoje em dia no SOS Animal, são animais bem-cuidados, com carinho e atendimento veterinário semanal. Provavelmente, os animais já fragilizados pelo abandono, prévio ao desastre, tenham sido os primeiros a sucumbirem frente a uma crise aguda, por sua condição suscetível. A literatura nos aponta que os animais com tutores, com um laço bem desenvolvido e com uma rede de apoio de serviços, acabam sendo os mais resilientes, que possuem maior chance de sobrevivência e de não serem desvinculados de seus responsáveis involuntariamente no caso de um desastre. As condições vulnerabilizantes preexistentes são definidoras do futuro de um animal que se encontra frente a um desastre. Os cães que vivem no santuário SOS Animal, atualmente, **são exceções à regra**. Há muitos indícios de que foram muitos, os animais

circunscritos no desastre, que não sobreviveram ou que continuaram em situação de abandono. Esses animais, todos eles, são afetados pelo especismo, que determina que suas vidas possuem menor valor, em relação a vidas humanas, e por isso não são contemplados com atendimento adequado, uma vez que seus mundos também desmoronam.

Se você analisar friamente, nós resgatamos em torno de 2 mil animais, eu cadastrei 1.226, mas com certeza eu não cadastrei todos os filhotes de cachorro, [...] os animais se deram melhor... Morreram, houve baixa entendeu? Mas agora você vê, os que sobreviveram, que continuaram no galpão, tão aqui com uma qualidade de vida show, muito cachorro único não tem essa qualidade de vida, aqui tem veterinário toda quinta feira, eles recebem carinho, eles têm hora de passeio... Há pouco tempo eu doei um cachorro da tragédia, a pessoa devolveu, não se adaptou. [...] Ano passado quase cinquenta animais retornaram, não se adaptaram, gostam daqui, vivem numa matilha na verdade. [...] Eles são felizes aqui, pra você doar, você tem que doar muito bem. Essa cachorra que veio lá do Pavãozinho, ela tinha carinho da menina [sua tutora anterior], mas ela foi feliz da vida aqui. Cachorro gosta muito de grupo (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 15 de julho de 2015).



Figura 13. Pavilhão do SOS Animal com cães resgatados da tragédia.
Fonte: A autora.



Figura 14. Canis do SOS Animal com cães resgatados da tragédia.
Fonte: A autora.

Retomando a discussão apresentada no primeiro capítulo, entendemos que existe uma lacuna nas ciências sobre as emoções dos animais, devido à falta de estudos que levem em consideração sua subjetividade (MASSON; MCCARTHY, 1998). Frente a essa lacuna, no intuito de ilustrarmos o sofrimento enfrentado por essa população ao se encontrar em contexto de desastre, pedimos às integrantes do Grupo Estimação, para que relatassem sobre o sofrimento que testemunharam na convivência com os animais sobreviventes da tragédia. A entrevistada discorre sobre como o sofrimento dos animais, testemunhado por elas, se torna motivação para seu trabalho:

Muito triste, é o que move a você, que tem amor a eles, aos animais né, tomar atitudes tão radicais, você abrir mão da sua vida, para ajudar os animais. **Sem sombra de dúvida, eles sofrem.** A Nina, essa cachorrinha que eu te falei, que perdeu os donos, ela lembra do [antigo] nome dela, e até hoje quando você fala o nome dela, ela procura o dono. E outra, ela tem pânico, pavor absoluto de vento, trovoadas. Todos têm, não só ela, todos, esses aí você pode ver, os empregados aqui podem atestar, aqui [no SOS Animal] temos 420 cães, só os animais da tragédia se desesperam, mas se desesperam... Apavorados, quando cai qualquer temporal aqui, a ponto deles se machucarem, eles entram em pânico, lá no pavilhão lá de cima, isoladamente, os cães da tragédia que tão lá, quando chove, entram em pânico. É um negócio impressionante (Representante do Grupo Estimação em entrevista no dia 15 de julho de 2015, grifo nosso).

Através do seu relato, notamos que os animais que passaram por essa desestruturação de sua vida social, seguem com a memória do acontecimento trágico. É o que relata a entrevistada, em companhia de outra voluntária do Grupo Estimação, a qual adotou uma cadela desse grupo de animais resgatados:

A Nina que dorme no quarto comigo, ela olha para cima, ela já escuta o vento e a tempestade se aproximando antes, daí [ela] começa a tremer, aí quando vem o barulho, ela olha para cima, porque como tudo caiu na cabeça dela, e quer fugir, agora ela já melhorou um pouquinho... (Adotante de cadela resgatada em entrevista no dia 15 de julho de 2015).

A entrevistada enfatiza a importância do vínculo emocional e o apego que os animais sentem em relação aos seus tutores. A desvinculação involuntária da família que eles amavam causa impactos profundos.

O sentimento da perda do dono, principalmente os cães, a vida deles é a vida do dono, é um amor incondicional. Aquela cachorra pitbull que você fotografou [foto a seguir], ela ficou 16 dias sem comer, ela foi resgatada em Santa Rita. A dona morreu, [...] ela ficou soterrada. Ela ficou 16 dias sem comer, depois a gente foi dando comida, aí agora ela depositou a confiança dela à minha pessoa, como referência humana. A pitbull tem muito comigo, eu vou muito ver ela, entendeu. Ela transferiu, mas tornou incondicional, o amor, também. E todos eles, de uma forma ou de outra, provaram que são de uma profundidade existencial, com relação ao aspecto afetivo, acho que superior a muitos humanos (Representante do Grupo Estimação em entrevista no dia 15 de julho de 2015).



Figura 15. Pitbull sobrevivente da tragédia.
Fonte: A autora.

Esses animais, ao passar pelo sofrimento da desvinculação involuntária do tutor, demonstram emoções latentes e alguns comportamentos similares ao de seres humanos quando perdem um ente querido de forma trágica, como por exemplo, a falta de apetite.

Muitos não resistiram também, muitos morreram, de tristeza, muitos não resistiram de tristeza, essa cadela, ficou 16 dias sem comer, ela não comia... O Boy também, que a gente doou, ficou sem comer muitos dias, de tristeza, sentindo falta dos donos, muitos, muitos... (Representante do Grupo Estimação em entrevista no dia 15 de julho de 2015).

Os relatos de demonstrações de lealdade não foram escassos. A lealdade desses animais foi presente em todas as etapas da tragédia. As entrevistadas narram, que desde o primeiro momento de resgates, haviam animais que não queriam sair de perto de suas casas ou do corpo de seus tutores. É o caso da cadela Princesa:

Eu estava com a [voluntária] resgatando gatos, um gato que tinha perdido um pedaço da perna, e começou a chover, e a defesa civil mandando a gente ir embora. O rio enche, começa a encher, você tem que sair, porque despenca né. [...] Aí fomos passando, conseguimos chegar do outro lado do rio, daí uma pessoa veio e disse assim, 'olha, tem uma cachorra aqui, nessa laje, embaixo dessa laje', aí eu falei: 'vai pegar o gato, que eu vou pegar a cachorra', aí conseguimos lá com uma corda abaixar, pegamos, um cheiro horrível, horrível, pegamos a cachorra. Eu vi um tênis, assim, lama, vi um tênis, mas a minha aflição era salvar a cachorra. Ela tava com um filhotinho, presa assim, nós custamos a tirar, tava assim num lugar que tinha feito um buraco, uma laje que fez um buraco, de um metro, um metro e pouco, aí voltamos com a cachorra, aí voltamos no carro. A gente andava muito até o carro, para voltar [com] os animais, porque pra variar as autoridades públicas não permitiam... O cara podia botar o carro pertinho da área de risco pra tirar colchão molhado e nós não podíamos parar o carro pra pegar animais. Aí, quando nós chegamos lá e fomos arrumar [a cadela no carro], ela começou a chorar, passou uma viatura tipo uma Saveiro, com o corpo, eu vi o tênis e mão com uma etiqueta, era a dona dela. A [outra protetora] doou ela, não sei para quem, mas ela chorou [o luto] também. Ela ficou junto da dona, do corpo da dona. Muito triste isso, muitos que não saíam de perto dos escombros (Representante do Grupo Estimação em entrevista no dia 15 de julho de 2015).

Outro exemplo do sofrimento sentido pela perda dos tutores e também de lealdade contínua, desde o período de resgates até a sua ressocialização, foi o caso do Caramelo, cachorrinho já citado:

O Caramelo foi impressionante, porque o Caramelo, ele era um cão de uma família pobre, uma família que não tinha recurso, mas que devia dar amor a ele ou ele retribuía esse amor. Os donos, morreram todos, a casa ficou em ruínas, ele cavou onde estavam todos os donos, quando nós resgatamos, ele

não queria sair daquele lugar. Aí, ele foi levado para o galpão, enfiou a cara numa quina e uivava como se [fosse] alguém [que] tivesse chorando o luto, pela morte dos donos. Ele foi adotado, super bem adotado, três dias depois [...] aí ele entrou em desespero, a pessoa que adotou ele mesmo tratando super bem... Pulou o muro e tomou o rumo de Teresópolis, pra voltar pro lugar onde ele tinha perdido os donos. Mas ele se perdeu, foi encontrado na Barra da Tijuca, e hoje em dia ele se adaptou. **Mas ele não aceitou aquela ruptura, aquela ligação, não aceitou.** Ele chorou muito, eu nunca tinha visto um animal chorar o luto, e ele chorou o luto pela perda, e muitos choraram também, muitos choraram (Representante do Grupo Estimação em entrevista no dia 15 de julho de 2015, grifo nosso).

A lealdade aos tutores em alguns casos se estendeu por muitos anos ainda após a perda. Como é o caso do cão Nick, descrito pelas entrevistadas, que depois de quatro anos da tragédia, ainda permanecia no bairro que vivia com sua família antes do desastre, entre os escombros.

Nós pegamos um cachorro aqui, o Nick, que é da tragédia, peguei há 6 meses atrás, ele viveu na soleira da porta do dono desde a tragédia até agora, em Poços dos Peixes, e ele tá aqui. Ele pegou uma bicheira e uma moça lá, que mora nas ruínas em Poço dos Peixes me pediu para ir pegar, fui lá e peguei. Ele tá aqui, ele ficou durante quatro anos, morando, ele ia numa venda próxima comer, e voltava, morando na soleira da porta, não tem mais nada, só tem escombros, é um lugar que virou um lugar fantasma, esse também é uma prova incontestável de lealdade, ele estava até hoje esperando o dono. Ele tem 10-11 anos, [...] ele perdeu um pedaço da pata, deu bicheira, ele tá na quarentena [do SOS Animal]. Eu fui lá, peguei, ainda me lembrei da época da tragédia porque tá tudo igual, tem cinco anos e tá tudo do mesmo jeito, só cresceu vegetação (Representante do Grupo Estimação em entrevista no dia 15 de julho de 2015).

Na incursão ao campo em julho de 2015, quando visitamos o santuário SOS Animal, a entrevistada nos reiterou sua falta de confiança no poder público para o atendimento da população como um todo, principalmente dos animais, baseada em sua experiência. Para ela, o Grupo Estimação e os voluntários atuaram independentemente do poder público na mitigação do sofrimento animal.

O único número oficial que existe para mim foi o dos animais, que a gente pegou e cuidou. Porque a gente, [...] foi um trabalho feito por pessoas físicas, voluntários, todas as doações, voluntário... Se você tiver que contar com o poder público, você esquece, que você não vai conseguir nada [...] Os animais, que não houve nenhuma participação do poder público, apenas a iniciativa privada, foram amparados, foram doados, foram castrados, foram vacinados, então é uma prova que o poder público é absolutamente... Se houvesse uma parceria... Eles não querem uma parceria, a parceria deles é mandar mais pra gente, é unilateral, é exigir da sociedade civil uma postura que não é dela. A pessoa faz por amor, única e exclusivamente por amor, e

faz porque falta... (Representante do Grupo Estimação em entrevista realizada no dia 15 de julho de 2015).

5.3.2. Entrevista com representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil

Previamente a viagem à Teresópolis, realizamos ligações para os órgãos municipais, na tentativa de agendar encontros para as entrevistas. Com a Secretaria Municipal de Defesa Civil, não conseguimos esse agendamento, pois ao mencionar no telefone que a pesquisa tinha como temática animais em contexto de desastre, já recebemos a resposta de que animais não eram atribuições da defesa civil e que deveríamos tentar contatar outros órgãos públicos. Essa postura já começa a nos apontar quão distante encontram-se os interesses dessa população, da mentalidade de atuação da defesa civil. Essa compreensão institucional local era incompatível com a visão oficial da autoridade estadual fluminense de defesa civil, a qual, como vimos, incorporou essa problemática no seu rol de orientações para a proteção comunitária para lidar com desastres. A defesa civil estadual, é quem capacita e elabora os manuais e cartilhas da defesa civil, e, apesar de escassas, há menções ao tratamento de animais em abrigos e recomendações aos tutores. Mesmo com tal negativa, recebida por meio telefônico, nos deslocamos ao referido órgão, na tentativa de obtenção de informações.

Fomos recebidos, mas o representante reiterou que não possuíam informação alguma sobre animais de estimação naquele desastre, porque essa questão extrapolaria as atribuições da defesa civil. O representante afirma que a tragédia havia sido de proporção tão inimaginável que diversos órgãos atuaram nos esforços de resgate, defesas civis e corpo de bombeiros de outras localidades, e que por isso não haveriam informações e estatísticas. O papel da defesa civil, segundo ele, teria outra orientação:

A gente atua na parte de prevenção, por exemplo: a gente chegou lá, a casa caiu, a única coisa que a gente pode fazer no momento, é gerar o documento para aquela família, [para] que ela possa ter direito ao aluguel social, aos benefícios, entendeu? Agora tirar debaixo da terra, quem tira é o corpo dos bombeiros. A defesa civil só liga para eles e eles vão lá e fazem o trabalho deles. Aí quando nós chegamos num imóvel, que tá todo rachado ou tem algum risco geológico. Se é risco geológico tem a nossa geóloga, ela vai lá, faz um relatório daquela área, se tiver que interditar, interdita, se não tiver, ela dá uma solução de algo que possa ser feito para conter o risco (Representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil de Teresópolis em entrevista realizada no dia 14 de julho de 2015).

Então, questionamos se na hora de evacuar uma área que foi comprometida, a existência de um animal com valor afetivo ou econômico para a família não se torna um fator decisivo. Momento em que ele nos explica que:

Acontece, acontece da pessoa não querer sair da casa, entendeu [...] tem várias atribuições de vários órgãos, exemplo: Se interdita uma casa, você sabe que o risco é iminente, aí tem o pai, mãe e duas crianças, a defesa civil em si não tem autonomia de poder, de polícia, de prender ou de tirar ninguém, nós temos que fazer o certo, aqui: de menor, vamos chamar o Conselho Tutelar, vamos acionar a Vara da Infância e Juventude, pra tirar aquelas crianças, e o de maior, por ele ser maior, infelizmente ele faz da vida dele o que ele quiser, mas a defesa civil em si vai ter que interditar aquele imóvel. O que não pode é a gente se comover com a situação deles, infelizmente aquele local não ser assistido pelo poder público naquele momento, de não ter nenhum local pra ir, a gente ‘ah, então fica mais um pouquinho aí’, daí de um dia pro outro aquela casa cai, aí passa a ser toda a responsabilidade nossa, então a gente nesse ponto não pode pensar nem com o coração, tem que ser com a razão (Representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil de Teresópolis em entrevista realizada no dia 14 de julho de 2015).

Nesse sentido, ele afirma que chamaria o Setor de Zoonoses para lidar com animais, caso houvessem animais domésticos ou de criação na propriedade. Espontaneamente, ele também nos fala:

Já aconteceu de animais silvestres, por exemplo, de você fazer uma vistoria no local e tá lá um gambá com a perninha quebrada, isso a gente vai lá no Parque Nacional, que aí já é animal silvestre, já não chama Zoonoses, já vai diretamente lá no parque. Eles atendem super bem, qualquer tipo de animal silvestre, pode levar lá tranquilo, que eles tomam toda precaução, a responsabilidade é com eles. E animal esse, que é doméstico né, o gato e o cachorro, se for o caso, isso nunca aconteceu comigo, nem com outros colegas de trabalho, mas se tiver que acionar a gente avisa o Zoonoses (Representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil de Teresópolis em entrevista realizada no dia 14 de julho de 2015).

No relato, ele aponta que a necessidade de chamar o Setor de Zoonoses devido a presença de animais domésticos ou de criação em uma casa condenada pela defesa civil nunca ocorreu. Não podemos deixar de nos atentar à invisibilidade dos animais aos olhos das autoridades competentes retratada por esse relato. Podemos especular que o agente não considera que seja necessário chamar o Setor de Zoonoses quando a família possui a guarda do animal e se responsabiliza por ele, ou seja, que na existência de um tutor, não há necessidade do poder público exercer seu papel de tutoria. Outra hipótese é a de que prevalece a indiferença legitimada socialmente e o pensamento de que o animal deixado para trás conseguiria “se virar” e sairia daquele local espontaneamente. Ou talvez ainda, a defesa civil, em sua atuação prática, não considere o animal doméstico como um morador que precisaria ser retirado, por sua segurança, uma vez que o imóvel estivesse em risco iminente. Essa

última hipótese justificada pelo especismo: animais vistos não como sujeitos, mas como pertences de um ser humano.

Os animais silvestres, diferente dos domésticos, não havendo um responsável direto, caem no rol de responsabilidade do Estado, e assim é encaminhado para um órgão federal com mais estrutura, que é o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Como já apontamos, essa parceria entre as Secretarias Municipais e o Parque Nacional não é uma parceria formalizada, entretanto, é uma parceria informal em que muitos órgãos se apoiam.

Outra questão relevante sobre a evacuação de pessoas e animais é a existência e o funcionamento de abrigos temporários no evento de crises agudas. Sobre isso, o representante da defesa civil afirma:

[...] Nessa [tragédia] de 2012 [chuvas que engendraram outro desastre, mas de menores proporções], as pessoas tiveram que ir pro abrigo. Teve uma comunidade chamada Rosário do Perpétuo Pimentel, essas pessoas, todas elas, foram para o abrigo do Brizolão, **daí infelizmente, os animais, vou falar para vocês que com certeza ficaram nas casas.** Porque lá não poderia levar os animais, porque isso é um ponto, até então nunca foi discutido em nenhuma reunião da defesa civil, nem do município nem do Estado, sobre o que fazer com os animais na hora da tragédia. Até então, tem pontos de apoio para os seres humanos, para os animais em si, não tem. Porque até então o que se recomenda na hora: acionou a sirene é pegar no máximo seus documentos e sair. Se você pegar uma cartilha, não diz tem que pegar o cachorrinho, botar em baixo do braço... O treinamento que é dado todo dia 10 não dá esse treinamento para as pessoas do bairro, que tem que pegar o animalzinho e colocar numa bolsa, ou debaixo do braço e descer... Então poderia ser até um ponto pra ser discutido, no futuro, em alguma reunião em conjunto com as outras defesas civis dos outros estados, municípios, porque realmente, **todas as reuniões que eu já fui, nunca ninguém debateu esse ponto: ‘e os animais?’**, a gente se preocupa claro, os animais também são seres vivos, dependem também de um cuidado. Porque eles tão lá porque não quer né [sic], alguém adotou eles, então se você adota um animal, toda a responsabilidade é sua. Uma situação perigosa para os seres humanos, com certeza é perigosa para eles também, realmente, o que você falou, até hoje, sinceramente não tenho dados nenhum pra passar pra vocês, porque realmente não é da nossa atribuição e todo ponto de apoio sinceramente não tem mesmo aquele cantinho, olha só, pega o animal, vamos bota naquele cantinho, realmente não tem (Representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil de Teresópolis em entrevista realizada no dia 14 de julho de 2015, grifo nosso).

Ressaltamos o trecho em que ele afirma que nunca esteve em uma reunião da defesa civil em que esse ponto houvesse sido apresentado, o que nos confirma essa falta de inserção da população animal nas estratégias de ação da defesa civil, e comprova essa enorme lacuna existente na atuação de um órgão que trabalha com o desalojamento de famílias, que muitas vezes, possuem animais em suas configurações.

5.3.3. Entrevista com representante do Setor de Zoonoses da Secretaria de Saúde

Ao conversar com o responsável pelo Setor de Zoonoses, que faz parte da Secretaria de Saúde de Teresópolis, perguntamos primeiramente sobre registro dos animais que foram atendidos durante os momentos mais críticos, se esses animais haviam sido contabilizados.

Olha, é um dado sem documentação, porque foram encontrando depois, dizem que foram mais de mil animais. Foram três ou quatro bairros atingidos, no interior e cidades atingidas pela tromba d'água de 2011. Até minha casa, também tiveram algumas barreiras, porque a cidade de Teresópolis é praticamente, a topografia é de morros né, elevações, então tivemos pequenos deslizamentos que não foram nem computados, e esse deslizamento a pessoa tem que sair de casa e o cão acaba ficando perdido, acaba indo pra rua e isso vai aparecendo depois, e é difícil de quantificar isso, porque o cão que tem dono ele acaba ficando por aí mesmo, outro abriga, aparece depois, outro bairro, é complicado né... (Representante do Setor de Zoonoses da Secretaria de Saúde em entrevista realizada no dia 16 de julho de 2015)

A justificativa que o representante fornece para a falta de informações sobre a população animal afetada é que os dados não são precisos:

Até o número de pessoas né, até hoje é discutível, uns dizem que é 1.500 pessoas que faleceram, desaparecidos, outro diz que é 800, até hoje a gente não sabe ao certo, porque foi durante os dois meses, mais uns seis meses de procura por corpos, esses corpos também foram achados animais, e até hoje eles estão em alguns bairros passando máquina, vão fazer novas vias de acesso, vão aparecendo esqueletos, então é complicado quantificar isso. Brasil é um país muito fraco de informações, a polícia não se comunica com a gente, a gente não tem canal com eles. A prefeitura tem vários órgãos que mexem com isso, aí vem o estado trabalhar aqui, federal mandou gente também, defesa civil, exército, um monte de gente trabalhando, eles não informam nada. Não há integração, deveria haver, uma calamidade no Brasil, nós estamos perdidos, não existe coordenação na hora, a gente não espera aquilo e a gente não estava organizado. Acredita-se que seja em torno de mil animais que sofreram, foram falecidos ou desaparecidos naquela calamidade de 2011 (Representante do Setor de Zoonoses da Secretaria de Saúde em entrevista realizada no dia 16 de julho de 2015).

Vemos aqui o representante do Setor de Zoonoses responsabilizando a falta de integração entre os órgãos atuantes no desastre pela falta de informações. Sem dúvida, baseado em tudo o que averiguamos sobre a atuação do poder público na tragédia, há uma grande falta de integração tanto de procedimentos, como de informações. Entretanto, todas as perguntas que fizemos sobre informações que seriam do próprio Setor de Zoonoses foram respondidas de maneira evasiva, com estimativas baseadas em nenhuma metodologia ou registro. Perguntamos sobre qual era a estimativa da população animal da cidade de

Teresópolis previamente à tragédia de 2011, e quantos animais o próprio Setor de Zoonoses havia atendido, mas nenhuma dessas informações estavam disponíveis. Há uma falta sistemática de documentação das ações realizadas durante o período crítico da tragédia. Ao que aparenta, nenhum órgão estava minimamente preparado para lidar com uma crise aguda, e durante a mesma, muito pouco ou nada foi documentado.

Resolvemos retomar questões sobre o funcionamento cotidiano do Setor de Zoonoses, para entender melhor qual é a sua atuação na comunidade, quais serviços realizam e quais problemas enfrentam.

Na verdade aqui é a Divisão de Vigilância Ambiental e Saúde, ela pega, faz programas, controle da água de abastecimento da cidade, das fontes, o Vigiágua, o Vigisolo, controle das poluições no solo e no ar também, poeiras, fumaças, fuligem, três programas relativos ao meio ambiente, e depois vem o controle de zoonoses, com vários programas, raiva, combate a roedores, leptospirose quando ocorre, peste bubônica, tem um problema específico e outras coisas que podem aparecer dentro da zoonoses que são mais de 200, e quando aparece a gente tem que agir. Temos também o recolhimento de animais errantes e castrações, para diminuir a população, há bastante tempo a gente faz isso, em torno de mais de mil animais por ano. São três colegas que fazem castrações, é a única forma da gente diminuir a população de animais de rua e até de proprietários de baixa renda, e nós temos também um controle de acontecimentos que possam influir na saúde do ambiente, aí nós somos acionados, tanto pelo Ministério Público, pelo juiz, quanto pela Prefeitura. É complicado, é uma coisa muito grande, a gente nem sabe o que a gente está, meio ambiente é uma palavra que generaliza um monte de coisa, tudo o que acontece acaba sobrando pra gente, o ambiente lógico, fica agredido, é uma responsabilidade muito grande, trabalhar com o ambiente, a gente respira ambiente, a gente vive no ambiente, é complicado (Representante do Setor de Zoonoses da Secretaria de Saúde em entrevista realizada no dia 16 de julho de 2015).

Segundo o entrevistado, que é médico veterinário da Secretaria de Saúde, a Divisão de Vigilância Ambiental e Saúde ainda estaria sendo estruturada, mas na prática já funciona e nela congrega também um Laboratório de Águas, o único da Região Serrana, atendendo oito municípios. A partir desse relato, podemos delinear um dos prováveis motivos do porque há falta de dados e informações precisas sobre os animais. Entendemos que atribuições bastante diversas acabam sendo responsabilidade de um mesmo órgão. Devido a esse enorme leque de atuação e atribuições, podemos depreender que a preocupação com os animais de companhia da cidade é apenas uma parcela muito pequena dos inúmeros problemas variados que a Divisão de Vigilância Ambiental e Saúde têm de resolver diariamente. E ainda assim, a preocupação do órgão não está em garantir o bem-estar dos próprios animais, mas sim em evitar qualquer doença que eles possam transmitir para a população humana da cidade. Ou

seja, o único órgão que seria responsável pelos atendimentos básicos a uma grande quantidade de animais de companhia abandonados ou carentes rotineiramente em uma cidade, possui inúmeras outras atribuições, e na realidade, nenhuma delas é a preocupação com o bem-estar desses animais. Como apontamos anteriormente, a falta de medidas e ações voltadas para a população de animais de companhia é uma crise crônica, pois vemos o pouco de espaço, atenção e verba que são destinados a eles. Na lista de prioridades, os animais estão muito longe de ser uma real preocupação do poder público. Esse modelo de controle de zoonoses nos mostra justamente essa falta de expressão política e conseqüentemente de medidas destinadas a eles.

Sobre a capacidade de atendimento para abrigar os animais de estimação que se encontram em situação de abandono, o entrevistado explica:

Nós temos 300 vagas só para cães, daí chama Centro de Triagem Animal, fica fora da cidade, no Fisher, nós estamos sempre lotados, porque, a gente prepara animais, recebe, castra, melhora a situação e se coloca para adoção e é muito difícil, porque as pessoas, o custo de se ter um animal é muito grande, e tem outras ONGs também fazendo a mesma coisa, castrando, tentando doar, é muito difícil. Eles fazem feiras, nós participamos, apoiamos, mas de dez animais a gente consegue dois, quando muito, a adoção. E em contrapartida, muita gente vai embora, troca de residência para apartamento, lugares mais apertados, não tem vaga para o cão e nos procuram para doar esse cão. Então o número de animais que a gente recebe para doar é muito maior do que aquele que a gente consegue adoção, [para] outras pessoas (Representante do Setor de Zoonoses da Secretaria de Saúde em entrevista realizada no dia 16 de julho de 2015).

Os problemas rotineiros do Setor de Zoonoses já extrapolariam a sua capacidade de atuação, assim vemos o porquê o órgão não estava preparado para lidar com a situação quando um acontecimento trágico aconteceu.

O entrevistado também aponta problemas financeiros do poder público. Segundo ele, a prefeitura estaria em situação de endividamento e por isso eles não estão conseguindo começar projetos novos, estariam apenas dando continuidade aos serviços já oferecidos anteriormente. A questão financeira aqui se apresenta como empecilho ao bom atendimento aos animais, pois não há verbas destinadas exclusivamente aos animais. Ainda sobre os animais domésticos afetados na tragédia, o entrevistado considera que a mobilização voluntária, que teria tido o apoio público governamental local, foi satisfatória:

Ah, mas aí apareceram muitos voluntários, conseguiram algumas fábricas que tavam vazias né, e eles foram abrigados temporariamente depois começaram as adoções, adotaram ou as pessoas iam aparecendo da família,

foram buscar esses animais. Foi um período de quase dois anos, vários pontos ficaram abrigados esses cães que apareceram, que também é difícil de dizer se foram da tragédia ou se já estavam na rua... Então foram muito bem direcionados, apareceu muita ração, muita gente pra... Veterinários, que aqui tem faculdade particular de veterinária, foram prestar serviços voluntários, nós também nos oferecemos, todo o quadro da prefeitura ajudou pra essas ONGs (Representante do Setor de Zoonoses da Secretaria de Saúde em entrevista realizada no dia 16 de julho de 2015).

Essa é a visão que o entrevistado possui sobre o trabalho que foi desenvolvido durante e após a crise aguda. Na visão dele, a prefeitura forneceu seu quadro de funcionários. Ao mesmo tempo que reconhece o papel relevante das ONGs nas ações feitas, aparenta julgar ter sido um trabalho em conjunto com o ente público. Todavia, ele mesmo não possui nenhum detalhe desses atendimentos, como por exemplo, qual o estado dos animais que chegavam dos resgates. Sobre as dificuldades encontradas e o que foi aprendido com a tragédia, somente obtive como retorno divagações sobre como era complicada a situação da cidade de Teresópolis, com pouca arrecadação e o grande número de pessoas migrando para a cidade. Palavras como desorganização, transtorno, complicação e dificuldade foram as utilizadas para fornecer uma explicação sobre a atuação na tragédia e também o momento atual. Muito foi dito sobre o que não se consegue realizar e muito pouco sobre alguma prática concreta que tivesse sido aprendida, melhorada ou implementada. Principalmente, ele consegue reconhecer que faltou coordenação e integração dos órgãos públicos e que faltou estrutura, “foi tudo arranjado”, mas não mencionou nada que tivesse mudado que poderia vir a melhor corresponder a demanda de atendimento caso um desastre novamente acontecesse. Abaixo, em outro trecho de sua fala, vemos claramente que o objetivo do órgão é atuar no sentido da saúde pública, e não no sentido de providenciar uma vida digna para os animais.

E os animais tão sempre ali, né. Eles vem junto né, eles trazem os animais, vão criando, por isso que a castração sempre foi a única forma da gente diminuir populações, de animais, isso sem causar danos a ninguém, e nessa castração a gente vê a zoonoses, a gente começa a ter contato com coisas que a gente não esperava encontrar, doenças novas, leishmaniose, apareceu lá no Caleme, suspeitos, entraram em tratamento, se a gente não tivesse esse serviço, esse recolhimento de castração, talvez a gente não pudesse, fazer contato com essas doenças, zoonoses (Representante do Setor de Zoonoses da Secretaria de Saúde em entrevista realizada no dia 16 de julho de 2015).

A visão de que houve uma articulação bem-sucedida entre o voluntariado e os órgãos públicos no atendimento de reabilitação dos animais afetados no desastre é questionável, sobretudo, pelas cisões e conflitos entre a visão e ação da defesa civil, que é o órgão que

coordena as ações técnicas públicas voltadas ao desastre, e as práticas a que ONGs e os protetores independentes se lançaram nesse contexto.

5.4. A tensão entre o Estado e os grupos organizados da sociedade civil e suas implicações no sofrimento animal

Quando falamos em Estado, não estamos falando de uma entidade única. O poder público é um agente multifacetado. O Estado opera de maneira compartimentalizada, dividindo o trabalho em setores, departamentalizando funções e assim dissolve a responsabilidade da multiplicidade do mundo animal através dos diferentes órgãos públicos. Entretanto, isso acaba por causar a marginalização de muitas questões centrais para essa população.

Quando olhamos para os atores institucionais que possuem algum comprometimento em relação a população animal, entendemos que eles operam baseando-se em uma determinada classificação dos animais. Os parques, por exemplo, estão comprometidos com os animais considerados silvestres e que vivem dentro dos limites de seu território. Como unidades de conservação, eles operam com o objetivo de conservar espécies, ou seja, proteger os animais que são considerados nativos daquele ecossistema. Qualquer outro tipo de atendimento a outra categoria de animal, é tratada como um atendimento em caráter de exceção. Mesmo quando essas interações com outras categorias de animal são constantes, como a questão de animais domésticos adentrando os limites do parque, os conflitos são resolvidos de maneira informal, não há um procedimento ou diretriz oficial a se seguir, ou seja, são também entendidos como uma questão a se lidar de maneira improvisada, em caráter de exceção. O Setor de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde é um outro órgão público que possui vinculação com a população animal. Ele atende animais domésticos, porém com o viés da possibilidade desse animal ser hospedeiro de doenças. Os serviços de castração e atendimento veterinário, apesar de existentes, não são a principal preocupação do órgão.

Ao analisarmos essas múltiplas facetas pelas quais o Estado opera, vemos os cuidados relativos a população animal sendo empurrados para a margem por diferentes órgãos públicos. Assim, o Estado acaba por deixar várias bordas descobertas. Entendemos que existem algumas categorias de animais com os quais o Estado está comprometido, como os animais silvestres, nativos da fauna da região. Em um menor grau, o Estado também se compromete com animais domésticos sem tutores, ou seja, em situação de abandono. Entretanto, pelas estimativas do tamanho da população de animais nessas condições, seu alcance é mínimo. Há níveis de comprometimento e algumas ações direcionadas a população animal, contudo, essas

ações não abarcam, por exemplo, o problema crônico de animais domésticos abandonados como um todo, não há a intenção de ultrapassar ou superar o problema.

Outro fator pertinente, ao investigarmos os motivos pelos quais o Estado falha em atender a população animal, é o de que a própria instituição, assim como a sociedade, é perpassada pelo especismo. Portanto, os órgãos públicos e suas divisões foram criados seguindo uma lógica que tem como objetivo realizar a manutenção das estruturas necessárias somente para a vida humana. É realizada uma divisão do mundo animal em relação as problemáticas resultantes da interação deles com os seres humanos, como por exemplo: animais que podem nos trazer doenças, então devemos eliminá-los ou tratá-los e realizar um controle da população; animais que devemos multiplicar e matar para alimentação; animais que precisamos preservar agora, pois já extinguímos quase toda sua população; animais que nos prejudicam de alguma forma, então devem ser eliminados, etc. Essa divisão se baseia nos interesses do ser humano, enquanto que os interesses da população animal são sobrepujados.

O principal braço atuante do Estado quando um desastre ocorre é a Defesa Civil, que deveria atuar como um sistema nacional integrado. Esse órgão, como vimos no relato do representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil de Teresópolis, não hesita em negar ter qualquer responsabilidade em relação ao atendimento da população animal, em qualquer situação, ao afirmar não ser uma de suas atribuições. Tanto o discurso, quanto a prática da Defesa Civil municipal é a de negação de vinculação com a questão animal. Essa é uma questão problemática, pois, em uma crise aguda, o Estado acaba por não realizar ações direcionadas a uma população presente em todas as esferas da vida social humana, com seus variados papéis no meio social e também não as inclui nos planejamentos existentes. Qualquer atendimento, novamente, é realizado em caráter de exceção, quando na realidade, a população animal e suas necessidades são uma constante em cenários de devastação.

O que depreendemos também do relato do representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil de Teresópolis é que existe uma inconsistência na maneira de operar da Secretaria Municipal de Teresópolis em relação ao sistema nacional da Defesa Civil. Apesar de serem raras as menções sobre os animais em cartilhas e manuais, existe o Manual de Contingência da Família, elaborado pela Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (ESDEC/RJ), em que se indica, embora não claramente, que a evacuação dos animais de estimação se realize juntamente com a família.

■ ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO



- Se você possui animais domésticos, deve incluí-los no seu Plano de Contingência da Família.
- Identifique um amigo, vizinho ou cuidador de animais de confiança para que cuide de seu animal doméstico caso uma emergência lhe impeça de voltar para casa.
- Coloque uma etiqueta na porta de sua casa para que os serviços de resgate saibam que existe um animal doméstico no interior.
- Pergunte ao veterinário por instalações para o cuidado de animais que ofereçam abrigo durante uma emergência.
- Cães e gatos devem sempre portar coleiras, etiquetas de vacinação e identificação.
- Conheça os lugares onde se escondem normalmente seus animais domésticos, para poder encontrá-los facilmente em caso de emergência.
- Prepare uma Mochila de Emergência para o animal de estimação e coloque artigos para eles em sua Caixa de Emergência. Inclua uma foto colorida atual sua e de seu animal juntos, cópias das fichas veterinárias com data das vacinas, certificado de propriedade e identificação, uma caixa de transporte, focinheira e coleira.
- Nunca deixe um animal sozinho dentro de um carro, especialmente ao sol ou em dias de muito calor.

15

Figura 16. Página relativa às recomendações em relação aos animais de estimação do Manual de Contingência da Família

Fonte: Manual de Contingência da Família (ESDEC/RJ, 2013).

A Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro (SEDEC/RJ), em conjunto com a Escola de Defesa Civil são as responsáveis por capacitar e fornecer as diretrizes sobre como a base deve operar. Os modelos de referência e procedimentos em relação a população animal deveriam ser passados efetivamente para as defesas civis municipais que atuarão na ponta. Nesse sentido, entendemos que a Secretaria Municipal está trabalhando, de certa forma, desvinculada do sistema nacional, pois o representante da Secretaria nos afirma que não possuem recomendações para a população sobre o que fazer com seus animais ao realizar simulados de evacuação. A prática desenvolvida nos simulados realizados com a população é incompatível com a recomendação estadual, pois não é instruído que a população retire seus animais das casas, ou realizem os procedimentos descritos no manual, e nem são previstos receber animais nos pontos de apoio, local para onde a população deve ir temporariamente no caso de um alerta. Há aí uma incongruência. Frente a essa disparidade, lançamos alguns questionamentos que podem ser explorados em estudos futuros, como: Qual seria o alcance dos manuais estaduais para a base da defesa civil municipal? E qual o compromisso da base com a apreensão dos modelos e diretrizes elaborados pela defesa civil estadual?

A Defesa Civil é, essencialmente, o órgão que opera com o que é considerado como exceção, ou seja, com o desastre. O atendimento a certas categorias de animais é predominantemente entendido como prática de exceção pelo ente público. Assim, o total descomprometimento demonstrado pela base da Defesa Civil, em relação a população animal, acaba por legitimar a mesma postura dos outros órgãos públicos em relação a população animal. Se, quem é qualificado para atuar no sentido de solucionar uma crise, quando as bases da vida social se desestruturam, não está sendo efetivo em relação a atender as demandas da população animal; como qualquer outro órgão, que não é treinado para as práticas de exceção, seria capaz de solucionar a situação?

Com o fracasso do Estado em atender a população animal, na crise aguda, mas também na crise crônica, esse passa a ser um problema da sociedade civil. A sociedade civil, movida por motivos subjetivos e solidários, se organiza e passa a tentar atender mais satisfatoriamente a população animal. Essa problemática permanente gera tensões entre o Estado e a sociedade civil e questões emergem dessas fricções. Algumas delas de caráter estrutural, como a falta de estrutura física para abrigar o número de animais que precisam ser retirados das ruas. O poder público, em geral, dispõe de um abrigo municipal e este opera em superlotação integralmente. Os grupos da sociedade civil, quando possuem abrigo, também operam muitas vezes acima de sua capacidade, e quando não possuem, acabam por acolher esses animais dentro do espaço doméstico de seus integrantes. Há uma falta de locais apropriados e suficientes devido ao massivo número alcançado pela população de animais domésticos, resultado de uma crise crônica. Outra questão de caráter estrutural é a falta de incentivos e verbas destinadas a ações que prestigiem a população animal. O ente público realiza pouquíssimas campanhas e medidas, e virtualmente nada é direcionado a esses grupos da sociedade civil, mesmo quando realizam um trabalho significativo, consolidado e já reconhecido pelo Estado, como por exemplo, depois de receber um certificado de utilidade pública. Não há, nem mesmo, isenção de impostos para esses grupos sem fins lucrativos. Esses grupos organizados realizam o máximo dentro de suas capacidades, entretanto muitas vezes de maneira precária devido à sobrecarga de trabalho e falta de recursos. Essas são questões latentes do cotidiano dessa relação entre Estado e sociedade civil organizada.

Na ocorrência de um desastre, essas tensões se elevam e atingem um ponto máximo, pois, surgem então as questões conjunturais. O Estado, com o ônus dos desdobramentos da crise aguda, passa a negar sua responsabilidade em relação a população animal. O problema de animais abandonados aumenta, devido a desvinculação involuntária de muitos que não estavam previamente em situação de rua, mas que são separados de seus tutores na

desestruturação causada pelo desastre. A crise aguda faz o problema se tornar retumbante e os grupos da sociedade civil são deixados, sem apoio, para administrar a situação. Assim, acabam assumindo muito além de suas capacidades. Uma questão pública acaba se tornando um problema pessoal. Esses grupos contam com doações da população para realizar suas atividades, porém, passado o tempo, quando os holofotes da mídia vão embora, essas também se encerram, apesar de o problema se estender indefinidamente. Não podemos obliterar que estamos falando de seres vivos, que podem viver em média de dez a quinze anos, e que a legislação brasileira de Crimes Ambientais⁶⁵ penaliza caso sejam maltratados ou abandonados.

A crise crônica se perpetua, devido a indiferença institucional, que falha em atender a população animal em sua complexidade e penaliza os grupos organizados ao jogar todo o ônus da responsabilidade da guarda de inúmeras vidas sobre eles. Com a sociedade civil sobrecarregada e o poder público omissivo, esses animais acabam ficando suscetíveis. As tensões entre o Estado e a sociedade civil acabam por criar vulnerabilidade para a população animal, os deixando a mercê do próximo evento crítico que venha a ocorrer. É um ciclo vicioso, que tende somente a precarizar os atendimentos realizados pelos grupos organizados da sociedade civil, agravando o problema em seu caráter crônico e resultando, em última instância, no aumento do sofrimento animal.

5.5. Mudanças institucionais em relação aos animais após a tragédia

Os desastres já ocorridos seriam uma oportunidade de aprendizado para as instituições caso essas se pusessem a analisar em parceria o ocorrido, compartilhando informações, mas as barreiras corporativas para admitir erros tendem a ser fortes. Cumprir-se-ão as expectativas do público em geral divulgando que está "tudo sob controle", mas nos bastidores persistiriam as dificuldades de aprendizagem, ensejando a ocorrência de novos desastres (VALENCIO, 2012, p.39).

Nada indica que muito tenha sido documentado ou aprendido pelo poder público em relação aos animais com a tragédia de 2011. Buscando por relatórios e novos planos e cartilhas desenvolvidos após 2011, foram encontrados um Plano de desocupação, desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros de Teresópolis, que não tem menção aos animais, e como visto na entrevista apresentada acima, os pontos de apoio não aceitariam os animais das famílias, sendo elas responsáveis por arranjar para onde levá-los. Um mapa de risco do

⁶⁵ Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 1998).

município e também um documento chamado de Cartas de Risco Remanescente a Escorregamentos nos Municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, foram desenvolvidos, pelo Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (DRMRJ). Esses abordam a questão do desastre de uma perspectiva técnica somente e não enxerga o desastre como um fenômeno social. Nesse sentido, não há indicações sobre providências a se tomar partindo dos grupos sociais. Esses documentos trazem uma solução de cima para baixo, impondo o saber técnico na realidade socioambiental do lugar.

Outro relatório relevante para entendermos o viés pelo qual o poder público vê o desastre e quais conclusões tira dos acontecimentos ocorridos, é um relatório de inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro que foi desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, chamado de “Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação x Áreas de Risco: o que uma coisa tem a ver com a outra?”. Novamente, esse relatório aborda o desastre como um evento natural, e somente do ponto de vista perito técnico, apontando que áreas onde existem intervenções antrópicas estão mais sujeitas a fatores de ameaça externos do que aquelas mais preservadas, entretanto, não fornece maiores explicações sobre o que efetivamente fazer para além do pensamento raso de retirar as pessoas dos locais geograficamente inseguros. A seguir, um trecho do relatório:

Num país com tamanha extensão territorial não há dúvida de que existe espaço suficiente para todos os cidadãos (pobres e ricos), nas áreas rurais e urbanas, morarem em locais seguros e implantarem suas atividades industriais e agropecuárias fora dos locais sujeitos a riscos de enchentes e deslizamentos. A pergunta é, porque a realidade então aponta inúmeras situações inversas, onde pessoas moram e implantam atividades agropecuárias e industriais em áreas ambientalmente frágeis e de risco? (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011, p. 31).

Vemos inicialmente, uma afirmação que ignora os laços de pertencimento que uma população tem em relação ao lugar, ao acreditar que grande extensão territorial significa espaço para todos, como se fossem peças distribuídas em um tabuleiro; como se esse espaço fosse homogêneo, destituído dos múltiplos capitais culturais, sociais e econômicos que integram um território. Em contrapartida, o relatório apresenta uma questão sociologicamente válida: “Porque pessoas continuam se estabelecendo em áreas consideradas inseguras?”. A resposta para essa pergunta somente pode ser respondida pelas Ciências Sociais, pois a resposta diz respeito a sociedade e às relações que a integram. Infelizmente, o relatório não desenvolve a questão sociológica, mas sim utiliza somente das ciências consideradas duras e

dos saberes peritos-tecnológicos, para diagnosticar o que foi que “deu errado” e quais áreas ou situações são “de risco”.

Concluimos então que a mentalidade que perpassa as instituições que estão fornecendo conhecimento ao se estudar um acontecimento trágico já efetivado, são de viés tecnicista e das ciências naturais. Não há conhecimento acumulado de caráter social, de estatísticas ou planos de ação que funcionaram ou não.

6. Recomendações

Porque os animais de companhia compartilham as nossas casas, eles enfrentam os mesmos riscos de incêndio, clima e outros perigos que possam causar ferimentos, ameaçam a vida, ou exigam a evacuação. Somos, portanto, responsável por seu bem-estar. No entanto, em respostas a desastres, a vida humana tem prioridade. Embora a avaliação das justificações para esta decisão moral está além do escopo deste artigo, a própria decisão implica que não podemos salvar os animais, assim como salvamos os seres humanos. Os tipos de políticas que valorizam todas as vidas iriam desafiar o pensamento dualista por trás das categorias simplistas de "humanos" e "animais". Ativistas devem desafiar continuamente o especismo, onde quer que ele apareça. As premissas antropocêntricas que permeiam nossa cultura são um desastre esperando para acontecer (IRVINE, 2006, p.14, tradução nossa⁶⁶).

Nesse capítulo, realizaremos um apanhado das tendências que estão dando certo, encontradas na literatura internacional e recomendar soluções e possibilidades sobre como as autoridades brasileiras podem caminhar para atender mais efetivamente a população animal durante a resposta a um desastre.

Quando se trata de criar planos de contingência eficazes, acreditamos que as palavras-chave sejam parceria e diálogo. A superpopulação de animais domésticos tanto domiciliados quanto errantes é um problema de grande proporção. Somente o Estado, ou, somente a sociedade civil sozinha não dará conta de mudar a realidade dessa população quando afetados em um desastre. Nesse sentido, uma questão muito importante que devemos salientar, é a tendência brasileira de órgãos, que são os responsáveis por atuar nas medidas de resposta à desastres, como por exemplo a defesa civil, serem em geral, de natureza militarizada.

⁶⁶ Because companion animals share our homes, they face the same risks from fire, weather, and other hazards that might cause injury, threaten lives, or require evacuation. We are therefore responsible for their welfare. However, in disaster responses, human lives have priority. Although an evaluation of the justifications for this moral decision lies beyond the scope of this paper, the decision itself implies that we cannot save animals as well as humans. The kinds of policies that would value all lives would challenge the dualistic thinking behind the simplistic categories of “humans” and “animals.” Activists must continually challenge speciesism, wherever it appears. The anthropocentric assumptions that permeate our culture are a disaster waiting to happen.

A racionalidade das autoridades competentes segue uma lógica operativa militar, de cultura autoritária e falta de transparência e esse tipo de lógica, impede que se tenha um diálogo transparente e democrático com outros atores importantes, inclusive com a população afetada em um desastre, sobre como o reestabelecimento da vida social e a reestruturação dos meios de vidas irão se dar.

Instituições engessadas, que atuam de forma hierárquica e autoritária falham em reconhecer os reais problemas enfrentados pelo meio social. Ao invés disso, uma instituição militarizada vem para “resolver o problema e impor a ordem”:

Porque o pensamento institucional só pode enquadrar problemas seletivamente, as soluções oferecidas muitas vezes ficam aquém de resolver os problemas experienciados pelos os que estão fora da alçada da instituição. Em outras palavras, o pensamento institucional falha em enxergar aspectos relevantes da situação ou circunstâncias que são prementes para aqueles que vivenciam o problema (IRVINE, 2006, p. 4, tradução nossa⁶⁷).

O que acontece é uma disputa de poder no cenário de devastação, na qual os órgãos institucionais estão competindo entre si e impondo o saber técnico-cientificista na população. Há racionalidades diferentes dentro do próprio Estado, assim como existem racionalidades diferentes na sociedade civil. E todas elas estão em disputa em meio ao caos que é um desastre, e isso impede o trabalho em conjunto. As autoridades competentes acabam por desrespeitar os diferentes saberes e interpretações sobre como agir/sentir e consideram o saber técnico como o único detentor da verdade. É necessário ter planejamento estratégico prévio, ter diálogo entre a Defesa Civil, grupos organizados e a população, sem desqualificar o discurso do Outro. Somente assim, um plano de contingência seria realmente eficaz.

No âmbito de uma multiplicidade de agentes em concorrência e da disputa desigual ou assimétrica entre os mesmos, se confirma a desqualificação de determinados argumentos e práticas leigas – ou a depreciação de suas formas de interpretação do processo (VARGAS, 2014, p. 269).

Devido a naturalização da situação de abandono, a indiferença em relação aos animais perpassa as instituições. Assim, em uma situação de resposta de emergência, em geral, o especismo e uma atitude paternalística prevalecem e esses agentes de resposta direta acabam escolhendo salvar vidas humanas primeiro, muitas vezes à custa da vida de animais (IRVINE,

⁶⁷ Because institutional thinking can only frame problems selectively, the proffered solutions often fall short of addressing the problems as experienced by those outside the institution’s purview. In other words, institutional thinking overlooks relevant aspects of the situation or circumstances that are salient for those experiencing the problem.

2006). O especismo institucionalizado acaba resultando em crueldade institucional. Por isso é muito importante que essas questões sejam debatidas e procedimentos sejam decididos previamente ao acontecimento de uma catástrofe, durante o período de planejamento, pois, na crise aguda do acontecimento trágico, sem diretrizes claras sobre como agir em relação aos animais, estes acabam sendo preteridos.

Irvine nos fornece um exemplo de como pequenas modificações nas ações das autoridades competentes em medidas de resposta, quando incluindo os animais no planejamento, ao fugir da lógica especista, fazem muita diferença:

Se a política de resposta a desastres fosse examinada com um olho para eliminar suposições especistas, pequenas mudanças poderiam melhorar a situação das pessoas e animais. [...] Por exemplo, em uma conversa que tive com um voluntário veterinário cerca de seis meses após [o desastre relacionado ao furacão] Katrina, eu aprendi que socorristas da Cruz Vermelha não estão autorizados a transportar alimentos para cães e gatos em seus veículos. [...] Centenas, talvez milhares, de cães e gatos morreram de fome porque os veículos de emergência foram reservados para as necessidades humanas. Somente quando as equipes de resposta para animais foram permitidas na cidade que o alimento pode ser disponibilizado para animais encalhados e errantes. (IRVINE, 2006, p. 6, tradução nossa⁶⁸).

Outra questão é a confiança nas autoridades competentes, pois não adianta recomendar que a população prepare uma Mochila de Emergência para o animal de estimação, tenha caixas de transporte, identificação, alimento, etc. se, no entanto, em caso de uma ordem de evacuação real, os indivíduos forem obrigados a ceder à autoridade e à expertise de gestores de emergência que irão impor sua lógica tecnicista. A integração e coerência entre as autoridades é essencial para a população ter diretrizes claras a seguir e confiar nas informações fornecidas pelo Estado.

É necessário se ter sensibilidade e preparo para lidar, numa hora crítica, com os tutores que prezam por seus animais de estimação e que não irão realizar medidas de emergência que não os contemplem. Animais influenciam decisões, por isso são elementos fundamentais para a promoção da resiliência de indivíduos e comunidades e devem ser inclusos em todo e qualquer tipo de ação emergencial.

⁶⁸ If disaster response policy were examined with an eye to eliminating speciesist assumptions, small changes could improve the situation for people and animals. [...] For example, in a conversation I had with a veterinarian volunteer about six months after Katrina, I learned that Red Cross responders are not permitted to carry dog and cat food in their vehicles. [...] Hundreds, perhaps thousands, of dogs and cats starved because emergency vehicles were reserved for *human* needs. Only once animal response teams were allowed in the city could food be made available to stranded and stray animals.

Irvine reforça o problema do autoritarismo nas instituições. Utilizando o exemplo dos Estados Unidos, ela afirma que apesar de avanços estarem sendo feitos no sentido de incluir animais em planejamentos para desastres, se as autoridades competentes continuarem fechadas ao diálogo transparente e democrático, o sistema continuará falhando em cumprir com sua função.

Por alguns padrões, o futuro para os animais afetados por desastres está melhorando. O furacão Katrina trouxe a sensibilização do público para a necessidade de incluir os animais em planos de resposta, e é improvável que o público volte a ser ordenado a evacuar sem seus animais de companhia. No entanto, por outro lado, o destino dos animais pouco mudou, e pode até ter dado um passo para trás. Incluindo animais em planos de resposta significa que eles provavelmente vão sofrer da mesma atuação ruim e corrupção que caracterizou a resposta da Costa do Golfo. A resposta animal permanecerá nas mãos de organizações de bem-estar, enquanto estas organizações e sua equipe de voluntários em grande parte permanecerá à mercê de uma estrutura de autoridade quase militar. Em suma, os atuais esforços para incluir os animais só os incorpora em um sistema falho (IRVINE, 2006, p.13, tradução nossa⁶⁹).

Uma parceria sólida deve ser buscada entre as autoridades e os grupos organizados da sociedade civil, dando início a um aprendizado mútuo, para que ações emergenciais comecem a levar em consideração essa população vulnerável e numerosa. Para isso, precisa haver a abertura ao diálogo partindo das autoridades competentes, incluindo a participação ativa de representantes da sociedade civil na criação de planos de contingência, trazendo conhecimento prático. A parceria entre os grupos organizados da sociedade civil e as autoridades deve ocorrer não somente na divisão de tarefas distribuídas de cima pra baixo, mas mais importante é que as decisões de planejamento sejam realizadas em conjunto, com representantes dos grupos organizados da sociedade civil e também da população horizontalmente com as autoridades, para seja um plano mais unificado e inclusivo. A tendência mostrada pela literatura é de que abordagens mais participativas engendram soluções mais adequadas.

⁶⁹ By some standards, the future for animals in disasters is improving. Hurricane Katrina brought public awareness to the need to include animals in response plans, and it is unlikely that the public will ever again be ordered to evacuate without companion animals. However, by other standards, the fate of animals has changed little, and may even have taken a step backward. Including animals in response plans means they will likely suffer from the same bungling and corruption that characterized the Gulf Coast response. The animal response will remain in the hands of welfare organizations, while these organizations and their largely volunteer staff will remain at the mercy of a quasi-military authority structure. In short, current efforts to include animals only incorporate them into a flawed system.

Maior envolvimento das pessoas afetadas, uma maior transparência na tomada de decisões, um discurso racional e não-hierárquico, comunicação de risco bidirecional - essas são todas soluções em potencial que aparecem no debate público sobre a questão (RENN, p.412, 2004, tradução nossa⁷⁰).

A literatura nos mostra a grande importância da colaboração entre múltiplos atores em rede, quando falamos de um fenômeno complexo como o desastre. Nos Estados Unidos atualmente são formadas parcerias entre os diferentes estados, e acordos de mútua ajuda são firmados, contribuindo uns com os outros ao mandar voluntários e equipes treinadas. A regra em todos os nove estados estudados por Austin (2013) é que todos pedem ajuda de organizações locais e nacionais, sem fins lucrativos, ou seja, dos grupos organizados de proteção animal da sociedade civil. Estes possuem papel crucial na resposta a qualquer desastre que tenham animais envolvidos no cenário de devastação. Uma característica que pouco se vê no Brasil, mas é bastante comum no país norte americano, é a colaboração do setor privado na elaboração e execução de planos de preparação. O fornecimento de recursos, equipamentos para transporte ou gaiolas, estruturas para organização de abrigos poderiam ser cedidos pela iniciativa privada. Essa rede de colaboração deveria ser consolidada previamente a qualquer situação crítica, pois assim, teríamos inventários de suprimentos e equipamento, além de uma logística mais preparada, agilizando o processo de resposta. Outra característica dos planos de emergência dos estados americanos encontrada pela autora é que todos os eles possuem também provisões para assistência médica de animais e uma entidade designada a fornecer habitação. Onde colocar os animais resgatados é um fator chave de um planejamento para os animais. A maioria das vezes, a estrutura pública municipal não será suficiente para receber a grande quantidade de animais afetados, até porque essas em geral operam no seu limite de capacidade rotineiramente, então é necessário que se direcione outras estruturas públicas ou particulares para essa finalidade. O setor privado também poderia colaborar dessa maneira, fornecendo galpões para abrigar os animais. Além disso, incorporar procedimentos para reunir animais e tutores nas operações de abrigo são importantes, como utilizar identificação, por código de barras ou microchip, para inspirar a confiança do tutor e tranquilizá-lo de que ele poderá reaver o animal. Os grupos organizados da sociedade civil, com maior apoio e atuando em bases menos precárias, deveriam implantar sistemas de documentação e de registro dos animais atendidos, para que o trabalho desenvolvido tenha maior visibilidade.

⁷⁰ Greater involvement of those affected, greater transparency in decision-making, rational and non-hierarchical discourse, two-way risk communication—these are all potential solutions that appear in public debate on the issue.

Uma das coisas mais importantes para a realização um planejamento de contingência efetivo, como vimos a partir da literatura, é a contabilização dos animais existentes em determinada região. As estimativas atuais brasileiras são altamente imprecisas. Seria ideal se ter um cadastro de todos os animais, domiciliados, semi-domiciliados e errantes. Isso poderia ser realizado através de campanhas, com postos para registro em pet shops e clínicas veterinárias e incentivos fiscais para aqueles que cadastrarem animais que estão sob seus cuidados. Iniciativas desse tipo já despontam em algumas localidades como Araquari, município de Santa Catarina, que até então não possuía pesquisas relacionadas ao número de animais nas ruas, mas que teve em junho de 2014 um projeto de lei sancionado em que se estipula que moradores que adotarem “animais de rua” terão desconto no IPTU⁷¹. Isso fará com que exista um cadastro dos animais daquela região.

Despontam algumas parcerias, entre defesa civis e grupos de proteção animal locais, com resultados animadores, como a defesa civil de Campos dos Goytacazes – RJ que em parceria com a A.P.A. - Associação de Proteção Animal, realizou o levantamento de moradores e de animais moradores de uma região frequentemente afetada por inundações. Essa parceria já teve bons resultados em outras ocasiões, como no caso da inundação do bairro de Ururaí em 2013, no qual o grupo da sociedade civil acolheu os animais, conforme a defesa civil atuou na região.

O grande número de animais abandonados nas ruas, a falta de informação sobre a população animal, juntamente com o fracasso da população em identificar e vacinar seus animais, são agravantes em uma situação de desastre. Não podemos deixar de enfatizar a importância de uma preparação prévia a um acontecimento trágico pontual, e isso significa também, combater ativamente a crise crônica que assola a população animal. Políticas públicas que não sejam cegas a realidade das famílias multiespecíficas são necessárias, incluindo o animal em qualquer problemática que atinja a família como um todo. Campanhas para ensinar a população sobre os cuidados necessários com os animais e o fornecimento de serviços básicos públicos também aumentam o laço entre o tutor e o animal e cria famílias mais resilientes. A prevenção em relação a animais em contexto de desastre passa também por políticas públicas regulares, que tenham como objetivo o controle populacional através da esterilização, o cadastro dos animais e de seus tutores, a identificação dos animais, campanhas de vacinação e de adoção de animais abandonados, atendimento veterinário a baixo custo, entre outros. Com o poder público oferecendo serviços básicos de qualidade, cria-se uma rede

⁷¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/06/prefeitura-vai-dar-desconto-no-iptu-para-quem-adotar-animal-de-rua.html>> Acesso em: 26 mar. 2015.

de apoio ao tutor do animal, fator que provavelmente resultaria em uma diminuição nos casos de abandono. Com menos abandono, a população animal se torna menos vulnerável a fatores externos.

Educação ambiental como ferramenta de transformação do pensamento crítico da população é também uma iniciativa que traz bons resultados. Há necessidade e importância em se orientar e ensinar a população em geral sobre os cuidados necessários para a proteção da flora e fauna, assim como dos cuidados necessários com os animais domésticos, embora esse objetivo não possa ser utilizado como licença para sobrepujar os diferentes saberes locais. A educação ambiental atua na prevenção de acontecimentos trágicos e pode ser também um elemento de fortalecimento das parcerias.

Um bom exemplo de agente que seria efetivo no sentido de preparação para uma crise aguda em relação aos animais, por abordar o assunto regularmente e não somente na crise, é o órgão chamado *Animals in Schools Education Trust (AASET)* que atua na Nova Zelândia, trazendo a discussão sobre a questão animal nas escolas do país:

O Animals in Schools Education Trust (AASET) trabalha para proporcionar recursos para promover a inclusão de tópicos animais, incluindo o bem-estar animal, nas escolas em toda a Nova Zelândia. AASET apoia e incentiva a adição de material balanceado sobre os animais em todos os papéis na sociedade, incluindo os animais de trabalho, aqueles mantidos no setor agrícola, animais de companhia, e os utilizados em RTT. AASET acredita que ensinar aos jovens sobre a importância do bem-estar animal vai afetar positivamente o seu desenvolvimento a longo prazo e as relações com os animais e uns com os outros (BAYVEL; CROSS, 2010, p.6, tradução nossa⁷²).

Mesmo em países que na última década começaram a gradualmente incluir animais em seus planos de resposta aos desastres, como os Estados Unidos, vemos que não há resposta correta sobre um modelo de plano que seja ideal. Irvine afirma que mesmo com a lei federal PETS:

Ativistas locais, nacionais e agências de bem-estar animal, bem como outros interessados na causa animal continuarão a realizar o trabalho, usando doações e trabalho voluntário. A legislação federal sobre bem-estar animal

⁷² The Animals in Schools Education Trust (AASET) works to provide resources to promote the inclusion of animal topics, including animal welfare, in schools throughout New Zealand. AASET endorses and encourages the addition of balanced material relating to animals in all roles in society, including working animals, those kept in the farming sector, companion animals, and those used in RTT. AASET believes that teaching young people about the importance of animal welfare will positively affect their long-term development and relationships with animals and one another.

em desastres não chega a lugar nenhum sem voluntários e ativistas (IRVINE, 2006, p.2, tradução nossa⁷³).

Ou seja, a lei serve apenas para dar respaldo às ações dos grupos que já realizavam trabalhos de resposta emergencial à desastres previamente a lei. Os próprios órgãos do ente público, na realidade não possuem estrutura ou preparo para realizar o trabalho que esses grupos desenvolvem. O que nos indica que a resposta está na parceria dos atores, e na colaboração mútua entre o Estado e a sociedade civil. Os grupos organizados não dão conta de suprir toda a demanda de atendimento sem o respaldo e incentivo da lei, acabando por realizar o trabalho em situações precárias; e o Estado não é capaz de dar uma resposta adequada à população animal sem dialogar com atores que representem esse segmento. Ainda assim, há também relevância na criação de leis que deem esse respaldo. Uma legislação clara daria a população ferramentas para cobrar medidas do poder público de maneira mais objetiva.

É essencial que não se pule a etapa de planejamento. É nela que se deve aferir o número, as espécies de animais de companhia e a distribuição geográfica dos tutores de animais e se discutir quais procedimentos são mais adequados a serem adotados. A literatura ressalta a importância de se formalizar esses procedimentos, fator importante de ser mencionado, visto a informalidade que opera como regra nas instituições brasileiras, como vimos no estudo de caso. É previamente a qualquer crise que se pode verificar quais transportes diferenciados serão necessários, tanto para animais de grande porte, quanto para répteis, anfíbios e peixes que precisem que o ambiente em que vivem seja preservado e carregado junto com o animal. Mais de um estudo apontou a falta de meio de transporte como o maior empecilho para a evacuação adequada de animais, então atenção especial deve ser dispendida no planejamento deste aspecto.

Outra questão são as tecnologias de resgate disponíveis, pois tecnologias específicas devem ser desenvolvidas e incentivadas para se adequarem ao resgate de diferentes tipos de animais. Algumas utilizadas no resgate de humanos, não serviriam para animais, como por exemplo, cordas. É necessário que as autoridades competentes atualizem seus equipamentos para se adequar a realidade dos animais.

Empresas responsáveis por milhares de bois, vacas, galinhas, porcas e outros animais criados para serem abatidos pelas indústrias da carne, do leite e de ovos, deveriam ser

⁷³ Local and national activists and animal welfare agencies, as well as other animal stakeholders, will continue to carry out the work, using donations and volunteer labor. Federal legislation regarding animal welfare in disasters goes nowhere without volunteers and activists.

obrigados por lei a ter um plano de evacuação de suas instalações. Esses animais têm uma morte trágica certa quando os galpões onde ficam aprisionados se encontram em meio a um cenário de desastre e são invadidos pelas águas, lama, ou material tóxico. Essa obrigação teria que ser instaurada por órgãos regulamentadores, pois sabemos que vai contra o interesse dessas empresas que o número e as condições dos animais criados para abate ganhem visibilidade. Não é dada visibilidade para sua própria existência, e isso os faz completamente indefesos numa situação crítica.

Os monitoramentos climatológicos, os estudos geológicos e as obras de engenharia são importantes também para evitar e mitigar os efeitos de um desastre, entretanto, não são as únicas e, muitas vezes nem mesmo as melhores maneiras de se realizar um planejamento efetivo, que leve em consideração os enfrentamentos da população e atenda às suas necessidades psicossociais. As Ciências Sociais também deveriam ganhar espaço na destinação de verbas para a prevenção de desastres, pois o campo tem muito a contribuir na realização de planejamentos adequados. Há necessidade também de destinação de verbas para a criação de políticas públicas para os animais, principalmente em caráter contínuo, para amenização da crise crônica estrutural que afeta essa população, criando assim maior resiliência a fatores de ameaça.

Sugerimos que mais estudos sejam realizados para se delinear o que instituições de natureza militar, como o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, compreendem no que diz respeito às suas responsabilidades em relação a população animal. Se existem protocolos de ação, planos de contingências ou treinamentos voltados ao atendimento da população animal. Por fim, recomendamos que o conteúdo dessa dissertação seja utilizado no futuro como base para que a defesa civil desenvolva planos de contingência cada vez mais inclusivos.

7. Conclusões

Começamos este trabalho expondo como o predomínio humano e a dominação ativa dos animais foram fundamentos básicos da nossa civilização moderna. Embora, hodiernamente, esteja ganhando força um processo sociocultural orientado para uma sobrevalorização da relação humana com animais de estimação, numa vinculação amistosa e afetiva, isso não descartou automaticamente uma concepção cultural mais remota do humano assentada num especismo que se refletiu na naturalização do extermínio, do uso instrumental e do abandono à parte animal julgada inferior. Essas duas concepções encontram-se em pleno

embate e suas tensões atualizam-se por meio das práticas dos diferentes sujeitos envolvidos em circunstâncias variadas, como a de um desastre.

Na sociedade contemporânea, vemos novas configurações familiares se consolidarem, a partir de um processo de familiarização que cria vínculo identitário. Famílias multiespecíficas são uma realidade:

O IBGE estima que haja ao menos um cão em 30 milhões de domicílios no país, ou 44,3% do total. Há no país 52,2 milhões de cães e 22,1 milhões de gatos domésticos. Essas duas populações vêm se expandindo – a dos cães, cerca de 6% ao ano, e a dos gatos, cerca de 12% ao ano, segundo dois estudos feitos em 2001 e 2009, sob orientação de Ricardo Dias, professor na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP) (CORONATO, 2016).

Ao mesmo tempo em que a população de animais de companhia em situação de abandono também é numerosa. Assim, há uma grande diferença entre animais que possuem um tutor e os que não têm. A pesquisa “Paixão por bichos de estimação”, ainda não publicada, realizada em 2015 pelo Ibope Inteligência e encomendada pelo Instituto Waltham, ligado a fabricantes de ração, nos fornece alguns novos indicativos do comportamento de tutores de animais.

Uma pesquisa recente, realizada em 2015, mostrou que cerca de 42% dos donos de cães e gatos no Brasil não castram seus animais. Esse é um dos comportamentos do brasileiro que levam à proliferação descuidada desses animais, a seu conseqüente abandono, vulnerabilidade a maus-tratos e sofrimento desnecessário (CORONATO, 2016).

Além dos vínculos afetivos e identitários que desenvolvemos com os animais de estimação de forma profunda, muitos outros tipos de vínculos são possíveis, com diferentes categorias de animais. Muitos desses vínculos podem ser de exploração, tendo o animal como objeto ou mercadoria, ou ainda como meio de produção. Animais de criação integram facetas econômicas e comunitárias, sendo fundamentais para o meio de vida de populações vulneráveis.

Os benefícios que os animais nos trazem são aferidos facilmente. Por outro lado, nossa parceria histórica parece não ter sido igualmente vantajosa para os animais. Animais de estimação e de criação são cronicamente vulneráveis em nossa sociedade. O Estado é negligente com os cuidados indispensáveis à essa população, que passou por um processo de domesticação, e muitas vezes é indiferente ao valor subjetivo de suas vidas. Temos um forte

especismo perpassando todas as esferas da sociedade, inclusive as instituições, e também uma proximidade com os animais que é carregada de ambivalências.

O processo sociohistórico vulnerabilizante entrelaçado com o especismo são questões essenciais para entendermos a afetação desse grupo social frente a uma crise aguda. A naturalização do abandono e da situação de fragilidade dessa população é o que dá ensejo ao quadro de negligência do Estado em relação aos animais. Há uma falta crônica de órgãos públicos e instituições ou de verbas destinadas a prover as mínimas condições de sobrevivência aos animais.

Neste trabalho, entendemos o desastre como um processo social. A concentração de danos e a maior ocorrência da desvinculação involuntária de animais de seus tutores que ocorre em janeiro de 2011 é uma explicitação de um problema anterior naturalizado e que se estende assumindo novas formas. Não podemos analisar a crise aguda separada do processo no qual esta situação é produzida. O processo de vulnerabilização vivido pela população animal naturaliza uma situação de fragilização, legitima a falta de ações e cria empecilhos para a busca por melhorias nesse atendimento.

No Brasil, os desastres catastróficos relacionados aos eventos hidrometeorológicos são caracterizados por danos socioambientais significativos e incomensuráveis. Alguns dos danos são socialmente invisíveis, tal como ocorre com a afetação dos animais nessas ocorrências. Ano após ano, a sucessão desses desastres vem indicando, por intermédio de sua própria ocorrência e recorrência, a insuficiência das políticas públicas nesse tema. Isto é, os mecanismos sociopolíticos tanto voltados para controlar a produção de ameaças quanto para preparar os grupos sociais que as tenham que enfrentar são falhos (QUARANTELLI, 2015).

Através da revisão bibliográfica internacional, discorreremos sobre razões imprescindíveis para se incluir a população animal em planos de contingência para desastres. Além da questão ética em fornecer o atendimento adequado visando o bem-estar dos próprios animais e a saúde emocional de seus tutores, a inclusão é importante para conseguir melhor resultado na evacuação humana e não ser motivo para retorno prematuro a área afetada. Políticas públicas que fazem vista grossa da onipresença de animais na sociedade são intrinsecamente ineficazes. A não contemplação destes pela administração pública é uma falha que ocorre em políticas regulares e se repete em situações críticas. Para mais, animais circunscritos num cenário de devastação são também uma questão de saúde pública e possuem um impacto econômico.

O Estado é encarregado a exercer um papel de tutoria a qualquer animal que se encontre sem responsável competente ou ainda que se encontre subjugado pelas condições

concretas da vida. A desestruturação das bases de sobrevivência causadas por um desastre, incube o ônus da culpa ao poder público. Entretanto, a obscuridade da legislação leva a não existência de diretrizes definidas para lidar com animais em uma situação de desastre. A insuficiência ou dubiedade da base legal colabora para essa desresponsabilização social.

Conseqüentemente, o resultado ao se buscar cartilhas e manuais nas defesas civis de cada Unidade Federativa do país é escasso e preocupante no que concerne aos animais. Contudo, há certo pioneirismo do estado do Rio de Janeiro. Há menções sobre a possibilidade de animais serem abrigados junto de seus tutores, há diretrizes prévias para que tutores estejam preparados para retirar seus animais de casa numa ocorrência de desastre. Entretanto, incongruências na atuação de autoridades de defesas civis do Rio de Janeiro, em desastres catastróficos, como o ocorrido na região serrana fluminense em janeiro de 2011, ainda mostra o longo caminho a percorrer.

Nesse contexto, suscitam atores que se posicionam solidariamente em relação ao sofrimento dos animais. A fragilidade multidimensional em conjunto com o abandono sociopolítico da população animal coloca pressão e responsabilidade além da desejada em cima de grupos organizados da sociedade civil. Diferentemente do que ocorre em outros países, como nos Estados Unidos – onde a atuação conjunta de ONGs com o Estado é bastante reverenciada, inclusive, contando com o apoio de corporações privadas – infelizmente, no Brasil, o trabalho de grupos de proteção animal não é valorizado pelo poder público.

7.1. Análise da atuação do poder público na tragédia em Teresópolis

Partindo dos depoimentos apresentados e confrontando com o que a literatura internacional sobre o assunto aponta, podemos concluir que o poder público brasileiro ainda está bastante longe de conseguir articular o tratamento e resposta a população animal efetivamente. Animais domésticos ainda não são incluídos na grande maioria dos planos de contingência, quando esses existem. Na realidade, pouco planejamento de qualquer tipo existe nas instituições brasileiras, sendo pouco formalizado por escrito ou as ações documentadas para posterior aprendizado. O especismo institucional impede que esses sejam evacuados juntamente com seus tutores, não sendo permitida a entrada com animais nos pontos de apoio e abrigos temporários. Outro fator principal é a falta de integração e articulação das entidades para realizar um atendimento adequado. Não é atribuição de nenhum órgão público, se preocupar com o bem-estar da população animal, nem em uma situação rotineira e nem na crise aguda. Quando há, a preocupação com a população animal abandonada é somente no

sentido de saúde pública, tentando impedir a transmissão de doenças. Ainda não se discute, no meio técnico da defesa civil, as implicações da não inclusão deles em planejamentos, como a dificuldade da evacuação humana, o motivo para retorno prematuro, entre outros. O impacto emocional nos tutores que perdem seu animal, ou o comprometimento do próprio bem-estar destes, muitas vezes não é nem levado a sério pelas autoridades.

A legislação brasileira é nebulosa e não delinea claramente quem atuaria na prática para garantir a tutela estatal dos animais existentes no país. As políticas públicas existentes voltadas para animais de companhia são poucas, como o serviço de castração, mas são perpassadas pelo intuito principal de combater zoonoses. Algumas cartilhas elaboradas pela defesa civil descrevem os cuidados que o tutor deve ter com seu animal, previamente a um desastre, entretanto a inclusão deles em planejamentos limita-se a isso.

Não há estatísticas, dados, cadastros, dos animais afetados por um desastre ou que viviam na região anteriormente para servir como diretriz de planejamentos e ações futuras. A legislação não é clara, os procedimentos e recursos não são estipulados formalmente, mesmo com a experiência de uma tragédia tão recente, não há registros do que foi realizado, dos equipamentos necessários e o que deu certo e o que não deu. Ou seja, não há um aprendizado com o evento anterior, um legado de memória, pelo menos não em relação aos animais. A bagunça e desorganização parecem prevalecer, no caso de outros eventos inesperados ocorrem num futuro próximo, como foi o caso de novas chuvas em abril de 2012, que também estiveram relacionadas a danos socioambientais. Novamente, grupos organizados da sociedade civil acolheram os animais afetados.

Aparentemente, há uma estrutura maior e mais preparada para atender as demandas de cuidados para animais silvestres. Isso acontece por causa da mentalidade contemporânea de se preservar espécies como um todo, após a espécie humana ter historicamente realizado o extermínio de outras espécies. Existem mais verbas e recursos mobilizados para essa categoria de animais, de todas as esferas de governo. Animais domésticos e de criação estão em maior número, mas mesmo assim não existem órgãos federais ou estaduais que se preocupem com os enfrentamentos dessas populações. Diferentes categorias animais são vulneráveis de maneiras diferentes, o que encontramos em campo foi que atualmente os animais silvestres desfrutam de maior atenção advinda do poder público.

Há uma certa explicitação da vulnerabilidade dos animais em uma situação de crise aguda, entretanto essa explicitação não é documentada, não há registros oficiais ou relatórios sobre qual tratamento esses animais receberam, por quem, e se o estado foi omissos nessa resposta. Assim, essa população permanece invisível aos olhos do Estado e do público.

Mesmo com tamanho descaso e negligência do ente público com os animais, ocorridos no decorrer da crise, nada foi alterado em relação às políticas de tratamento com os animais. Nada foi implementado ou reformulado tendo em vista essa população.

Segundo os discursos dos representantes da Secretaria Municipal de Defesa Civil e da Secretaria de Saúde, muitas entidades das diferentes esferas governamentais acabaram atuando conjuntamente *in loco*, entretanto, não parece que existiu clareza de autoridade e colaboração efetiva. Pois, como haveria uma atuação em conjunto sem a coordenação das partes e sem a troca de informações sobre o que estava acontecendo? O que encontramos, na realidade concreta, foi que as parcerias utilizadas na situação crítica, são parcerias informais, arrançadas na hora da necessidade. Mesmo após 2011, as parcerias acionadas na tragédia, não foram formalizadas para uma próxima ocasião.

No Brasil ainda não existem leis que obriguem os órgãos a incluírem animais em seus planejamentos e atribuições, visto que o debate ainda não se faz presente na esfera institucional. Planos de contingência e parcerias formalizadas são raras, a informalidade e o improvisado perpassa o aparelho estatal como um todo.

O que encontramos em nossas incursões a Teresópolis, foi que a tragédia de 2011 não resultou em aprendizado das instituições sobre preparação e resposta a desastres. Não houve documentação de erros e acertos e assim não houve implementação de melhorias.

Como as ações de resposta são pautadas no improvisado, dados não são computados de forma integrada, muito pouco é registrado, e essas informações se perdem na falta de integração das instituições envolvidas no desastre. As diferentes esferas, federal, estadual e municipal tem comunicação precária e as atribuições se contradizem, deixando lacunas na atuação.

O desastre não gerou uma memória institucional de procedimentos, o improvisado permaneceu como a única via de ação. No caso de novos desastres, como houve em 2012 em menor proporção, os mesmos erros são repetidos, sem que haja uma revisão dos métodos empregados pela defesa civil. Não há memória acumulativa de conhecimento sobre desastres, as instituições vão de desastre em desastre cometendo os mesmos erros. As parcerias continuam na informalidade e no atendimento em caráter de exceção.

Além da informalidade das instituições brasileiras no manejo do desastre, há também uma falta de interlocução entre os órgãos e uma falta de iniciativa para se pensar soluções, prevenções, planejamentos de qualquer tipo. É como se as autoridades competentes locais não estivessem inseridas na arena decisória sobre quais riscos importam e como se preparar para

eles. Elas são simplesmente reativas, não agregam conhecimento, nem buscam novas formas de aplicar seu conhecimento no sentido de evitar ou minimizar os danos.

Em relação ao atendimento dos animais, não houve diálogo entre os atores envolvidos para que houvesse um melhor planejamento ou divisão de tarefas para um possível futuro desastre. Os grupos organizados da sociedade civil e o poder público não estabeleceram vínculo real. Para os grupos organizados, a responsabilidade pelos animais foi depositada inteiramente neles, pois, mesmo ao solicitar ajuda, antes, durante e após o período mais crítico, essa ajuda lhes foi negada. Assim, esses grupos ficaram sobrecarregados e permanecem sobrecarregados, devido à crise crônica naturalizada de abandono, que se estende, com poucas ou nenhuma medida do poder público para de fato ultrapassá-la.

O fornecimento de informações ao público sobre como agir em relação aos seus animais foi inexistente. Como a representante do Grupo Estimação nos conta, ninguém tinha informações sobre o que estava acontecendo na cidade, muito menos recomendações claras sobre como agir. O transporte e o abrigo dos animais que estavam sendo recolhidos foram realizados por grupos organizados da sociedade civil e voluntários.

Devemos ressaltar que a questão do descaso com a população animal não é uma questão de preferência pessoal. A especismo perpetuado pelas instituições não é uma escolha individual dos agentes que no momento exercem seus cargos públicos, mas sim uma lacuna de ausência de atuação das diversas facetas do Estado. A omissão, trazida a luz pelos relatos, é o resultado de uma sociedade fundada sobre o especismo, juntamente com uma falta de medidas afirmativas que busquem compensar esse abismo.

O discurso que permeia a administração pública é o de que estão fazendo o máximo que podem, para dar conta de suas atribuições, com o tanto de recurso disponível. Como a garantia de uma vida digna para os animais não é atribuição de órgão nenhum, os atendimentos a eles caem nas margens de vários órgãos, que atendem às suas necessidades em caráter de exceção. O poder público não tem instrumentos para viabilizar a integridade física dos animais, atendimentos apenas em caráter de exceção são insuficientes para solucionar os problemas e suprir as demandas da população animal em sua complexidade. Seus interesses acabam não entrando no rol de prioridades do poder público. Se os cuidados com a população animal são tratados como questões de segunda ordem, com a disruptura da rotina da população humana por um desastre, suas questões nunca são endereçadas. Não há uma solução fácil para superar a crise crônica de vulnerabilidade da população animal na nossa sociedade. Existem milhões de indivíduos dentro dessa categoria. De diversas espécies,

tamanhos, particularidades. É uma questão complexa e abrangente. Muito ainda precisa ser implementado.

A partir dessa pesquisa, compreendemos o papel relevante desempenhado por grupos organizados da sociedade civil. Esses grupos que agem por motivações únicas e subjetivas, e assim acabam tomando para si uma responsabilidade muitas vezes maior do que suas capacidades estruturais e de recursos. Como a literatura aponta, o trabalho realizado por esses grupos é essencial, pois é versátil e atua muito próximo da população, e não se tornaria obsoleto caso o poder público atuasse mais ativamente no atendimento à população animal.

É essencial a documentação das ações já realizadas por grupos organizados da sociedade civil, como foi o caso do documentário “O Abrigo”, que acompanhou os esforços de resgate e a vivência no abrigo. Conhecimento sobre como manipular os animais, como separá-los, como funcionou a logística e a organização da estrutura que foi conseguida, são de extremo valor para serem incorporados em planejamentos futuros.

Sem a parceria do Estado, esses grupos acabam sobrecarregados. A literatura nos aponta que, em outros países, muitas ações estão despontando, resultantes da parceria do Estado com esses grupos, e estão sendo bastante exitosas. Os grupos organizados da sociedade civil, nada mais são do que, atores sociais que se posicionam politicamente diante de uma crise ética, decidindo atuar ativamente para transformar a realidade concreta de certo grupo social. Sempre haverá a necessidade desses atores e eles sempre irão realizar um papel crucial na manutenção da vida social. A representante do Grupo Estimação comenta: “Eles [o poder público local] já sabem que se acontecer outra coisa eu vou me desesperar e vou pegar, vou ter que me virar para pegar, como foi feito”. Precisamos avançar para que o Estado valorize essa prática e invista nela, garantindo a melhor execução e resultado das operações. Tanto na amenização da crise crônica de naturalização do abandono, quanto em crises agudas.

Os relatórios e documentos elaborados após a tragédia da região serrana do Rio nos mostram que as autoridades responsáveis por avaliar desastres ocorridos e assim elaborar planejamentos futuros, o fazem com o viés perito-técnico das ciências naturais e somente este. As Ciências Sociais seriam de enorme valor para fornecer embasamento teórico para a tomada de decisões, no intuito de se aprimorarem os planos de contingência da defesa civil.

Enfim, concluímos que a necessidade de cuidados com os animais de estimação afetados nesse desastre foi posta de lado pelas autoridades teresopolitanas, o que é explicado não apenas pelo vulto do problema, mas também pela lógica rotineira de atuação do poder público junto à comunidade local.

O caso do desastre em Teresópolis ilustra os grandes desafios de aprimoramento da visão de atores governamentais nas políticas de proteção aos animais de estimação e na articulação com a sociedade civil. Embora o poder público seja inerentemente multifacetado, seus distintos departamentos se apresentaram disfuncionais ao atendimento do problema na referida ocasião. De um lado, houve situação, nos Parques, em que se alegou não ter como assumir responsabilidade nessas práticas emergenciais de cuidado devido o foco de atendimento a animais ser outro, isto é, voltado a animais silvestres; desse modo, qualquer atendimento a outra categoria de animal permaneceu classificado como algo informal. De outro, o Setor de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde atendia animais abandonados, porém, o fazia na medida em que os mesmos fossem interpretados como sendo um risco à saúde pública. Ambos revelaram várias bordas descobertas do serviço público; mas, talvez, a pior delas, tenha sido a da defesa civil, insistindo que o problema não era de sua competência, num tipo de descompromisso contraditório às diretrizes estaduais fluminenses no assunto. Ao negar essa vinculação dos objetivos institucionais - de coordenação das ações das demais autoridades atuantes na emergência - com o cuidado (também) aos animais não-humanos, a defesa civil teresopolitana acabou por exercer uma influência negativa sobre os demais grupos técnicos que atuaram no contexto do referido desastre. Ademais, as autoridades obstruíram o acesso do voluntariado à cena de devastação, dificultando o resgate dos animais – prática muito aquém da ideia de parceria – e reduzindo as chances de sobrevivência dos animais desassistidos.

8. Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. In: XIII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, nov. 2002.
- ADOTE UM GATINHO. Site oficial. Disponível em: <<http://adoteumgatinho.uol.com.br/>> Acesso mar. 2015.
- ALVES, A. Cerca de 50 animais são resgatados em tragédia em Bento Rodrigues. **Estado de Minas**, 06/11/2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna_gerais,705336/cerca-de-50-animais-sao-resgatados-em-tragedia-em-bento-rodrigues.shtml> Acesso em: 02 dez. 2015.
- ANIMAIS são resgatados em Mariana após tragédia. Saiba como ajudar. **Tudo Sobre Cachorros**, 19/11/2015. Disponível em: <<http://tudosobrecachorros.com.br/2015/11/animais-sao-resgatados-em-mariana-apos-tragedia-saiba-como-ajudar.html>> Acesso em: jun. 2016.
- ANTONIO, L. S. **Animais em contexto de desastre no Brasil**: da fragilização multidimensional ao abandono sociopolítico. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- _____. Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes. In: SIQUEIRA, A.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGOLI, M. A. (orgs.) **Riscos de desastres relacionados à água**: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. São Carlos: Rima Editora, 2015.
- ARAMBASIC, G. K. L.; KUTEROVAC-JAGODIC, G.; VIDOVIC, V. V. Pet Ownership and Children's Self-Esteem in the Context of War. **ANTHROZOËS**, 12(4), 218-223, 1999.
- AUSTIN, J. J. Shelter from the Storm: Companion Animal Emergency Planning in Nine States. **Journal of Sociology & Social Welfare**, XL(4), 185-210, Dec. 2013. Disponível em: <https://www.wmich.edu/hhs/newsletters_journals/jssw_institutional/individual_subscribers/404.Austin.pdf> Acesso em: 24 jun. 2016.
- AVANCINI, A. Em decisão histórica França altera Código Civil e reconhece animais como seres sencientes. **Agência de Notícias de Direitos Animais - ANDA**, 03 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://anda.jusbrasil.com.br/noticias/166696161/em-decisao-historica-franca-altera-codigo-civil-e-reconhece-animais-como-seres-sencientes>> Acesso em: 05 out. 2015.
- BARKER, S. B.; ROGERS, C. S.; TURNER, J. W.; KARPF, A. S.; SUTHERS-MCCABE, H. M. Benefits of Interacting with Companion Animals: A Bibliography of Articles Published in Refereed Journals During the Past 5 Years. **American Behavioral Scientist**, 47(1), 94-99, Sep. 2003. DOI: 10.1177/0002764203255215
- BARRETO, D. Defesa Civil lança guia de sobrevivência a desastres naturais. **O Globo**, 06/03/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/defesa-civil-lanca-guia-de-sobrevivencia-desastres-naturais-7757852>> Acesso em: maio 2015.
- BAYVEL, D. A. C.; CROSS, N. Animal Welfare: A Complex Domestic and International Public-Policy Issue—Who Are the Key Players? **J Vet Med Educ**, v. 37, n. 1, p. 3-12, 2010.
- BELLINE, J. G1 mostra santuário de porcos resgatados em acidente no Rodoanel. **G1**, 26/08/2015, Sorocaba e Jundiaí. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba>>

jundiai/noticia/2015/08/g1-mostra-santuاريو-de-porc0s-resgatados-em-acidente-no-rodoanel.html> Acesso em: 05 out. 2015.

BENSON, C.; TWIGG, J.; MYERS, M. NGO Initiatives in Risk Reduction: An Overview. **Disasters**, v. 25, n. 3, p. 199-215. 2001.

BERTA, R. A verdadeira hist3ria do cachorro Caramelo, resgatado em cima de escombros na Regi3o Serrana. **O Globo**, 19/01/2011. Dispon3vel em: <<http://oglobo.globo.com/rio/a-verdadeira-historia-do-cachorro-caramelo-resgatado-em-cima-de-escombros-na-regiao-serrana-2835058#ixzz4EFZdkmKJ>> Acesso em: jun. 2013.

BRACKENRIDGE, S.; ZOTTARELLI, L.K.; RIDER, E.; CARLSEN-LANDY, B. Dimensions of the Human–Animal Bond and Evacuation Decisions among Pet Owners during Hurricane Ike. **ANTHROZOÖS**, 2012, Vol.25, Issue 2, p.229–238.

BRANCO, M. Mercado Pet j3 movimenta R\$ 14,2 Bi no Brasil, **Brasil 247**, 16 de mar3o de 2013. Dispon3vel em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/96388/>> Acesso em: 5 abr. 2013.

BRASIL. **Constitui3o Federal** (1988). T3tulo VIII - Da Ordem Social, Cap3tulo VI - Do Meio Ambiente. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Dispon3vel em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm> Acesso em: set. 2015.

_____. **Decreto n3 24.645, de 10 de julho de 1934, de Get3lio Vargas**. Estabelece medidas de prote3o aos animais. Dispon3vel em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=39567>> Acesso em: set. 2015.

_____. **Lei N3 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998**. Lei de Crimes Ambientais. Dispon3vel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm> Acesso em: set. 2015.

BULLARD, R. T. Varridos pelo furac3o Katrina: reconstruindo uma ‘nova’ Nova Orleans usando o quadro te3rico da justi3a ambiental. In: SENELE, H.; PACHECO, T. (Org.) **Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustent3vel e Democr3tico, 2006. p. 126-147.

CARRETA que transportava porcos tomba no trecho Oeste do Rodoanel. **G1**, 25/08/2015, S3o Paulo. Dispon3vel em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/carreta-que-transportava-porc0s-tomba-no-trecho-oeste-do-rodoanel.html>> Acesso em: 05 out. 2015.

CATTAFI, A. Breed Specific Legislation: The Gap in Emergency Preparedness Provisions for Household Pets. **Seton Hall Legislative Journal**, Seton Hall University School of Law, 2008.

CHAFFEE, M. W. Making the Decision to Report to Work in a Disaster: Nurses may have conflicting obligations. **American Journal of Nursing**, 106(9), Sep. 2006. Dispon3vel em: <http://journals.lww.com/ajnonline/Fulltext/2006/09000/Making_the_Decision_to_Report_to_Work_in_a.27.aspx#> Acesso em: 24 jun. 2015.

CORONATO, M. 3 comportamentos p3ssimos que levam ao abandono de animais, medidos pelo Ibope. **Revista 3poca**, 13/06/2016. Dispon3vel em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/06/3-comportamentos-pessimos-que-levam-ao-abandono-de-animais-segundo-o-ibope.html>> Acesso em: 29 jun. 2016.

CORPO DE BOMBEIROS DE TERESÓPOLIS. **Plano de desocupação**. Disponível em: <http://16gbm.cbmerj.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=125:plano-de-desocupacao> Acesso em: 29 jun. 2015.

COSTA, E. C. **Animais de estimação**: uma abordagem psicossociológica da concepção dos idosos. Fortaleza, Dissertação para Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará, 2006. Disponível em: <http://uece.br/cmasp/dmdocuments/edmarachaves_2006.pdf> Acesso em: 24 jun. 2015.

CUSTODIO, A. Morador só aceitou resgate quando pôde carregar junto os sete cães da família. **ZN Notícias**, 20/07/2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/07/morador-so-aceitou-resgate-quando-pode-carregar-junto-os-sete-caes-da-familia-4805681.html?utm_source=Redes%20Sociais&utm_medium=Hootsuite&utm_campaign=Hootsuite> Acesso em: 02 dez. 2015.

CUSTÓDIO, A; CORRÊA, T. Tragédia na Região Serrana teve mais mortos que o divulgado. **Extra**, 04/08/12. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/tragedia-na-regiao-serrana-teve-mais-mortos-que-divulgado-5685873.html>> Acesso em: dez. 2015.

_____. Tragédia na Região Serrana: buscas duraram menos de um mês. **Extra**, 04/08/2012. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/tragedia-na-regiao-serrana-buscas-duraram-menos-de-um-mes-5693019.html>> Acesso em: 27 mai. 2013.

CUTTER, S. L. Are We Asking the Right Question? In: PERRY, R.; QUARANTELLI, E.L. (Org.). **What Is a Disaster?** New Answers to Old Questions. Philadelphia: Xlibris Books, 2005. p. 39-48.

DARAYA, V. Cachorros têm sentimentos como os humanos, diz estudo. **Exame.com**, 07/10/2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/cachorros-tem-sentimentos-como-os-humanos-diz-estudo>> Acesso em: 28 out. 2015.

DEFESA CIVIL lança mapa com áreas de risco para prevenir desastres no RJ, **G1 RJ**, 29/07/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/defesa-civil-lanca-mapa-com-areas-de-risco-para-prevenir-desastres-no-rj.html>> Acesso em: 09 jul. 2015.

DOMBROWSKY, W. R. Again and again: Is a Disaster What We Call "Disaster"? Some Conceptual Notes on Conceptualizing the Object of Disaster Sociology. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, 13(3), 241-254, Nov. 1995. Disponível em: <<http://www.ijmed.org/articles/325/>> Acesso em: 24 jun. 2015.

DOZE pessoas morrem e animais fogem de zoológico após temporal na Geórgia. **O Estado de S. Paulo**, Estadão Internacional, 14/06/2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,oito-pessoas-morrem-e-animais-fogem-de-zoologico-apos-temporal-na-georgia>> Acesso em: 02 dez. 2015.

DRMRJ. Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro. **Cartas de Risco Remanescente a Escorregamentos nos Municípios de Teresópolis e Nova Friburgo - RJ**. 06 set. 2011. Disponível em: <<http://www.drm.rj.gov.br/index.php/risco-geologico/273-carta-de-risco-remanescente-a-escorregamentos-nos-municipios-de-teresopolis-e-nova-friburgo>> Acesso em: 09 jul. 2015.

EDMONDS, A. S.; CUTTER, S. L. Planning for Pet Evacuations during Disasters. **Journal of Homeland Security and Emergency Management**, 5(1), 2008. DOI: 10.2202/1547-7355.1445

EQUIPES de resgates salvam mais de 200 animais na catástrofe de Mariana. **agenciainline.com**, 20 nov. 2015. Disponível em: <<http://gazetaminas.com/equipes-de-resgates-salvam-mais-de-200-animais-na-catastrofe-de-mariana/>> Acesso em: jun. 2016.

ESDEC/RJ. Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro. **Plano de Contingência da Família**: desenvolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres; Autor: Paulo Renato Martins Vaz. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://www.cemaden.gov.br/pluviometros/arquivos/cartilhas/PlanodeContingenciadaFamilia.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2015.

ESTUDO revela que os cães entendem quando falamos com eles. **Tudo Sobre Cachorros**, 29/07/2015. Disponível em: <<http://tudosobrecachorros.com.br/2015/07/estudo-revela-que-os-caes-entendem-quando-falamos-com-eles.html>> Acesso em: 28 out. 2015

FARACO, C. B. **Interação Humano-Animal**. Ciênc. vet. tróp., Recife-PE, v. 11, suplemento 1, p. 31-35 abril, 2008.

FIJN, N. **Living with Herds**: Human-Animal Coexistence in Mongolia. Cambridge University Press, 2011.

FLORIOS, D. Nova Zelândia reconhece os animais como seres sencientes. **GreenMe**, 15 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.greenme.com.br/informar-se/animais/1840-nova-zelandia-reconhece-os-animais-como-seres-sencientes> Acesso em 05 out. 2015.

FRANKLIN, A. **Animals and Modern Cultures: A Sociology of Human-Animal Relations in Modernity**. Sage Publications, 1999.

GALASTRI, L. Seu cãozinho ama você da mesma forma que um bebê ama a mãe. **Revista Galileu**, 24/04/2015. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2015/04/seu-caozinho-ama-voce-da-mesma-forma-que-um-bebe-ama-mae.html>> Acesso em: 28 out. 2015.

GRUPO ESTIMAÇÃO. Site oficial. Disponível em: <<http://www.estimacao.org/>> Acesso em: 31 mai. 2013.

HALL, M.J.; NG, A.; URSANO, R.J.; HOLLOWAY, H.; FULLERTON, C.; CASPER, J. Psychological Impact of the Animal-Human Bond in Disaster Preparedness and Response. **Journal of Psychiatric Practice**, Nov. 2004, Vol. 10, No. 6, p. 368-374.

HEATH, S. E. An epidemiological study of public and animal health consequences of pet ownership in a disaster: The January 1997 flood of Yuba County, California. **Purdue University**, 2000.

HEATH, S. E.; VOCKS, S. K.; GLICKMAN, L. T. A Study of Pet Rescue in Two Disasters. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 18. n. 3, p. 361-381, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.ijmed.org/articles/307/>> Acesso em: 24 jun. 2015.

HEATH, S. E.; KASS, P. H.; BECK, A. M.; GLICKMAN, L. T. Human and Pet-related Risk Factors for Household Evacuation Failure During a Natural Disaster. **American Journal of Epidemiology**, 153(7), 659-665, 2001. Disponível em: <<http://aje.oxfordjournals.org/content/153/7/659.full.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2015.

HEIDEN, J.; SANTOS, W. Benefícios psicológicos da convivência com animais de estimação para os idosos. **ÁGORA**, 16(2A), Número Especial: I Seminário Integrado de Pesquisa e Extensão Universitária, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/138>> Acesso em: 24 jun. 2015.

HESTERBERG, U. W.; HUERTAS, G.; APPLEBY, M. C. Perceptions of pet owners in urban Latin America on protection of their animals during disasters. **Disaster Prevention and Management: An International Journal**, 21(1), 37-50, 2012. DOI: 10.1108/09653561211202692

HUDSON, L. C.; BERSCHNEIDER, H. M.; FERRIS, K. K.; VIVRETTE, S. L. Disaster relief management of companion animals affected by the floods of Hurricane Floyd. *Vet Med Today: Disaster Medicine* **JAVMA**, Vol 218, No. 3, February 1, 2001.

HUMANE SOCIETY INTERNATIONAL. Produção animal é um dos maiores contribuintes do aquecimento global, reafirma ONU. **Humane Society Internacional**, 1/10/2013, São Paulo. Disponível em: <http://www.hsi.org/portuguese/news/press_releases/2013/10/produo_animal__um_dos.html> Acesso em: 22 jun. 2016.

HUNT, M.; AL-AWADI, H.; JOHNSON, M. Psychological Sequelae of Pet Loss Following Hurricane Katrina. **ANTHROZOÖS**, 21(2), 109-121, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

_____. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: out. 2015.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional da Serra dos órgãos (PARNASO). Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/>> Acesso em: 29 out. 2015.

INGOLD, T. **The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. Routledge, 2000.

IRVINE, L. Animals in Disasters: Issues for Animal Liberation Activism and Policy. **Animal Liberation Philosophy and Policy Journal**, v. 4, n. 1, p. 1-16. 2006.

_____. **Filling the Ark: animal welfare in disasters**. Philadelphia, PA, USA: Temple University Press, 2009.

_____. Providing for Pets During Disasters: An Exploratory Study. Boulder: **Quick Response Research Report 171**, Natural Hazards Research and Applications Information Center, University of Colorado, 2004. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/hazards/research/qr/qr171/qr171.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. Ready or Not: Evacuating an Animal Shelter During a Mock Emergency. **ANTHROZOÖS**, 20(4), 355-364, 2007.

KNEBEL, A. G. **Novas Configurações Familiares: é possível falar de constituição familiar desde a relação multiespécie?** Santa Rosa, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - UNIJUÍ, 2012. Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1036>> Acesso em: 24 jun. 2015.

LEACH, E. **A diversidade da Antropologia**. Trad. Marília Costa Fontes, Edições 70, 1982.

_____. Anthropological aspects of language: animal categories and verbal insults. Trad. por Letícia Maria Antonioli e Roberto da Matta. In: LENNEBERG, E. H. (org.) **New directions in the study of language**. Cambridge, Mass., The M. I. T. Press, 1964. p. 23-63.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: _____. E. (Org.). **A Complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEGS - Livestock Emergencies and Standards, 2009. Disponível em: <<http://www.livestock-emergency.net/>> Acesso em: 23 out. 2014.

LEONARD, H. A.; SCAMMON, D. L. No Pet Left Behind: Accommodating Pets in Emergency Planning. **American Marketing Association**, 26 (1), 49–53, 2007.

LOWE, S.R.; RHODES, J.E.; ZWIEBACH, L.; CHAN, C.S. The impact of pet loss on perceived social support and psychological distress among Hurricane Katrina survivors. **Journal of Traumatic Stress**, 22(3), 244-247, jun. 2009.

LUIZ, M. Homem usa ônibus para salvar mais de 100 cães de enchente no RS. **G1 Rio Grande do Sul**, 21/07/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/07/homem-usa-onibus-para-salvar-mais-de-100-caes-de-enchente-no-rs.html>> Acesso em: 02 dez. 2015.

MACHADO, J. C.; PAIXÃO, R. L. A representação do gato doméstico em diferentes contextos socioculturais e as conexões com a ética animal. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis: 11(1), 231-253, jan./ jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p231>> Acesso em: 24 jun. 2015.

MANNING, A.; SERPELL, J. (Ed.) **Animals and Human Society: Changing Perspectives**. Routledge, 2011.

MASSON, J.M.; MCCARTHY, S. **Quando os elefantes choram: a vida emocional dos animais**. Trad. Sirley Marques Bonham. São Paulo: Geração editorial, 1998.

MCCANN, D. G. C. A Review of Hurricane Disaster Planning for the Elderly. **World Medical & Health Policy**, 3(1), 2011. DOI: 10.2202/1948-4682.1144.

MILLER, M.; LAGO, D. The Well-Being of Older Women: The Importance of Pet and Human Relations. **ANTHROZOÖS**, III (4), 245-252, 1990.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>> Acesso em: set. 2015.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Dados sobre reconhecimentos de desastres**. Atualizados em 28/09/2015. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/reconhecimentos-realizados>> Acesso em: 01 out. 2015.

_____. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/perguntas-frequentes#DC7>> Acesso em: 30 set. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE; COORDENAÇÃO GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL. **Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos Decorrentes dos Desastres**

Naturais – Vigidesastres. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.riocomsaude.rj.gov.br/Publico/MostrarArquivo.aspx?C=13r%2FJ00vjP8%3D>> Acesso em: 24 jun. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco: O que uma coisa tem a ver com a outra?** Relatório de Inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro / Schäffer et al. – Brasília: MMA, Série Biodiversidade, 2011.

_____. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>> Acesso em: set. 2015.

MOURA, L. R. C.; VEIGA, R. T.; CUNHA, N. R. S.; MOURA, L. E. L. **A Revolução Social dos “Pets”:** do Quintal Para Dentro de Casa. In: II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade - EnEPQ, Curitiba, nov. 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2009/ENEPQ258.pdf> Acesso em: jun. 2015.

O ABRIGO. (Documentário) Direção: Flávia Trindade. Produção: Sete Vidas Filmes/ Ghetto Filmes. Brasil, 2011, (73 min.).

O DESASTRE VIVIDO: Entre as perdas e incertezas. Uma produção NEPED – Núcleo de Estudos e Pesquisa Social em Desastres, pertencente ao Departamento de Sociologia - DS da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=lr4fTBfLpGw>> Acesso em: 28 mai. 2013.

OLIVER-SMITH, A. Global Changes and the Definition of Disaster. In: QUARANTELLI, E.L. (Ed.) **What is a Disaster?** Perspectives on the question. Routledge, Londres e Nova York, 1998, p.177-194.

OLIVIER, D. O que é o especismo? Trad. Beatriz Medina. **Les Cahiers antispécistes:** Réflexion et action pour l'égalité animale, 5, dez. 1992. Disponível em: <<http://www.cahiers-antispecistes.org/spip.php?article295>> Acesso em: mai. 2015.

PADILHA, M. J. S. **Crueldade Com Animais x Violência Doméstica Contra Mulheres:** Uma Conexão Real. Recife: FASA, 2011.

PASSA DE 900 o número de mortos na Região Serrana após chuvas. **G1 RJ**, 15/02/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/02/passa-de-900-o-numero-de-mortos-na-regiao-serrana-apos-chuvas.html>> Acesso em: 27 mai. 2013.

PASTORI, E. O. **Perto e Longe do Coração Selvagem:** um estudo antropológico sobre animais de estimação em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Dissertação para Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS. 2012.

PLANCHON, L. A.; TEMPLER, D. I. The Correlates of Grief After Death of Pet. **ANTHROZOËS**, IX (2/3), 107-113, 1996. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71932>> Acesso em: jun. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.gov.br/>> Acesso em: jun. 2016.

PREFEITURA vai dar desconto no IPTU para quem adotar animal de rua. **G1 SC**, 04/06/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/06/prefeitura-vai-dar-desconto-no-iptu-para-quem-adotar-animal-de-rua.html>> Acesso em: 26 mar. 2015.

QUARANTELLI, E. L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão**: 33(18), 25-36, 2015.

_____. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In: _____. (Ed.). **What is a disaster?** Perspective on the question. Londres e Nova York: Routledge, 1998. p. 1-8.

REFUGIADO sírio cruzou o mar Mediterrâneo com seu gato no colo. **Redação RedeTV!** 11/09/2015. Disponível em: <<http://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/mundo/refugiado-sirio-cruzou-o-mar-mediterraneo-com-seu-gato-no-colo?cmpid=fb-uolnot>> Acesso em: 02 dez. 2015.

REFUGIADOS sírios fogem da guerra com seus animais. **World Animal Protection**, 11/09/2015. Disponível em: <<http://www.worldanimalprotection.org.br/not%C3%ADcia/refugiados-sirios-fogem-da-guerra-com-seus-animais>> Acesso em: 02 dez. 2015.

REIS, T. Governo reconhece número recorde de decretos de emergência em 2013. **G1**, 28 de janeiro de 2014, São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/governo-reconhece-n-recorde-de-decretos-de-emergencia-em-2013.html> Acesso em: 01 out. 2015.

RENN, O. **Perception of risks**. Toxicology Letters, 149: 405–413, 2004.

RESGATINHOS. **A ilusão dos abrigos e dos grupos de proteção**. 07 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.resgatinhos.com.br/a-ilusao-dos-abrigos-e-dos-grupos-de-protecao/>> Acesso em: maio 2015.

_____. Site oficial. Disponível em: <<http://www.resgatinhos.com.br/>> Acesso em: 21 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO (GOVERNO DO ESTADO); SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL. **Administração de Abrigos Temporários**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/administracao-para-abrigos-temporarios/>>

RIO DE JANEIRO (PREFEITURA); SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL. **Plano de Contingência - Verão 2011/ 2012**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Plano de Contingência - Verão 2012/ 2013**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Plano de Contingência - Verão 2013/ 2014**. Rio de Janeiro, 2013.

RITTO, C.; ALVARENGA, B. A Casa agora é deles. **Veja**. Editora Abril, ed. 2429 Ano 48 nº 23, 10 de junho de 2015.

ROSA, L. Animais, estatuto de senciente. **JusBrasil**, mar. 2015. Disponível em: <<http://leorosa.jusbrasil.com.br/artigos/166373742/animais-estatuto-de-senciente>> Acesso em: out. 2015.

SAKITA, K. Cachorro é abandonado por tutor durante enchente, mas sobrevive ao ser resgatado por outra pessoa. **Portal do Dog**, 10/10/2015. Disponível em: <<http://portaldodog.com.br/cachorros/noticias/cachorro-e-abandonado-por-tutor-durante-enchente-mas-sobrevive-ao-ser-resgatado-por-outra-pessoa/#ixzz3tDNr1pyW>> Acesso em: 02 dez. 2015.

SANTANA, L.R.; OLIVEIRA, T.P. Guarda responsável e dignidade dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**. a (1), 2006.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. Prefeitura Municipal de Teresópolis. Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.gov.br/meioambiente/sobre-a-secretaria/unidade-de-conservacao/>> Acesso em: 31 mai. 2016.

SERPELL, J. From paragon to pariah: some reflections on human attitudes to dogs. In: _____. (Ed.) **The domestic dog: its evolution, behaviour, and interations with people**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SINGER, P. (1975) **Animal Liberation: the definitive Classic of the Animal Movement**. Nova York: Harper Collins Publishers, 2009.

SOARES, P. **O papel da informação em entidades de proteção animal**. Estudo de caso: Instituto Nina Rosa. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOCIEDADE EDUCACIONAL “FALA BICHO”. **Prefeito do RJ: Lamentamos, mas, vamos continuar cobrando já que o prejuízo foi imensurável**. 24 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.ogritodobicho.com/2011/01/prefeito-do-rj-lamentamos-mas-vamos.html>> Acesso em: out. 2015.

TAVARES, L. Animais são esquecidos em meio à cheia do rio Acre na capital. **Ac24horas**, 06/03/2015. Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2015/03/06/animais-sao-esquecidos-em-meio-a-cheia-do-rio-acre/>> Acesso em: 02 dez. 2015.

THE SPHERE PROJECT. **Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response**. 2011. Disponível em: <<http://www.spherehandbook.org/>>

THOMAS, K. (1983) **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas, Bélgica. 1978. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/bichos/leiseprotecao/direitos.jhtm>> Acesso em: set 2015.

VACCARI, A. M. H.; ALMEIDA, F. A. A importância da visita de animais de estimação na recuperação de crianças hospitalizadas. **Einstein**, 5(2), 111-116, 2007. Disponível em: <<http://patasterapeutas.org/wp-content/uploads/2015/07/Animais-de-estimaa%CC%81%E2%88%86o-e-hospitalizaa%CC%81%E2%88%86o.pdf>> Acesso em: jun. 2015.

VALENCIO, N. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009a.

_____. Da Morte da Quimera à procura de Pégaso: A importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009b.

_____. **Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro**. Saúde e Sociedade, São Paulo, vol.19, n.4, p.748-762, 2010.

_____. **Para além do ‘dia do desastre’**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, Coleção Ciências Sociais, 2012.

_____. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: (19) 9, 3631-3642, 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014199.06792014

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. **Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; PAVAN, B.J.C.; ZAGO, J.R.; BARBOSA, A.R. **Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa**. São Paulo em Perspectiva, Vol.20, No.1, jan/mar de 2006, p.96-108.

VARGAS, D. Desastre – Autoridades e Afetados: desiguais condições de poder ou esforço de negação do dissenso. In: VALENCIO, N.; SIENA, M. (Org.). **Sociologia dos Desastres: construções, interfaces e perspectivas**. v. 4. São Carlos: RiMa, 2014. p. 255-280.

VASCONCELOS, Y. Vira-latas sob controle. **Agência Fapesp**. 22 de setembro de 2014. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/viralatas_sob_controle/19854/> Acesso em: 26 mar. 2015.

VELDEN, F. F. V. Rebanhos em Aldeias: Investigando a introdução de animais domesticados e formas de criação animal em povos indígenas na Amazônia (Rondônia). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre: 5(1), 129-158, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/16602>> Acesso em: jun. 2015.

VERDADE SOTERRADA: Tragédia na Região Serrana. Realizado pelo Extra, (16 min.). Disponível em: <<http://globotv.globo.com/infoglobo/extra/v/verdade-soterrada-tragedia-na-regiao-serrana/2073478/>> Acesso em: 27 mai. 2013.

VIANA, A. S. **Idoso, família e desastres**: Uma discussão na interface da sociologia e gerontologia a partir da análise do caso de Teresópolis/RJ. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2015.

VIEIRA, S. Cenário no topo do bairro Santa Rita, em Teresópolis, assemelha-se a cidade fantasma. **R7**, 20/01/2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/cenario-no-topo-do-bairro-santa-rita-em-teresopolis-assemelha-se-a-cidade-fantasma-20110120.html>> Acesso em: 27 mai. 2013.

WAUGH JR., W. L; STREIB, G. Collaboration and Leadership for Effective Emergency Management. **Public Administration Review**, Special Issue: Effective Emergency Management, 131-140, Dec 2006.

WITTNICH, C.; BELANGER, M. How Is Animal Welfare Addressed in Canada’s Emergency Response Plans? **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 11, n. 2, p. 125-132. 2008.

WORLD Animal Protection está no México avaliando o impacto do furacão Patricia. **World Animal Protection**, 23/10/2015. Disponível em: <<http://www.worldanimalprotection.org.br/not%C3%ADcia/world-animal-protection-esta-no-mexico-avaliando-o-impacto-do-furacao-patricia>> Acesso em: 02 dez. 2015.

WSPA. Sociedade Mundial de Proteção Animal. **An Overview of the Stray Animal Issue**, 2009. Disponível em: <http://www.animalmosaic.org/Images/An%20Overview%20of%20the%20Stray%20Animal%20Issue_Portuguese_tcm46-28207.pdf> Acesso em: maio 2015.

_____. **Sociedade Mundial de Proteção Animal**. Disponível em: <<http://www.wspabrasil.org/wspaswork/AuxilioemDesastres/por-que-animais-sao-importantes.aspx>> Acesso em: 24 out. 2014.

_____. Sociedade Mundial de Proteção Animal. **Organizações Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.wspabrasil.org/redeparceiros/brasil/>> Acesso em: 20 mar. 2015.